

A Defesa Nacional

Nº 648

MAR/ABR 1973

Neste número :

- Clávio Bilac, Patrono do Serviço Militar
- Por Que Devemos Lutar Contra o Comunismo
- A Escola do Grupo de Combate Blindado na Infantaria
- Psicologia Militar — Emoções
- Um Pel-Cav Mac Realmente Operacional
- A Guerra Química Attraves da História
- A Influência da Fazenda na Expansão Económica Brasileira
- Programa do Trópico Unido

~~JOA~~ DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

ANO
59.º

Rio de Janeiro, GB — Mar/Abr de 1973

Número
648

ÍNDICE

	Págs.
EDITORIAL	3
OLAVO BILAC — PATRONO DO SERVIÇO MILITAR — Gen R/1 Dr. Glyntho Pilar	5
POR QUE DEVEMOS LUTAR CONTRA O COMUNISMO (Continuação do n.º 647) — Ferdinando de Carvalho — Cel Art QEMA	47
A ESCOLA DO GRUPO DE COMBATE BLINDADO NA INFANTARIA — 1º Ten Inf Ubiratan P. Pilar	55
PSICOLOGIA MILITAR — EMOÇÕES — Major Alfred C. Longley	63
UM PEL CAV MEC REALMENTE OPERACIONAL — Cap Cav Sérgio Antônio da Rocha Ambrósio	73
A GUARNIÇÃO FEDERAL DO RECIFE HA 100 ANOS E SEU COMANDANTE — Maj Eng QEMA Claudio Moreira Bento	83
A GUERRA QUÍMICA ATRAVÉS DA HISTÓRIA — 1º Ten COM Paulo César Miranda de Azevedo	87
A INFLUÊNCIA DA ETNIA NA EXPANSÃO ECONÔMICA BRASILEIRA — Eng Lucio Gomide Loures — Dir. Pres. CAEBS	97
ESPOSA DE SOLDADO — Neyde Cabral	106
AS REALIZAÇÕES DO GOVERNO FEDERAL NA AMAZÔNIA: SEUS RESULTADOS E PERSPECTIVAS FUTURAS — Grupo de Estudo da ADESG — Chefe: Capitão-de-Mar-e-Guerra Aluizio Moreira Pimentel	107
A CARREIRA MILITAR — Cap Cav Carlos Eduardo	125
PROGRAMA DO TROPICO UNIDO — DESTINAÇÃO DE RECURSOS — João Paulo R. Velloso — Ministro do Planejamento	131
PEDAGOGO — RECURSOS PARA AS VIAS DE TRANSPORTE — Gen Res Felicíssimo de Azevedo Avelino	135
HA 150 ANOS, A GUERRA DA INDEPENDÊNCIA, NA BAHIA — Raul Azedo Neto	153

Editorial

COM o presente número terminamos a missão árdua, mas agradável, de dirigir a "A Defesa Nacional" desde 29 de abril de 1970.

A Assembléia-Geral realizada em 22 de fevereiro deste ano elegeu nova Diretoria que a 27 de abril próximo vindouro assumirá seus encargos. Ela será presidida pelo Gen Abdon Senna, nome por demais conhecido no Exército, que, juntamente com os demais oficiais eleitos para constituírem o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, levará a Revista a situação ainda melhor do que a deixamos.

Cabe-nos, neste momento, prestar contas do que fizemos e do que deixamos de fazer.

Recebemos a Revista com 1.200 assinantes e com cerca de Cr\$ 12.000,00 em caixa. Mercê de campanha realizada com relativos sucessos, para angariar novos assinantes e do prosseguimento das medidas saneadoras das finanças, podemos informar que a deixamos com 3.100 assinantes e cerca de Cr\$ 65.000,00 em caixa, com as despesas pagas até abril de 1973.

Houve, porém, um assunto, da maior importância, que não nos foi possível resolver. Trata-se de modificar os estatutos da revista na parte definida como cooperativa e que prevê a distribuição de possíveis dividendos aos associados. A revista é atualmente editada com o propósito de difundir a cultura profissional militar e bem servir aos seus assinantes, quase todos militares do Exército, através de trabalhos

de natureza técnica e informativa para a classe. Como vemos, o espírito de produzir lucro não se coaduna com a finalidade e as características da nossa publicação.

Esse estado de coisas já poderia ter sido solucionado quando, anos atrás, em completa insolvência, teve que se socorrer de vultoso auxílio financeiro doado pelo Ex.^{mo} Sr. Ministro do Exército. Não nos foi possível dar esse passo, tarefa de urgência e que requer a compreensão de todos que de alguma forma têm ligação com a revista.

Finalmente, cabe-nos um sincero agradecimento às autoridades, aos colaboradores, sem esquecer os modestos funcionários da Imprensa do Exército, aos Representantes da Revista e aos nossos assinantes, fonte do indiscutível progresso conseguido nesses três anos de atividades.



Olavo Bilac

Patrono do Serviço Militar

Gen R/1

Dr. OLYNTHO PILLAR

I. DADOS BIOGRAFICOS

Histórico — Olavo Braz Martins dos Guimarães Bilac nasceu no Rio de Janeiro no dia 16 de dezembro de 1865. — Príncipe dos Poetas Brasileiros — Falecido a 28 de dezembro de 1918.

Cursos — Primário no Colégio São Francisco de Paula, do Cônego Belmonte. Secundário no Colégio Vitório. Superior na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (curso médico até 5.^a série 1880 — 1884); na Faculdade de Direito de São Paulo (como ouvinte: 1887 — 1888).

Profissões — Professor, jornalista, escritor, (contista, romancista, conferencista, orador e poeta).

Atividades jornalísticas — Diretor do *Diário Mercantil* e da *Vida Semanária*, da qual foi fundador. Fundador e Diretor de *A Rua*. Colaborador efetivo da *Gazeta de Notícias*. Redator da *Cidade do Rio*, depois secretário. Colaborador constante de *A Notícia*, *Gazeta Acadêmica*, *A Semana*, *O Estado de São Paulo*.

Funções Públicas — Inspetor escolar (1899). Integrante da comitiva presidencial à República Argentina (1900). Secretário-Geral da 3.^a Conferência Pan-Americana do Rio de Janeiro (1906). Secretário particular do Prefeito do Distrito Federal (1907). Secretário do Governador Portela, do Estado do Rio de Janeiro (1908). Delegado do Brasil junto à 4.^a Conferência Pan-Americana, em Buenos Aires (1910). Orador oficial na inauguração do Teatro Municipal do Rio de Janeiro (1909). Propugnador oficial do Serviço Militar obrigatório e dos Tiros de Guerra (1915 — 1917).

Títulos — Fundador e Membro da Academia Brasileira de Letras. Membro honorário da Academia de Ciências de Lisboa (1916). Fundador e Presidente da Sociedade de Homens de Letras do Brasil. Fundador da Liga de Defesa Nacional (1916).

Obras — *Poesias*, São Paulo, 1888; *Crônicas e Noveletas*, Rio 1894; *Sagres*, poemeto, Rio 1898; *Terra Fluminense*, em colaboração com Coelho Neto, Rio, 1898; *Criticas e Fantasias*, Lisboa, 1904; *Poesias Infantis*, Rio, 1904, em colaboração com Coelho Neto; *Conferências*

Literárias, Rio 1906; *Tratado Versificação*, em colaboração com Guimarães Passos, Rio, 2^a ed., 1910; *Ironia e Piedade*, Rio 1916; *A Defesa Nacional — Discursos* (Coletânea de suas patrióticas orações a propósito do movimento cívico da nacionalidade, de que resultou a adoção do serviço militar obrigatório), Rio, 1917; *Tarde*, Rio, 1919; *Últimas Conferências e Discursos*, Rio, 1924; *Contos Pátrios*, Rio, 1894, e *Pátria Brasileira*, Rio, em colaboração com Coelho Neto; *Livro de Leitura, Através do Brasil* (romance infantil) e *Livro de Composição*, Rio, 1899, todos em colaboração com Manuel Bonfim; *Guide des Etats Unis du Brésil*, em colaboração com Guimarães Passos, e, em opúsculo, uma conferência sobre Bocage e outras avulsas. Dois outros romances: *Sanatorium*, sob o pseudônimo de Jaime D'Ataide; e, *Paula Matos e Esqueleto*, co-autor, sob o pseudônimo comum de Vitor Leal.

Poemas, atualmente reeditadas, enfeixam *Panóplias*, *Via Láctea*, *Sarcas de Fogo*, *Alma Inquieta*, *As Viagens*, *O Caçador de Esmeraldas* e *Tarde*.

Festa do Reservista — 16 de dezembro — Dia do Reservista — Decreto-lei n.º 1.908, de 26 Dez 39.

Patrono do Serviço Militar — Decreto n.º 58.222, de 19 Abr 66.

2. O PATRONO

Pacifista por índole, foi o Brasil, entretanto, forçado a revistar, com energia a insólita agressão do ditador paraguaio Solano López, declarando guerra, no inicio do ano de 1865, àquela nação sul-americana, beligerância que se arrastou por longo lustro, no qual foram ceifadas preciosas vidas.

Do vastíssimo teatro de operações sairam milhares de intrépidos mutilados e, para toda a parte, a deplorável miséria, a fome e o luto.

Se o fogaréu da guerra se alastrava indômito pelos campos sulinos do país, consumindo-lhe as riquezas, menor não era o entusiasmo patriótico que sacudia a alma popular, de norte ao sul do Brasil solo, carreando para os quartéis a mocidade infrene, ávida de contribuir também com seu auxílio para a imediata derrota do inimigo.

Em breve, este espontâneo alistamento atingiu o apogeu: eram, pois, sem conta, os batalhões de Voluntários da Pátria que se organizavam e partiam incontinenti e convictos a perseguir aquele nobre intento.

No Rio de Janeiro, na elegante Rua do Ouvidor, a caminho de São Paulo, retornando do Recife, onde estudara, a poesia fogosa de Castro Alves, declamada por seu próprio autor para a multidão em delírio, de uma das janelas do Diário do Rio de Janeiro; no Nor-

deste, Tobias Barreto, ao despedir-se dos voluntários pernambucanos, profere, no Teatro Santa Isabel, patriótica oração; por todos os cantos, o mesmo entusiasmo avassala os espíritos dos briosos brasileiros...

Dentre esses batalhões, também foi o da Polícia da Corte, os antigos permanentes, criada para manter a ordem e o asselo das artérias urbanas, em cujo quadro de oficiais ingressava como cirurgião o Dr. Braz Martins dos Guimarães Bilac, médico balano, havia pouco diplomado naquela província.

(Este o oportuno lanço para que se revele a origem do nome — Bilac — inventado pelo novel facultativo, simples corruptela da alcunha familiar que os íntimos lhe deram: *bilhaco*, algo parecido com trocista, bem humorado. Desejando distinguir-se de um seu conterrâneo homônimo, adotou esse eufônico sobrenome, fazendo-o registrar para os efeitos legais. É mito, portanto, a ascendência francesa que alguns lhe prestam...)

O ilustre operador, que já era casado com D. Delfina Belmira, sua coestaduana e possuía uma filhinha Cora, foi na unidade a que pertencia transformada em julho, no 31º Batalhão dos Voluntários da Pátria, no posto de major em comissão, a destino, os tremedais de Tuluti, lançando-se às afanosas lides profissionais. E bem nelas se empenhava a ponto de merecer citas elogiosas nas “Ordens do Dia” quando recebe alvissareira nova: o nascimento de seu filho, na manhã de 16 de dezembro, no sobradinho sito na Rua da Vala, hoje Uruguaiana, entre a Rua do Ouvidor e a Travessa do Rosário, que na pia batismal da Freguesia de São José veio receber o nome de Olavo.

Os impetos de grande júbilo são pelo dever militar sopitados e somente de retorno dos campos da luta, cinco anos depois, o feito varonil estuante de real ufania e ornado das veneras do triunfo, pôde ele conhecer e acariciar o segundo fruto de seu feliz enlace.

E o próprio Bilac quem descreve a infância comovente: “Quantis, como eu, cresceram assim na casa privada do chefe, numa vida incerta, intercalada de sobressaltos. — ... Quando caia a noite, em cada casa, ardia diante do oratório a lamparina devota. E os que têm hoje a minha idade, sem saber o que aprendiam, aprendiam a rezar, antes de dormir, pelos que andavam expostos às balas e ao escorbuto, aos charcos do Sul, empenhados numa luta bárbara...”

Muitos, como eu, só viram os pais quando, acabada a guerra, a cidade rejubilava, cheia de bandeiras e luminárias saudando os heróis que voltavam.

... A noite, nas velhas salas de jantar, reunida a família em torno da mesa em que ardia o grande lampião de azeite, o chefe gostava de falar das retiradas, dos cercos, das epidemias, das marchas forçadas, das fomes, de todos os horrores da guerra.

... O entusiasmo acendia-nos a face, dava-nos ao sangue rufos de febre e aprendíamos a amar a Pátria, admirando aqueles que por ela morriam. Assim nascemos, assim crescemos".

Carioca do centro da cidade, sua meninice transcorreu nas vias asfaltadas, estudando as primárias letras com o padre Belmonte, na Rua do Sacramento até que, sabendo ler, o matricularam no Colégio Vitório, na Rua Gonçalves Dias, onde hoje se ostenta o edifício da Associação dos Empregados no Comércio, educandário dirigido pelo Conselheiro Vitório, cuja figura, desaparecida em 1879, jamais se apagaria de sua mente: "todo vestido de linho branco, com uma barba branca venerável ao peito — empunhando, nos momentos terríveis, a terrível *Santa Luzia*, a palmatória dura, o duro monstro negro de cinco olhos..."

O Dr. Guimarães Bilac, reformando-se no posto de Major-Cirurgião, restabelece a clínica, indo morar no largo do Capim.

Malgrado os rigores disciplinares impostos pela férulea impiedosa, ou quiçá por isso, o intelectual Olavo logrou os preparatórios necessários à matrícula na Faculdade de Medicina, uma vez que o desejo paterno era vê-lo seguir sua profissão.

Valendo-se da privilegiada situação de ex-combatente, e receoso de que o filho, contando apenas quinze anos, viesse a trilhar outro caminho que não o que lhe houvera indicado, obteve do Imperador D. Pedro II: "Decreto n.º 2.956, de 3 de agosto de 1880 — Autoriza o Governador a mandar matricular Olavo dos Guimarães Bilac na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. — Hei por bem sancionar e mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléia Geral. Art. 1.º — O Governo é autorizado a mandar admitir à matrícula do 1.º ano da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro o estudante Olavo dos Guimarães Bilac, a quem fica dispensado o requisito de idade legal".

Calouro, surpreendeu logo seus colegas veteranos, quando, submetido ao tradicional "trote", o intimaram a falar, e proferiu eloquente discurso sobre a *Mulher*.

Era a revelação de seus inatos dotes oratórios!

Da vida acadêmica, passada nas turbulências das ruas escondidas do morro do Castelo e, máxime, naquela em que demorava a secular faculdade a cuja porta, negras vendiam laranjas e bananas, mui raras recordações saudosas lhe ficaram expressas em 1915, nas páginas de suas "*Últimas Conferências e Discursos*", qual a oração aos acadêmicos paulistas de medicina; "Apenas saído da adolescência fui, como vós, estudante de medicina. No velho edifício da Faculdade do Rio, naquele recanto da feia Rua da Misericórdia, ao lado do mar, entre árvores antigas, abriu-se à vida o meu espírito, inquieto e ávido, de asas tontas, de vôo indeciso. Ali vivi, dos 15 aos 20 anos; desvendou-se, ali, para mim, o maravilhoso e doloroso es-

petáculo do universo e do homem; na Faculdade e no Hospital, na aula e na enfermaria, — a princípio timido na biologia, freqüentador dos anfiteatros e dos laboratórios, ajudante de preparador de fisiologia experimental, interno de clínica, — adquiri este exaltado gosto de curiosidade, e este doce e amargo sentimento de tristeza resignada, com que tenho, até hoje, atravessado a existência".

Não obstante as facilidades do ingresso, o rapazola, em quem já despontava leve buço, não via com interesse o curso incipiente, tanto mais quanto era dos trinta sócios componentes de um clube literário e filosófico que "começou a funcionar no mosteiro de São Bento". A perdição residia nas rodas do *Café Cruzeiro*, na Rua do Ouvidor. Contudo, persistia em seus estudos.

Não o fascinava de fato, a prática hospitalar; ao révés, apavorava-o. Certa feita, acompanhou ato operatório, ficando incumbido de vigiar o paciente: "Tomei-lhe a temperatura. A febre baixava. Mas a respiração era difícil. Ao cabo de algum tempo, cerrou as pálpebras..." O quase esculápio não agüentava. Abandonou o curso no quinto ano, rompeu com o pai, saiu de casa e foi morar em "repúblicas", onde os colegas coabitavam.

Pertencera à turma de que fazia parte Miguel Couto, o excelente e bondoso Mestre, glória imortal da medicina brasileira.

Era patente sua indiferença aos reclamos de Asclépios. Só uma vez sua pena traçou, em 1883, artigo atinente à carreira que ele vinha trilhando sem lustre, na altura da quarta série, sobre o professor Domingos Freire e seus trabalhos relativos à febre amarela.

Sua inteligência voltava-se para a fantasia, escolhendo a carreira literária.

Os boêmios do *Café Cruzeiro*, *Maison Moderne*, *Café Londres*, liderados por Artur de Oliveira, que vivera em Paris longo tempo e lhes trouxe as novas mensagens poéticas do parnasianismo, a novel escola em que doutrinavam Vitor Hugo, Teófilo Gautier e tantos outros, concorreram para o definitivo divórcio de Bilac com os estudos de medicina.

Ainda na fala aos acadêmicos paulistanos, Olavo Bilac, naquela madura década de 1910, alegou:

"Entre o gabinete de química e a sala do nosocômio, entre a mesa de dissecação e o leito do enfermo, escrevi os meus primeiros versos: a minha poesia nasceu da ânsia de saber e da revelação da dor e da piedade. Que é o sonho senão uma flor do estudo e da compaixão; que é a arte, senão uma filha da curiosidade e do sofrimento?"

Os autores desse transvio foram, por certo, as companhia abominadas por meu pai e a débil argila do ser carente de plasmação

familiar, já que se revelava "meio estouvado, boêmio por instinto e por imitação, de palavra à flor dos lábios, eloquente, caloroso, comunicativo..."

Se bem que muito jovem, freqüentava rodas literárias, vindo a conhecer aí o dramaturgo Artur Azevedo, que se fez logo seu admirador. Isto demasiado lhe valeu, por quanto, embora com um vinténio de idade, passou a gozar de larga popularidade raramente alcançada por encanecidos homens de letras, mercê de dois sonetos, inclusive o *Ouvir Estrelas*, publicados por esse prestigioso pluminívo, em sua crônica, em dezembro de 1885, no *Diário de Notícias*.

Nessa crônica, Artur Azevedo profetizava, com irrestritos encômios, um porvir promissor nas letras para o vate despontante: "O nome de Olavo Bilac bem cedo fulgurará entre os melhores da nossa literatura. O leitor não conhece talvez esse poeta, que raramente aparece na *Semana* ou na *Estação*. Vou ter a honra de apresentá-lo, por intermédio de dois magníficos sonetos."

O vaticínio se confirma e, nunca deslebrado do que dele escrevera o grande amigo que o iniciara na carreira literária, assim se expressou Olavo Bilac, em 1908, através da *Gazeta de Notícias*, por ocasião da morte do conhecido *Gravoche*, o príncipe dos cronistas: "Quando comecei a minha vida de escritor, poeta obscuro, paupérímo e desamparado, que, vendo abrir caminho na vida com os meus cotovelos fracos, onde se puia o pano do único paletó — Artur já era o príncipe da crônica: seus artigos diários tinham um largo público e seu louvor e sua censura criavam doutrina. Mandei-lhe um dia dois sonetos e vi-os estampados, no dia seguinte: lembro-me bem! Foi o melhor dia da minha vida! Nunca vi o céu tão azul! Boêmio adolescente, atravessei a Rua do Ouvidor como conquistador da cidade e do país, tendo a ilusão de que as solas avariadas dos meus sapatos arrancavam chispas de estrelas nas pedras do calçamento."

Em plena révora, aos dezoito anos, Bilac compôs o soneto *Manhã de Maio*, início de sua áurea carreira de poeta, que estampou, em 1883, na *Gazeta Acadêmica*, formoso poema, hino à natureza em flor, "canção florida escrita a tinta azul nas pétalas de um lírio..."

Suas produções poéticas passaram então a ser publicadas pela imprensa. Sua estréia fora no órgão estudantil acima referido, com aquela festejada produção, seguindo-se, em 1884, na *Gazeta de Notícias*, sucesso idêntico com o soneto *Nero*, dedicado a Alberto de Oliveira, hoje incluído nas "poesias", sob o título *Sesta de Nero*. A repercussão popular desse poema igualou-se à obtida com outro soneto seu um ano depois, intitulado *Abissus*, oferecido a Bernardo de Oliveira, outro irmão de Amélia, sua eterna enamorada.

Em 1886, por ocasião da permanência da notável Sara Bernhardt no Rio, onde foi alvo de retumbantes homenagens do meio artístico, Bilac, sob o pseudônimo de Richepin, publicou, em o número de 10 de

julho de *A Semana*, belo soneto em francês *Fedora*, reproduzido em vários diários cariocas. Foi um sucesso, sobretudo porque o supuseram de autoria de Jean Richepin! O despeito, no entanto, não conseguiu denegrir o alto mérito de seu verdadeiro autor.

Dominando os idiomas de Bolleau e Cervantes, produziu lindas poesias em francês e espanhol.

Nessa altura, sólida se mostrava a amizade que fizera com Alberto de Oliveira, excelente poeta, acadêmico de Farmácia, cujo curso concluiu naquela vetusta escola de ensino superior da Rua da Misericórdia que Bilac freqüentou e, após um lustro, abandonara. E porque amigos íntimos e fraternos se encontrasse, foi, um dia, Bilac visitar os genitores de seu dileto companheiro, quem, segundo suas próprias confidências, o iniciara na arte de versejar.

E para lá rumou, a — Engenhoca —, residência, desde 1879, no arrabalde de Barreto, em Niterói, na aprazível chácara situada na Rua Diamantina, do velho José Mariano de Oliveira e sua esposa D. Ana, pais de numerosa prole de inspirados menestréis.

Em ali chegando, no ano de 1883, Bilac se fez de amores, à primeira vista, pela poetisa Amélia de Oliveira, uma das irmãs de seu amigo inseparável.

Diários os animados serões nessa álares mansão, nos quais se empenhava toda a gregaria parnasiana.

Posto que ardente o amor que os envolvia, enlevados ao mesmo sonho idílico, vivendo ambos seguros às intensas esperanças de um feliz conúbio semipaterno. Ela, nova Marília, a recitar-lhe os versos inspirados, o coração palpitante de emoções; ele, o bardo enternecido, trazendo a alma sacudida por contínuos frêmitos passionais...

Interrompido o curso médico, para o qual revelou completa animadversão, sente Bilac a necessidade de prosseguir seus estudos, ainda que enveredando por caminho bem diverso.

Resolve, então, o moço estudar Direito.

Inscreve-se como ouvinte na primeira série do curso jurídico da austera Faculdade do Largo de S. Francisco na capital do Estado bandeirante.

Não foi sem mágoa que se ausentou de sua terra natalina para engolfar-se na trepidante paulicéia, ele que adorava as plagas guanabarinhas das quais nunca se afastara:

— “Eu, carioca como ninguém, amo os usos de minha cidade amada. Amo a minha cidade com todas as suas fealdades e belezas. Amo-a como um pé doente a um calçado cômodo.

Precisava da carta de bacharel, já porque, destarte, dissiparia as terríveis dúvidas que pairavam no espírito da família a que almejava unir-se, já porque, assim, romperia os estreitos elos que o pren-

diam às rodas boêmias, carnavalescas e literárias, que, se o seduziam, nenhum lucro lhe porporcionavam no tocante às finanças e à saúde.

Auxiliado por José do Patrocínio, que tudo lhe facilita, Bilac parte em busca do ambicionado título, mais consentâneo com seus penhores revolucionários, uma vez que a atmosfera de São Paulo se mostrava propícia às campanhas abolicionista e republicana.

Após o *lunch* ruidoso com que se despediram os amigos do novo cultor das ciências jurídicas e sociais, o inspirado aero da *Tentação de Xenócrates* e da *Delenda Cartago*, o primoroso cinzelador da *Profissão de Fé*, a 21 de abril de 1887, embarcou no dia seguinte para a terra da garoa.

O volúvel estudante, mensageiro da missiva de apresentação a Gaspar da Silva, do *Diário Mercantil*, firmada pelo advogado e poeta Raimundo Correia, um dos de sua roda, foi bem acolhido e logo iniciou sua atuação nas colunas do prestigioso órgão de imprensa.

Sua franqueza não oculta os prazeres que lhe davam as novas amizades com Vicente de Carvalho, Teófilo Dias, Júlio Ribeiro, Venceslau de Queiroz, seus condiscípulos dos bancos escolares, destes bancos perlustrados por Álvares de Azevedo, Castro Alves e Fagundes Varela e tantos outros de imensa projeção no cenário da literatura.

Por lá passaram, por aquelas salas da vetusta Academia, Valentim Magalhães, Raimundo Correia, Luis Murat, Raul Pompéia, Silva Jardim, Assis Brasil, Luis Gama, vultos que culminaram na magistratura, na advocacia e, sobretudo, na política e nas letras.

E sempre franco, confessa o que vem sendo sua estada em São Paulo:

"... aqui estive estudando direito mas na realidade vadiando e fazendo versos, o que é quase a mesma coisa".

Pleno de saudades do Rio de Janeiro, escreve um mês depois de ali estar (pois sua permanência na Paulicéia foi somente, de abril de 1887 a maio de 1888) a Antônio Fernandes Figueira:

"Vingo-me fechando-me em casa, fazendo versos e decorando o texto de *Corpus Juris*. Tenho a cabeça cheia de rimas e de latim. Uma calamidade".

Azedava-lhe o espírito a idéia de ser advogado. Todavia, vem à Capital do Governo e realiza um passo decisivo de sua vida: o contrato de casamento com a sua adorada Amélia, a musa inspiradora de seus melhores poemas, a imagem constante de seus sonhos. Retorna a São Paulo e prossegue suas atividades, porém, poucos meses decorridos, abandona tudo e retorna definitivamente à Corte.

O inesperado, entretanto, o aguardava: a rotura do contrato de consórcio, recém-estabelecido, imposta por D. Ana, influída pela

maledicência de falsos amigos, que a convenceram ter o noivo da delicada Amélia, uma existência boêmia, um caráter solaz, dissoluto. O rude golpe aniquilou os dois. Ambos ficaram solteiros pela vida afora, conservando ambos, imperecivelmente, a lembrança desse singelo amor que os empolgara por ditoso quadriénio.

(Um parentese ora se impõe: — o rompimento se deu sob denso mistério. Bernardo, outro irmão da noiva, fora incumbido por sua mãe para reaver de Bilac cartas e retratos de Amélia, sem alegação dos reais motivos, o que levou cada qual à crença de se ver repudiado.

Vinte anos transcorridos, o inconsolável solteirão escreve o doloroso soneto *Maldição*, o que leva a sua fidelíssima Dulcinéia a compor a resposta à injusta imprecação do antigo enamorado, o lindo soneto *Choro inda por ti* a ele trazido por sua própria irmã Cora.

Tarde foi o magnífico soneto com que Bilac se revelou arrependido do julgamento impiedoso que fizera de sua amada, a que soube, através de quatro décadas, devotar-lhe o mais constante e puro amor).

Também não lhe satisfez o trato com as normas do Direito, razão por que, ao cabo de pouco mais de um ano, abandona a Faculdade e torna à origem, sede da boêmia e fonte inspiradora de pulquérrios poemas.

Abolicionista extremado ele antevê a próxima queda do Império, tão abalancado com as pregações demosténicas da plêiade intelectual que atuava nas praças públicas e pelas colunas vibrantes dos jornais da época.

Interessado em lançar a lume seu livro de poesias, o primeiro, em 1888, edita-o pela *Livraria Teixeira*, o vitorioso volume de *Poemas*, com *Panóplia*, *Via Láctea* e *Sarças de fogo*.

José Veríssimo, o mais exigente de nossos críticos, enaltecedo essa obra "revelou um poeta feito, possuidor de todos os segredos de uma arte que, segundo a sua profissão de fé, posta no limiar dos seus poemas, devia ser menos a expressão das grandes emoções da sua alma ou da alma humana que a cinzeladura, rara, esquisita, impecável do verso".

Não regressava ao Rio de Janeiro portando o diploma ambicionado, substituto daquele que seu pai tanto almejava, mas fruto espontâneo de seu estro, belezas imortais que viriam colocá-lo nas exatas culminâncias de — Príncipe dos Poetas Brasileiros.

Homem de imprensa, fundou com Pardal Mallet, de que fora inimigo, a ponto de se baterem em duelo, *A Rua*, jornal de vida efêmera, ingressando, a seguir, na *Gazeta de Notícias*, de Ferreira de Araújo, órgão consagrador por excelência.

Sua obra *Ironia e Piedade*, consagrada à memória do venerando jornalista que lhe introduziu na mão a pena de cronista literário,

seu talento, vantagens com o advento no novo regime surgido a 15 de novembro de 1889. É que a sua temível irreverência para com os próprios mandatários da República tocava às raias do absurdo.

O Marechal Floriano Peixoto foi um que, não tolerando tais ataques chistosos, mandou prendê-lo, por quatro meses, no Forte da Lage, depois de penosa peregrinação pelos cárceres de Barbono e do Arsenal de Guerra e a bordo do "Aiquidabá".

Solto, homiziou-se em Minas Gerais, para melhor fruir a liberdade no amplo cenário esmeraldino dos magníficos campos; obter a visão da inigualável grandeza das preciosas gemas brasileiras; vibrar ante a majestade hierática das verdes montanhas coroadas por miriades de estrelas cintilantes.

Seu desterro ganha encantamentos. Em pouco se dirige a Ouro-Preto, a legendária Vila Rica, plena de reminiscências históricas e trasbordante de acendrada fé.

O pretérito é ali evocado em cada canto; as igrejas seculares falam, com emoção, através da voz plangente dos sinos érios nos vetustos campanários; as ingremes ladeiras de roliças pedras parecem ainda povoadas daquelas longínquas personagens das eras coloniais.

Pisando-lhe o solo impregnado de brasiliidade e rescente de lirismo da imortal paixão da desditosa Marília de Dirceu, Bilac sente-se patriota incontido, que viria mais tarde, em clarinadas sonoras, fazer vibrar a alma cívica da Nação em explosões de amor pela Pátria.

De fato, por duas vezes o insigne poeta visitou o grande Estado montanhês, cuja nascente capital chamou de *Cidade Vergel*, antecipando em prosa burilada, rica de sedução e conteúdo, o seu promissor futuro de metrópole do sertão brasileiro: a primeira em 1892, quando de seu exílio voluntário em Ouro Preto, e a outra, a 23 de agosto de 1916, por um tríduo apenas, três festivos dias, para proferir momentosa conferência a convite da próspera Liga da Defesa Nacional.

A primeira viagem, ele a empreendeu a cavalo, um triénio antes da instalação definitiva da urbe projetada pelo proiecto engenheiro Aarão Reis, sob insólitos percalços através dos "Sertões de Santa Luzia do Rio das Velhas". Julgava-se, entretanto, mui compensado dessas canseiras, pelo espetáculo admirável que, a seguir, colhera, deparando as linhas rústicas do casario escasso do azemel do Curral del-Rei, onde havia somente quatro ruas estreitas e tortuosas, convergindo para o largo do único igrejório, dominado ao longe pelo altaneiro vulto da serrania, atalaia peregril da cidade nascente.

Haveria de ficar-lhe duradoura reminiscência dessa estada na vetusta Vila Rica, revelada, oportunamente, a 18 de setembro de

1903, ao recepcionar o novel acadêmico Afonso Arinos na Academia Brasileira, com estas palavras:

"Tivemos ali meses de uma vida singular, intensamente vivida, cheia de completos prazeres intelectuais, — que só podem ser bem contados aqui, a uma assistência escolhida e culta como esta, capaz de compreender como dois homens em pleno vício da mocidade puderam passar semanas e semanas entre os vivos, não os vendo nem ouvindo, e só tendo ouvidos e olhos para um estranho mundo de sombras e de fantasma.

Bem vos deveis lembrar..."

E com aquela magia descritiva de uma inteligência prelúcida, o parainfo magnífico do escorreito prosador montanhês se refere às ruas de Ouro Preto com suas personagens e seus fantasmas do século XVIII: mineiros, faiscadores, soldados d'El-Rei, aventureiros e escravos, pretos e mamelucos, frades e freiras, capatazes de chicos à mostra e vigias do Sr. Conde d'Assumar, milicianos e traficantes, bateadores de ouro e cateadores de cascalho, ouvidores e capitães-generais, damas de anquinhas e pretas da Guiné, garimpeiros e contrabandistas, reinós e senhores de escravos — e a tragédia de Felipe dos Santos e o romance de Marília de Dirceu.

... "Logo cedo, pela ingreme rua Direita, fámos ter à larga praça do Palácio. De um lado ficava a imensa Casa da Câmara, alto cubo salpicado de janelas, tipo acabado de arquitetura colonial, com os varões de ferro de cadeia em baixo e, em cima, a torre severa abrigando o sino ancião, a antiga campana de rebate, que servia outrora para transmitir ao povo humilde, com sua voz temida, a cólera e a bênção, ambas paternais e pesadas, dos representantes de El-Rei. Do outro lado, o Palácio, — um fortim, cuja presença causava espanto naquela praça tão calma, e cujas seteiras, ameias e barbacãs o apuro da pintura nova não conseguia tirar o aspecto ferrenho e hostil."

Era nessa fortaleza, remanescente da era colonial, que ao rés-do-chão estava instalado o arquivo público de Minas: "o cemitério das idades mortas, o campo-santo das nossas origens."

E, pleno dessas esplêndidas evocações, revive o cenário suave em que teve a ventura de respirar o pó dos séculos. E assim, acolhe no cenáculo máximo das letras o ilustre confrade, exímio novelista e publicista mineiro.

Nada obstante haver, destarte, se expressado acerca da primitiva capital da Província de Minas Gerais, ainda resume suas lindezas no mirífico soneto:

VILA RICA

O ouro fulvo do ocaso as velhas casas cobre;
 Sangram, em laivos de ouro, as minas, que a ambição
 Na torturada entranha abriu da terra nobre:
 E cada cicatriz brilha como um brasão.
 O *angelus* plange ao longe em doloroso sobre.
 O último ouro do sol morre na cerração.
 E, austero, amortalhando a urbe gloriosa e pobre,
 O crepúsculo cai como uma extrema-unção.
 Agora, para além do cerro, o céu parece
 Feito de um ouro ancião que o tempo enegreceu...
 A neblina, roçando o chão, cicia, em prece,
 Como uma procissão espectral que se move...
 Dobra o sino... Soluça um verso de Dirceu...
 Sobre a triste Ouro Preto o ouro dos astros chove.

A segunda foi apropositada, e por isso mesmo confortável, repleta de justo regozijo, sob os merecidos aplausos das autoridades civis, militares e eclesiásticas, dos estudantes e do povo em geral.

Foi dessa feita que no Teatro Municipal superlotado, a Academia Mineira de Letras se reuniu em sessão solene e extraordinária para ouvir a erudita conferência do preclaro orador e poeta excelso sobre a Liga da Defesa Nacional.

Foram três dias apenas, mas vividos intensamente, que mal chegaram para Bilac desobrigar-se do extenso programa elaborado pela classe estudantil e pelos intelectuais e homens públicos da generosa terra mineira. Desde o Chefe do Governo, Dr. Delfim Moreira, os presidentes dos órgãos legislativos do Estado mediterrâneo, Drs. Odilon de Andrade e Crispim Bias Fortes, Desembargador Edmundo Lins, presidente da Justiça local, até notáveis acadêmicos e professores, tais como Mário de Lima, Carlos Góis, José Eduardo da Fonseca, Aurélio Pires, Mendes de Oliveira, Franklin de Oliveira e Aníbal Machado, dentre tantos, as demonstrações de afeto e de exuberante regozijo não lhe faltaram no exiguo período de sua permanência na hospitaleira Minas Gerais.

E nada mais justo, porquanto seus discursos e poemas enlevaram os milhares de manifestantes, a ponto de o reterem na tribuna sob o delírio dos aplausos sem fim.

No Clube Acadêmico, numa dessas ruidosas manifestações, Bilac foi obrigado a recitar seus poemas "Milagre" e "A Pátria", este último hoje integrante de quase todas as antologias nacionais.

Ei-lo:

A P A T R I A

Ama com fé e orgulho a terra em que nasceste,
 Criança! não verás nenhum país como este!
 Olha que céu, que mar, que rios, que florestas!
 A natureza, aqui, perpetuamente em festa.

É um seio de mãe a transbordar carinhos,
 Vê que vida há no chão, vê que vida há nos ninhos,
 Que se balançam no ar, entre os ramos inquietos!
 Vê que luz, que calor, que multidão de insetos!

Vê que grande extensão de matas, onde impera,
 Fecunda e luminosa, a eterna primavera!
 Boa terra! Jamais negou a quem trabalha
 O pão que mata a fome, o teto que agasalha...

Quem com o seu suor a fecunda e emudece
 Vê pago o seu esforço e é feliz e enriquece.
 Criança! Não verás país nenhum como este:
 Imita na grandeza a terra em que nasceste!

De regresso do exílio a que se impusera, tornou a integrar o famoso grupo de artistas da pena que redourava as colunas da imprensa no crepúsculo do século XIX, ausência por demais sentida, já que o consideravam, como Raul Leoni o apelidara, "um semeador de beleza."

As tertúlias se sucediam em torno às mesas das luxuosas Confeitarias Pascoal, Colombo e Castelões às horas vesperais dos dias úteis, campeando ali a graça esfusiente, a crítica jocosa, e trocadilho inócio ou ferino.

O humor bilaqueano, todavia, que às vezes se mostrava irreverente, foi aos poucos cedendo passo a uma estranha maturidade, que o leva a abandonar a boêmia, e fazer-se um sisudo Inspetor Escolar, devotado à causa do ensino primário do então Distrito Federal, hoje Estado da Guanabara.

Malgrado essas novas atitudes, não deixou, no entanto, de ser o picneiro dos desastres automobilísticos no Rio, com o primeiro automóvel trazido de Paris, pelo seu amigo, ocorrido num domingo, na Tijuca aonde fora passear...

Bilac foi, sem dúvida, o fundador da crônica, como afirmava Guimarães Passos, que tantos seguidores logo teve em Coelho Neto, João do Rio, Humberto de Campos...

Cronista de escol, fiel enamorado de sua terra natal, sua colaboração oportuna e eficiente às grandes causas jamais desertou das colunas por ele subscritas. Em novembro de 1904, a propósito de um motim de rua, escreve: "No Rio de Janeiro, e em todo o Brasil, os analfabetos estão em maioria. Quem não sabe ler, não vê, não raciocina, não vive: não é homem; é um instrumento passivo e triste. que todos os espertos podem manejar sem receio."

Se assim se mostrava o cronista, atento a tudo que ocorria em todos os múltiplos setores da cidade e do país, a poesia, que era o seu fascínio, ainda lhe permitia azo para dedicar-se ao conto, onde se revelou primoroso mestre, refinado *conteur*.

A elegância da atitude, a linguagem característica do gesto, garganta de Stentor, sua voz era, no entanto, "leve, rápida e brilhante como uma seta de índio", segundo depoimento do helênico filólogo Barão de Ramiz Galvão.

E, desta forma, Bilac se fez, mercê ainda de sua onimoda cultura, verdadeiro orador, eloquente, demostênico, inspirado, cujo verbo viria, mais tarde, ecoar por todos os distantes recantos do Brasil qual dúcida e mirifica oferenda de um filho a serviço do Exército, no combate enérgico, com sua oratória convincente, o divórcio do meio civil e militar, as inexplicáveis incompatibilidades com a caserna, difundindo os salutares postulados do Sorteio Militar na maior campanha cívica que lograram assistir os moços da época, quiçá arredios dos quartéis, por entenderem que para eles só acorriam os soldados mercenários.

Dulciloquo, diz Martins Fontes que "nunca houve nenhuma voz comparável à sua!" "Nem mesmo Sarah Bernhardt teve a voz de ouro de Olavo Bilac."

Quando da visita do Presidente Campos Sales à República Argentina, este se fez acompanhado do insigne aedo. O povo da nação amiga, após ouvir extasiado o delicioso orador, exige sempre seus discursos famosos.

Em Bilac repontava musicalidade, gestos adequados e sóbrios, elegância e califasia.

Por esses fatores incontestes e devido a seu estilo acadêmico, tão do agrado do mundo feminil, era ele muito solicitado a proferir conferências cujos temas, por demais oportunos, carreavam numerosos e excelentes auditórios aos diversos pontos do Rio elegante, de Minas Gerais e da afanosa paulicéia: no Instituto Nacional de Música sobre a "Tristeza dos Poetas Brasileiros", "O Riso", "O Diabo", "A Beleza e a Graça", "O Dinheiro", "Quatro Heroínas de Shakespeare"; na Academia de Letras, sobre "Gonçalves Dias"; no Salão Steinwai, em S. Paulo: "A Esperança"; no Gabinete Português de Leitura: "Don Quixote"; na Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro: "O Comércio e a Civilização"; no Ginásio

Grambery, de Juiz de Fora: "Instrução e Patriotismo"; na Sociedade de Cultura Artística de São Paulo: "Bocage". Do mesmo sentido literário e conservando aquele seu remarcado estilo acadêmico pronunciou outras apreciadas conferências: "Amores de Maimões", "O Feitismo dos Poetas Brasileiros", "Brasil", "Sobre Algumas Lendas Brasileiras" e "Sobre as Crianças".

Espirito liberal, valeu-se de sua robusta inteligência para condenar o trabalho do menor nas fábricas, a exploração do labor feminino, e pugnar por uma legislação social conveniente ao proletário. Foi favorável ao divórcio, à alfabetização das massas e à democratização do ensino. Eram ideais progressistas para os moderados dias que se sucediam.

A glória de Bilac já se firmava antes de 1896, ano em que, sob os melhores auspícios, foi fundada a Academia Brasileira de Letras, por figuras de inconfundível valor da galáxia cultural do país. Seu aureolado nome foi logo incluído entre os fundadores do novel cenáculo. Sua cadeira, a de n.º 15, é patronada por Gonçalves Dias, outro mavioso vate, nascido no Maranhão.

O círculo de novos amigos e admiradores crescia a cada manifestação poética de sua invulgar obra literária.

Tudo servia de agradável ensejo para as freqüentes demonstrações de apreço ao insigne co-autor de *A Terra Fluminense*, esplêndido catecismo de educação cívica, pequeno livro editado na Imprensa Nacional, em 1898, e unanimemente aprovado pelo então Conselho Superior de Instrução do Estado do Rio de Janeiro.

Exemplo típico é o concorrido banquete que lhe foi oferecido no Palácio Teatro, na Capital Federal, a 3 de outubro de 1907, onde discursaram, pelos ofertantes, Augusto de Lima, Coelho Neto e Guilherme Ferrero. A apologia da luminosa obra do homenageado, que agradeceu enternecido, em oração do mais fino lavor literário, aos manifestantes, elementos representativos das artes, das letras, da sociedade, em suma, de todos os setores da vida nacional.

Por toda a parte se ouviam os primorosos versos do lírico menestrel, o incomparável artifice da forma, declamados pelos moços, tributo anônimo das massas ledoras ao lídimo mestre do Parnasianismo.

Apesar de Bilac conviver com três dos brilhantes poetas da época: Alberto de Oliveira, Raimundo Correia e Vicente de Carvalho, sua merecida fama, ultrapassando os lindos brasileiros, resplandecia também nos céus alienigenos.

E por essa ocasião que o hebdomadário "Fon-Fon" lança disputado concurso para a escolha do "Príncipe dos Poetas Brasileiros".

Coube a Olavo Bilac o honroso galardão, pois outro nunca se revelou mais digno na aristocracia intelectual, mais merecedor das láureas desse principado do espírito.

As honrarias em conseqüência, se sucederam.

Em 1899 já houvera sido nomeado Inspetor Escolar, cargo que exercia com devotamento e assiduidade, interrompida para integrar a comitiva do estadista Campos Sales, quando de sua viagem à República Argentina.

Eis rápida e graciosa autobiografia feita por Bilac, a pedido da revista *Caras Y Caretas* de Buenos Aires, quando lá passou:

"Nasci quando argentinos, paraguaios e brasileiros andavam batallhando e morrendo. A estrela que presidiu o meu nascimento era rubra como o sangue. Apesar disso, sou um homem pacífico; somente uma décima parte de minha alma pertence a D. Quixote: as outras nove décimas pertencem a Sancho Pança.

Sou solarengo. Amo a minha cidade com todas as suas fealdades e todas as suas belezas. Amo-a como um pé doente a um calçado cômodo, ou como um arroio humilde ama o bordo obscuro das matas que o abriga. Tenho 36 anos. Deus queira que possa viver outros tantos, com alguma saúde, com algum dinheiro, com alguma alegria e, principalmente, com muita paciência.

Eis tudo quanto posso dizer de mim mesmo. Só tenho amigos e não sei se tenho inimigos.

Dizem que sou poeta: se é verdade, tanto melhor para mim; se não é verdade, bem-aventurada seja essa mentira que me consola.

Nota final. Durante cinco anos estudei Medicina; durante três anos estudei Direito; faz 36 anos estudo a vida; e apesar de tanto estudo, minha ignorância é profunda".

Em 1906, é distinguido com a nomeação para Secretário-Geral da 3^a Conferência Pan-Americana no Rio.

No ano seguinte, o Prefeito do Distrito Federal, General Souza Aguiar, nomeia-o seu secretário particular.

O Governador Portela o faz, a seguir, seu secretário no Governo do Estado do Rio de Janeiro.

A 14 de Julho de 1909, decorridos cinqüenta e quatro meses do inicio de sua construção, portanto quatro anos e meio exatamente, era inaugurado no Rio de Janeiro o seu Teatro Municipal, luxuoso edifício destinado à exibição de óperas líricas e músicas clássicas.

Posto que a idéia houvesse sido aventada, há muito, pelo eminente dramaturgo Artur Azevedo, célebre autor teatral, através de uma série de artigos nos jornais, encarecendo a necessidade de a capital do País ser enriquecida por uma casa de espetáculos digna de rivalizar com os grandes teatros do mundo, somente em 1894 os legisladores cariocas a concretizaram em lei, cuja execução, contudo, foi protelada continuamente.

Começada no quadriênio presidencial do Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves, sendo Prefeito da cidade o Engenheiro Dr. Francisco Pereira Passos, foi a custosa obra (para a época, pois seu custo atingiu a elevada cifra de dez mil oitocentos e cinqüenta e seis contos de réis, hoje no valor de dez mil oitocentos e cinqüenta e seis cruzeiros) inaugurada às 20h30min na presença do Presidente Dr. Nilo Peçanha, do Prefeito General Francisco Marcelino de Souza Aguiar "e mais autoridades superiores da União e do Distrito Federal e bem assim representantes dos Poderes Legislativos Federal e Municipal, do Poder Judiciário, o Engenheiro-Chefe e funcionários da Comissão Construtora do Teatro, representantes da Imprensa e das classes que compõem a Força Pública, além de outras pessoas gradas e grande número de senhoras e cidadãos das demais classes sociais", conforme a respectiva Ata.

O preságio do imortal autor de "O Dote" foi plenamente realizado: que se tornaria a maior casa de espetáculos e o centro político, social e artístico, o esplêndido teatro, que, sob aplausos merecidos, acabava de ser entregue ao público, aos acordes vibrantes do Hino Nacional Brasileiro, pela palavra eloquente do poeta e orador Olavo Bilac, secretário particular do Chefe do Executivo Municipal.

Após sua magnífica oração foi cumprido este excelente programa:

Poema sinfônico *Insônia*, de Francisco Braga; *Noturno* da ópera "Condor", de Carlos Gomes; peça *Bonança*, de Coelho Neto e a ópera *Norma*, de Delgado de Carvalho. Orquestra sob a batuta do insigne maestro Francisco Braga.

Infelizmente o lançador da genial idéia — Artur Azevedo, que, desde 1895, vinha travando crua batalha para a consecução de seu projeto, não logrou assistir à realização de seu sonho, porquanto veio a sucumbir, um pouco antes, a 22 de outubro de 1908.

Em 1910, é Bilac designado Delegado do Brasil junto à 4^a Conferência Pan-Americana, a reunir-se em Buenos Aires.

A Europa, teve ele oportunidade de ir várias vezes, pois considerava esses passeios imprescindíveis a um homem de espírito. Inglaterra, Itália, Suiça, Holanda, Bélgica, Espanha e França, foram os países que sempre mereceram suas visitas, sobretudo este último, de quem dizia, por muito adorar-lhe a Capital: "No mundo só há uma coisa interessante — Paris. O resto é paisagem."

Aliás, Bilac nunca deixou de visitar o velusto Portugal em todas as suas andanças pelo antigo Continente, por isso que lhe dedicava acrisolado amor.

Lisboa, a metrópole lusiada, sempre lhe mereceu carinho como-vedor. Seus bairros tradicionais e personalidades famosas recebiam as interessadas visitas do eminentíssimo autor da "Via Látea".

Se vibrante foi sua recepção pelo povo olisiponense no ano de 1904, inenarrável a que lhe fez a Academia de Ciências de Lisboa, em 30 de março de 1916, ao empossar-se, ali, quando Bilac proferiu eloquentíssimo discurso, terminando com estas palavras, após haver evocado a história da fundação daquele Grêmio, na mansão real de D. Maria I, em 1780, e exaltado a figura de seu secretário, José Bonifácio de Andrada e Silva:

Esta consciência de existências anteriores, vaga lembrança de vários avatares, é fenômeno psíquico muito familiar a todos os espíritos que se nutrem de tradicionalismo, dados ao amor e ao culto das coisas do passado.

Sempre fui um tradicionalista, sem ser retrógrado.

Senhores! Querendo ser vosso quis de modo mais forte, incorporar-me à vossa cultura e integrar-me ao vosso passado!

Em verdade, o meu nacionalismo é filho do meu tradicionalismo!"

Humilhado, confessava no início: "Não condecorais propriamente o poeta, que é pobre, e o homem, cuja única virtude é a sinceridade".

Destarte, ele iniciava a definição da filosofia de seu nacionalismo, o que viria agitar na década final de sua profusa existência, as labaredas de um verdadeiro entusiasmo que se alastraram por todo o Brasil numa cruzada redentora.

Outra retumbante homenagem, a 17, no dia posterior, lhe é prestada: grande banquete promovido pela revista "Atlântida", dirigida por João de Barros. Discursaram nesse ágape: o Ministro da Instrução Pública, Júlio Dantas, Alexandre Braga, Jaime Cortesão, Alberto de Oliveira, Henrique Lopes de Mendonça, pela Academia de Ciências, anfitroa da festiva noite transata e o dirigente do periódico promotor desta solenidade a que não faltaram os mais expressivos elementos da cultura lusa.

O agradecimento de Bilac foi um novo hino apologético à língua portuguesa e à latinidade.

A nota sensacional, contudo, foi o que ocorreu logo depois do elóquio do homenageado, segundo o registro da imprensa:

"Tinha Bilac acabado de falar, quando, de repente, entrou no salão perfumado com o aroma que se exalava das flores morrendo na mesa, sob as faiscas da luz elétrica, Guerra Junqueiro com um estranho fulgor no olhar e um arrepião passado na sua barba patriarcal; foi para Olavo Bilac de braços abertos, beijou-o comovidamente na fronte e exclamou:

— A Poesia de Portugal beija a Poesia do Brasil e pede ao poeta que leve esse beijo quente, palpitante de emoção, a todos os seus camaradas brasileiros!".

E os dois grandes vates abracados, merecem frenética ovacão do numeroso auditório, em cujos olhos afloravam lágrimas de vivida alegria.

Nessa estada em Portugal, Bilac realiza uma conferência no Teatro República, sendo apresentado aos espectadores pelo excelente autor de "A Velhice do Padre Eterno". A peroração desta magnifica peça oratória a todos comoveu levando a assistênci a, de pé, aplaudí-los demoradamente:

"Exalteiros, em coro imenso, a Pátria-irmã aclamando Olavo Bilac, o seu grande poeta", disse Guerra Junqueiro.

— "Eu, beijando-lhe a fronte, beijo o Brasil no coração!"

Era a consagração máxima ao poeta, que, no seu próprio país, um ano antes, na homenagem que lhe prestara o Exército Brasileiro, a 6 de novembro de 1915, asseverara com ufania:

"Sou, apenas, poeta; e poeta sincero e patriota. Se posso ser professor, quero ser e serei exclusivamente professor de entusiasmo."

De fato, o que mais o caracterizou foram os constantes arroubos de entusiasmo, máxime no tocante aos movimentos libertários e progressistas que, de quando em quando, agitavam as multidões.

É bem vero que ele se revela, por vezes, contraditório, o que não invalida o alto conceito de madureza que o abandono da boêmia lhe trouxera.

A sua obra de poeta e jornalista apresenta, sempre, em consequência, uma feição bipolar. Situa-se entre o efêmero e o ideal; o amor puro e o sensual; a beleza física e a espiritual; a negação e a afirmação; o materialismo e o espiritualismo, num caminhar vibrante em busca da perfeição", observa o General Moacir Araujo Lopes.

Se a constante é a perfeição, não se lhe poderá emprestar sentimento contraditório nas manifestações animicas que sua pena ágil procura fixar.

Na supra-referida oração, no Clube Militar, ele confessa, como que arrependido "...Também me envergonho hoje da frívola e irônica literatura, que deixei pelos jornais, muitas vezes clevada do fermento anárquico."

Espírito progressista, era, contudo, um sentimental. Sua extensa obra de cronista, por quatro décadas, focalizou as "tristes contingências das vidas sem horizontes". Estreara na cidade do Rio escrevendo sobre as crianças exploradas, quer por pseudas mães, quer no penoso trabalho das fábricas. Socialista à maneira de George Sand, expendeu, em 1913, candente censura à legislação em vigor, que, apenas, proíbe a exploração de menores de oito anos na indústria, permitindo aos de outras idades, criaturas humanas em botão, ser

lançadas a centros sem luz, sem ar, faltas de asseio, sujeitos à fadiga lenta, ao envenenamento inevitável da agitação febril.

Suas idéias, no entanto, não alcançam as camadas sociais superiores, de modo a colher, de pronto, o remédio reclamado.

O analfabetismo, no seu entender, é a gênese de todos os males.

Em famoso discurso de propaganda cívica exclama:

"Não está acabada a obra da Independência, da Abolição e da República."

E assim convicto, empreende campanha energica em beneficio da erradicação do analfabetismo em nosso País, "que não tem força para se impor ao respeito dos outros", por contar com milhões de illetrados...

Olavo Bilac, que visitara a Europa mais de quinze vezes, em pleno periodo sangrento da I Guerra Européia, chegou à conclusão:

"o que está convulsionando o mundo é o amor à conquista de terra e de mares, o amor à expansão do comércio, o amor do interesse utilitário".

Os problemas que se relacionavam com a defesa nacional há muito vinham preocupando o espirito solerte de Bilac, nascido sob o signo marvótico de 1865-1870.

Acreditando nos perigos externo, próximo ou remoto, e interno — a quebra da unidade: a anemia do caráter e do patriotismo, a escassez de instrução, o acúmulo de erros administrativos, as cobicanças e a tristonha indiferença em que vegeta o povo incauto, expõe estes seus pontos de vista nas conferências com que sacudiu a opinião pública através do solo pátrio, em prol do serviço militar compulsório, que vinha encontrando obstáculos à míngua de propaganda.

Certa feita, em 1906, descrevendo a parada militar de 7 de setembro, encarou-a debaixo de suas exterioridades, asseverando que um desfile marcial é o espetáculo mais empolgante que se pode dar ao povo.

Bilac, aliás, sempre manteve grande admiração pelas glórias militares.

Desde criança ouvia a séria ameaça dos pais aos filhos peraltas e indóceis:

"Olha, se facilita comigo, ponho-lhe uma farda às costas!" o que, geralmente se concretizava.

Enquanto por toda a parte do Velho Mundo ser soldado era meritório, pois decorria de um dever cívico, no Brasil consistia em agravo, castigo de marginais.

A guerra que avassalou a Europa, levando-nos a participar do tétrico conflito, fez explodir pelo nosso país amplo e irrepreensível movimento de entusiasmo cívico.

Coube a Olavo Bilac o honroso mandato de propagandista do serviço militar obrigatório.

E parte resoluto, em 1916, a percorrer as principais cidades dos Estados brasileiros, indo, por vezes, a localidades distantes, no interior, para levar-lhes a palavra erudita e convincente de que urgia armar o Brasil, porquanto, armando-o, estariam a defendê-lo.

As atrevidas objurgatórias de impertinente militarismo, retrava Bilac:

"Profissionais devem ser os diretores do quartel livre e democrático, e essa profissão deve ser cercada de todo o prestígio, de toda a garantia, e de um caráter sagrado. Medo do militarismo? Mas quando todos os cidadãos forem soldados, ninguém terá medo dos soldados; porque seria infantil e irrisório que todos os cidadãos tivessem medo de si mesmos, das sombras de si mesmos."

Eterno semeador de entusiasmos, sua alma vibrante soube comunicar-se às multidões, levando-lhes a centelha de seu patriotismo infatigável.

Já dera provas de seu otimismo salutar em diversas campanhas a que fora convocado a auxiliar. Em 1904, por haver publicado crônica sobre efeitos dos exercícios físicos sob o título *Salamina*, em que admitia o desenvolvimento muscular como inicio de educação cívica, as sociedades do remo lhe ofereceram opiparo banquete. Ao agradecer o cordial ágape, diz o homenageado aos participes do esporte náutico:

"Quando, no lusco-fusco de antemanhã, saltais da cama, e, roubando duas horas ao sono, ides encher de ar salitrado os pulmões, é principalmente a alma que ides fortalecer na contemplação do mar infinito, coberto de trevas, do céu sem raias, ainda salpicado de estrelas."

Precursor da campanha de alfabetização, em 1905 escreve crônicas reclamando escolas. Muitas e boas!

"Ah! Quando chegará o dia em que possamos ter menos academias e mais escolas primárias, menos aparência e mais fundo, menos retórica e mais cartas de a-be-cê!"

O que caracteriza as nacionalidades é o idioma, e, para Olavo Bilac, corriam sério perigo, que o melhor exército e a maior esquadra não lograriam afastar, se não houvesse enérgicas providências para erradicar dos núcleos germânicos no sul, o uso de sua língua materna.

Não que fosse o poeta nativista, como, à época, campeavam os jacobinos. Tanto assim que, unindo-se ao caricaturista Julião Machado, publica revista de defesa da colônia lusa.

Indo a Portugal, mais tarde, beija a estátua do conspícuo autor de *A Mão e a Luva* e discursa num banquete que lhe oferecem os diretores da *Atlântida*, revista literária, censurando a descabida ironia que visa a

"matar por envenenamento gradual, sarcástico, infecundo, estiolar de toda a crença, toda a esperança e toda a bondade da comunhão, — essa ironia é um crime torpe, que não pode obter perdão nem misericórdia..."

Ele que fora um encarniçado trabalhador da pena, e que já se revelara exímio cronista, durante mais de um vintém, em 1902, com a presença de Rejane no Rio, tornou-se também crítico teatral. Quatro anos depois se dedicava a outro gênero literário em voga: a conferência, lotando, aos sábados, o Salão do Instituto de Música com excelente auditório, constituído das figuras mais representativas do cenário cultural, ávido de sua palavra mágica, plena de reais ensinamentos.

E tantas foram as conferências proferidas, ampliações de trabalhos e crónicas antigas que enxamearam os jornais e periódicos, que Bilac as reuniu em volume, como de seu feitio, sob o título: *Conferências Literárias*.

É nesse comenos que Bilac enceta a organização de um Dicionário Analógico, labor pertinaz, diário, em que viria consumir seis longos lustros.

Trabalho de garimpeiro, como ele próprio o estimava.

Por múltiplas facetas de sua enigmada personalidade — poeta, orador, jornalista, abolicionista, *conteur*, cronista, conferencista, republicano, nacionalista, professor, inspetor escolar, secretário do Executivo Municipal do ex-Distrito Federal e do Governo do Estado do Rio de Janeiro, representante do Brasil em vários certames culturais estrangeiros etc. — foi Bilac até aqui encarado.

Haveremos, agora, de ressaltar o apostolado cívico do eminente brasileiro vivido com intensidade, de 9 de outubro de 1915, quando proferiu o famoso discurso na Faculdade de Direito de S. Paulo, até o seu aplaudido regresso ao lar, exausto da magnifica campanha, para o ocaso doloroso que o conduziu à glória eterna.

Olavo Bilac, patriota e nativista, civil que imensuráveis e relevantes serviços prestou à coletividade brasileira, máxime através do Exército Nacional, só agora vem sendo ressaltado e o preito de gratidão manifesto em sua data genetliaca. Fazendo-se desta efeméride o *Dia do Reservista* e tornando-se o grande propugnador do Serviço

Militar obrigatório. *Patrônio do Serviço Militar*, resgatou-se, ainda que com relativo atraso, parcela de uma grande dívida.

Silvio Romero, em "Doutrina contra Doutrina", expõe, em admirável síntese, o papel eficaz que sempre soube representar o Exército oportuno e benéfico, nas campanhas patrióticas populares, como na Independência do país, na Abolição da Escravatura, na derrubada do regime monárquico e alijando do poder alguns governos mal intencionados e retrógrados quando se faz mister.

Se o Exército jamais obrou fora dos sãos princípios, para garantir a soberania nacional, a politicalha, por vezes, lhe acarreta danosos prejuízos.

Exemplo disso, as campanhas civilistas com o escopo de ofuscar o nome do incômodo Marechal Floriano Peixoto e de evitar a eleição do Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca à presidência da República.

Quando era Ministro da Guerra essa última patente, o sorteio militar foi como que arrancado do Congresso Nacional com a lei da reorganização do Exército, em 1908.

Transcrevemos, com oportunidade, trechos de — Bilac, o patriota —, de autoria do Tenente-Coronel João Capistrano Martins Ribeiro, inserto em *A Defesa Nacional*, n.º 604, de nov/dez de 1965:

"Nesse ano lembraram-se de promover uma homenagem à Bandeira Nacional. Bilac assinava o manifesto distribuído. Feita pela primeira vez em São Paulo essa comemoração, de iniciativa do professor José Feliciano, oficializou-se em todo Brasil, em desagravo à insólita quanto antipatriótica atitude de um padre que, nas exéquias de alunos da Escola Naval, recusara-se a cobrir o caixão com a Bandeira a pretexto de que "Ordem e Progresso", lema positivista, não podia de público figurar numa cerimônia católica.

Data daí a exacerbão patriótica de Bilac.

Empolgado pelo ideal de um Brasil grandioso, integrou-se nas coisas da Pátria, voltando-se para as classes armadas onde julgou encontrar os elementos, por natureza, já coordenados e coesos na defesa dessa Pátria que a politicagem dissolvente de todos os tempos procurava desagregar.

O baluarte do civilismo era São Paulo. Lá o candidato civilista tivera a sua maior votação nas eleições de 1910.

Essa política estava fora das trincheiras com o término do governo Hermes. E 1915. Já o Velho Mundo, há um ano, estava em chamas ou sob a metralha. Era necessário aproveitar o momento e botar o sorteio militar em execução. Nesse mesmo momento Bilac passa do subjetivismo doutrinário para o objetivismo da ação. A sua

missão é pregar a necessidade da execução do sorteio na cidadela do civilismo. E a 9 de outubro, na Faculdade de Direito de São Paulo, o grande parnasiano, cruentamente, com ar de cabo-de-guerra, em momento de batalha, sintetizava a situação dolorosa que o país atravessava, concitando o auditório, e a mocidade em particular, para a luta que devia preparar a defesa do Brasil.

Nós éramos Sargento do 2º RAM, em Curitiba, no Paraná, onde tivemos a honra de conhecer esse herói desconhecido, Bilac, que transformado de poeta em professor de patriotismo e de civismo, andava por toda parte a chamar, com palavras fortes, a mocidade ao cumprimento do dever para com a Pátria. Num verdadeiro sacerdócio de civismo, percorreu outros Estados na sua faina de levantar a moral dos brasileiros.

Fato interessante de assinalar: Ele que era velho jornalista teve toda a imprensa contra si. E sofreu toda a campanha e motejos dessa imprensa, sem nenhuma defesa.

Espírito superior não se defendeu. Não era culpado. Não tinha de que defender-se.

Só em certa época apareceu Humberto de Campos, fazendo-lhe justiça em duas crônicas que publicaria mais tarde no seu livro "Carvalhos e Roseiras".

É notável estudar-se a vida de Bilac no último decênio de sua vida, de 1908 a 1918.

Mas para fazer sobressair os benefícios consideráveis de sua atuação relevante na execução do Serviço Militar, basta lembrar e considerar como em São Paulo foi aceito esse instituto nacional.

Nós fomos parte no momento e, portanto, tivemos ocasião de observar e avaliar a ponderável influência que o sorteio militar exerceu na alma da população bandeirante.

Para melhor entendimento e comprovação de nossas assertivas esboçamos ligeiramente alguns fatos importantes passados na época (entre 1915 e 1918), não só por interessantes, mas, também, por terem natural ligação com a nossa exposição.

Em 1915 a remodelação do Exército trouxe, sorrateiramente, no seu bojo, a extinção de algumas Regiões Militares e consequente diminuição dos efetivos, importando na extinção, também, de várias Unidades, e a justificação para isso apresentada era a de todos os tempos: falta de recursos.

Para os que tinham olhos de ver, essa obra era, simplesmente, uma maneira disfarçada do civilismo para deturpar a obra patriótica do Marechal Hermes da Fonseca (Reorganização do Exército), que para nossa felicidade val sendo recomposta nestes últimos anos pelo Estado-Maior do Exército.

versos: *Música Brasileira*, *Língua Portuguesa* e agora, ali, se imortalizava com o sublime soneto:

PÁTRIA

Pátria, latejo em ti, no teu lenho, por onde
Círculo! e teu perfume, e sombra, e sol, e orvalho!
E, em seiva, ao teu clamor a minha voz responde,
E subo do teu cerne ao céu de galho em galho!

Dos teus liquens, dos teus cipós, da tua fronde,
minho que gorjeia em teu doce agasalho,
Do fruto a amadurar que em teu seio se esconde,
De ti, rebento em luz e em cánticos me espalho!

Vivo, choro em teu pranto; e, em teus dias felizes,
No alto, como uma flor, em ti, pompeio e exulto!
E, eu morto, — sendo tu chela de cicatrizes,

Tu golpeada e insultada, — eu tremerei sepulto:
E os meus ossos no chão, com as tuas raízes,
Se estorcerão de dor, sofrendo o golpe e o insulto!

Bilac, esteta, maravilhava-se com os encantamentos da nossa natureza, não perdendo, todavia, o senso de realidade, revelando-se com isso profundo sociólogo. Daí suas apreensões.

“O que me amedronta é a mingua de ideal que nos abate. Sem ideal, não há nobreza de alma, sem nobreza de alma, não há interesse, não há coesão; sem coesão não há pátria.”

E numa veemente oração, inserta em “Últimas Conferências e Discursos” de sua lavra, lança enérgico protesto:

“Não podemos mais perder tempo. Estamos sendo arrastados para a ruina. Defendamo-nos!”

Foi quando Gregório da Fonseca, então Capitão do Exército, prestigioso elemento de sua grel e também artista, conhecendo profundamente a capacidade cívica do seu amigo, o perfeito amálgama do homem sociável e elegante com o famoso poeta de palavra es-correta e patriotismo exaltado, aponta o nome de Olavo Bilac aos meios militares, como o paladino das vibrantes jornadas que a Pátria reclamava!

“Só é completo e perfeito”, diz Humberto de Campos, “o que é sincero e natural.”

Bilac era o protótipo do homem elegante: elegante no linguajar, nas maneiras de vestir-se, ao modo de conduzir-se na sociedade e entre os mais íntimos. Em suma: constituiu-se o legitimo expoente da elegância, no seu triplice aspecto — físico, intelectual e moral.

E sob esse derradeiro ponto de vista, moralmente, o homem completava o poeta.

O vate conservou nos sentidos, no poente da vida, os mesmos ardores da sua luzente alvorada.

A musa tornou-se, apenas, pudorosa. A que lhe servira de amante apaixonada, passava a ser, afim, companheira confortadora.

In gente e frutuosa tarefa que lhe afetaram. Homérica jornada cívica que o Apóstolo houve por bem empreender, para cumprimento do dever imposto. A lei do serviço militar exigia sua imediata execução, porém era patente o divórcio entre as duas classes, com real prejuízo para a Defesa Nacional. A sociedade, *ratinée*, menos intimidade queria ter com a caserna.

Bendita, pois, sua valiosa intervenção. Foi elo, destarte, o precioso hifén entre o meio militar e o civil, o que logrou extinguir de vez essa inexplicável ojeriza que o paisano votava às forças armadas, aliançando-os para a garantia da nacionalidade e o progresso do País.

Bilac, assim chamado à luta, se lança à remagem cívica que, durante três anos consecutivos teve o seguinte roteiro (conforme o registro de Afonso de Carvalho em *Bilac*, magnifica obra deste ilustre escritor).

Em 1915 — A 9 de outubro discursa na Faculdade de Direito de São Paulo. A 14, fala na Faculdade de Medicina, na paulicéia.

A 6 de novembro, pronuncia discurso de agradecimento na homenagem que lhe tributava o Exército, no Clube Militar, e, no dia 19, profere a famosa "Oração à Bandeira", no Batalhão de Guardas.

Em 1916, vai à Europa, sendo alvo de grandes manifestações na Academia de Ciências de Lisboa e na revista *Atlântida*, onde recebeu lauto banquete, oportunidade que levaram a proferir formosas orações.

Indo a Minas Gerais, no mês de agosto, a 24, fala aos estudantes e, a 26, discursa na Academia Mineira de Letras, pronunciando, no dia seguinte, memorável oração de agradecimento, no grande banquete que lhe é oferecido na capital montanhosa.

A 7 de setembro é o orador oficial na sessão de instalação do Diretório da Liga da Defesa Nacional, no Rio de Janeiro.

A 1.º de outubro, já no Estado do Rio Grande do Sul, fala na Intendência Municipal de Porto Alegre. No dia seguinte, dirige-se em memorável oração ao povo rio-grandense. No dia 4, faz uma conferência na Academia de Letras do Rio Grande do Sul. E nos dias 11 e 12, respectivamente, dirige-se, em vibrantes alocuções, aos estudantes gaúchos e à guarnição da capital do Estado.

De regresso, vai ao Paraná e no dia 17 de novembro discursa no Centro de Letras de Curitiba e da Universidade estadual.

Em 1917 — vai em março a São Paulo. No dia 19 pronuncia conferência na Sociedade de Cultura Artística de São Paulo. No dia 28, discursa em Santos, tendo a 22 falado na Escola Normal de São Paulo. A 2 de abril discursa no banquete que lhe oferecem na capital paulista.

Como coroamento desse ano agitado, a 15 de novembro ora na sessão cívica do Diretório Regional da Liga da Defesa Nacional no Estado fluminense. E na Festa da Bandeira, 19 de novembro, nos Colégios Aldridge e Paula Freitas do Rio de Janeiro.

Da maioria desses marcantes passos oportunas menções já foram feitas, sendo, ainda, dignos de relevo especial, agora, a *Oração à Bandeira*, proferida a 19 de novembro de 1915, no tradicional Battalhão de Guardas, e a lapidar sentença:

"Deus vos inspire e a Pátria vos abençoe!" ao fundar a Liga da Defesa Nacional, a 7 de setembro de 1916, com Pedro Lessa e Miguel Calmon, entidade que, até hoje, "alimenta e projeta a chama dos ideais dos seus fundadores."

E num dos pontos culminantes de sua ativa peregrinação pelo Rio, Paraná e o extremo Estado sulino adverte:

"Para que haja Pátria, disse eu, é necessário que haja unidade e coesão. Dentro desta necessidade, é claro, podem entrar todos os credos políticos e religiosos. Só não pode entrar aqui a absoluta e absurda ausência de todo o credo..."

... "A grande Pátria aceita todos os credos: só não aceita os que nada crêem."

A magia de sua palavra profética não alcança apenas os moços, a fim de encorajá-los a envergar a honrosa farda, mas também os oficiais, a quem traça rumos decisivos, educadores nos quartéis das Forças Armadas.

"O que é preciso é que esses encontrem no quartel oficiais dignos, capazes, entusiastas, moços, ardentes, que sejam exclusivamente oficiais, isto é, educadores e disciplinadores, adorando a sua profissão, limitando toda a sua energia e a sua fé ao exercício da sua missão, unicamente e essencialmente brasileiros, afastados das lutas partidárias religiosas ou políticas, porque qualquer partidismo diminui o valor moral do oficial..."

Eis a linda e antológica:

ORAÇÃO A BANDEIRA

Bendita sejas, Bandeira do Brasil!

Bendita sejas, pela tua beleza! És alegre e triunfal.

Quando te estendes e estalas à viração, espalhas, sobre nós, um canto e um perfume: porque a viração, que te agita, passou pelas

nossas cataratas, rolou no fundo dos nossos grotões agrestes, beliou os píncaros das nossas montanhas, e de lá trouxe o bulício e a frescura que entrega ao teu seio carinhoso.

És formosa e clara, graciosa e sugestiva. O teu verde, cor da esperança, é a perpétua mocidade da nossa terra e a perpétua meiguice das ondas mansas que se espreguiçam sobre as nossas praias. O teu ouro é o sol que nos alimenta e excita, pai das nossas searas e dos nossos sonhos, rumo da fartura e do amor, fonte inesgotável de alento e de beleza. O teu azul é o céu que nos abençoa, inundado de soalheiras ofuscantes, de luares mágicos e de enxames de estrelas. E o teu Cruzeiro do Sul é a nossa história, as nossas tradições e a nossa confiança, as nossas saudades e as nossas ambições; viu a terra desconhecida e a terra descoberta, o nascer do povo indeciso, a inquieta alvorada da Pátria, o sofrimento das horas difíceis e o delírio dos dias de vitória; para ele, para o seu fulgor divino ascenderam, numa escala ansiosa, quatro séculos de beijos e de preces; e pelos séculos em fora irão para ele a veneração comovida e o culto feticista das multidões de Brasileiros que hão de viver e lutar!

Bendita sejas, pela tua bondade! Cremos em ti; por esta crença, trabalhamos e pensamos. A tua sombra, viçam os nossos sertões, cavados em vales melgos, riçados em brenhas fecundas, levantados em serras majestosas em que se escondem turvelins de existências e tesouros virgens; fluem as nossas águas vivas e vertentes, em que circulam a nossa soberania e o nosso comércio, agora derramadas em correntes generosas, agora precipitadas em rebojos esplêndidos, agora remansadas entre selvas e colinas; e sorriem os nossos campos, cheios de labouras e de gados, cheios de casais modestos, felizes no suado labor e na honrada paz.

E, sob a tua égide, rumorejam as nossas cidades, colmeias magníficas, em que tumultuam ondas de povo, e em que se extenuam braços, e se esfalfam corações, e ardem cérebros, e resfolegam fábricas, e estrugem estaleiros, e voziam mercados e soletram escolas, e rezam igrejas!

Bendita sejas, pela tua glória! Para que seja maior a tua glória, juntam-se, na mesma labuta, a enxada e o livro, a espada e o escopro, a espingarda e a trolha, o alvião e a pena. Para o teu regaço piedoso, elevam-se, como uma obleta, os aromas dos jardins e os rolos do fumo das chaminés; e sobe o hino sacro de todas as nossas almas, ressoando o nosso esforço, o nosso pensamento e a nossa dedicação, — vozes altas concertadas, em que se casam o ranger dos arados, o chiar dos carros de bois, os silvos das locomotivas, o retumbar das máquinas, o fervor dos engenhos, o clamor dos sinos, o clangor dos clarins dos quartéis, o esfuziar dos ventos, o remalhar das matas, o murmurijo dos rios, o regougo do mar, o gorjelo das aves, todas as músicas secretas da natureza, as cantigas inocentes do povo, a serena harmonia criadora das liras dos poetas.

Bendita sejas pelo teu poder; pela esperança que nos dás; pelo valor que nos inspiras, quando, com os olhos postos em tua imagem, batalhamos a boa batalha, na campanha augusta em que estamos empenhados; e pela certeza da nossa vitória, que canta a chispa no frêmito e no lampejo das tuas dobras ao vento e ao sol!

Bendita sejas pelo teu influxo e pelo teu carinho, que inflamarão todas as almas, condensarão numa só força todas as forças dispersas no território imenso, abafarão as invejas e as rivalidades no seio da família brasileira, e darão coragem aos fracos, tolerância aos fortes, firmeza aos crentes, e estímulos aos desanimados!

Bendita sejas! E para todo o sempre, expande-te, desfralda-te, palpita e resplandece, como uma grande asa, sobre a definitiva Pátria, que queremos criar forte e livre, pacífica, mas armada; modesta, mas digna; dadivosa para os estranhos, mas antes de tudo maternal para os filhos; liberal, misericordiosa, suave, lírica, mas escudada de energia e de prudência, de instrução e de civismo, de disciplina e de coesão, de exército destro e de marinha aparelhada, para assegurar e defender a nossa honra, a nossa inteligência, o nosso trabalho, a nossa justiça e a nossa paz!

Bendita sejas para todo sempre, Bandeira do Brasil!"

* * *

1918 foi para o Brasil um ano de galas e de luto; de justas alegrias e irreprimíveis prantos copiosos.

É que a epidemia mortifera que tantas vítimas fizera em todo o mundo, também exigiu de nós elevado coeficiente, enlutando, no decurso do mês de outubro, principalmente, sem a menor sombra de exagero, a maioria dos lares brasileiros, sem distinção de classe social, idade, raça ou credo.

Ao mesmo passo, a 11 de novembro, paradoxalmente, os aplausos estrugiram com calor à nova do término da I Guerra Mundial, que, por quatro longos anos, ensangüentara as terras europeias, exigindo, outrossim, de nós, vultosa soma de sacrifícios, traduzida em auxílio pessoal e material, além de preciosas vidas ceifadas nos freqüentes torpedeamentos dos nossos navios mercantes, dentro e fora das águas territoriais.

Quase ao bulício das festas natalinas, quando a cidade do Rio de Janeiro, como a querer olvidar o lutooso transe por que passara, se preparava para os festejos religiosos do nascimento de Jesus, verte sentidas lágrimas à notícia da morte do seu querido vate, o inesquecível poeta — soldado, o que, ainda há pouco, com seu fluente verbo encandecido soubra abrasar o coração da mocidade em delírio.

Mas não só por esse aspecto o menestrel será sempiternamente pranteado. Seus poemas, que viveram bailando nos lábios das jovens do inicio do século, viverão recordados através dos tempos, porque imortais. E que Bilac sempre se revelou um artista. O que produzia era simétrico e elegante.

Afonso de Carvalho, um de seus biógrafos, afirma que o grande bardo "sujeita o seu estro, que não deixa de ter o fogo tropical e a sensualidade da terra a uma rigorosa disciplina."

De fato, com a maneira serena de um grego, tece o fruto de sua pujante inspiração e arte, deixando-o como primorosa jóia. Para tanto.

"Torce, aprimora, alteia, lima

A frase: e, enfim,

No verso de ouro engasta a rima

Como um rubim".

Lavor de artifice, obra beneditina, por vezes imitando, nesses desvelos, Baudelaire, que costumava escrever primeiro em prosa seus poemas excelentes, para depois compô-los em magistrais estrofes, Bilac burila em seus sonetos os motivos emocionais que, antes, lhe houvera servido de temas nas crónicas, nos contos e nas fantasias. Vários são os exemplos desses poemas: *Os Sinos, Vila-Rica, Natal, Perfeição*, cujas raízes se encontram em belas colunas jornalísticas.

Seu gabinete de trabalho, opício das gemas que o volume "Poesias", qual rico escrinio, encerra por irrisão da sorte, veio acolhê-lo, agora, nos momentos dolorosos dos acessos dispnéicos, naquela própria poltrona onde, ante laudas de papel, vazava o esplendor de onimodo talento, receoso, contudo, da morte infalivel que viria, em breve, cerrar-lhe as pálpebras, mergulhando-o no temido ocaso que sempre o atormentou.

Suave tenda de labor, local em que, pela manhã, escrevia crônicas e "à noite, no silêncio, janelas abertas para o céu, pensamento vago, flutuando, liberto dos contágios das realidades," compunha versos, seu gabinete arrumado refletia bem o espírito ordeiro de seu dono, que nunca foi surpreendido, por igual, em desalinho, até por incômodas visitas matinais...

Esse óbito, entretanto, teve penoso prólogo e sua enfermidade adveio do desgaste físico a que se submeteu durante a gloriosa campanha pelo país afora.

O triénio anterior fora, com efeito, para Bilac, de intensas atividades, de agitação trepidante.

A Campanha cívica em que se empenhava com desusado entusiasmo, arrastando para a caserna a juventude ardorosa de patriotismo, muito combaliu as energias do Apóstolo da Fé, o supremo cantor da Pátria.

Vê-se ele, por isso, obrigado a recolher-se à sua residência, o majestoso palacete da Rua Barão de Itambi, n.º 35, sito no aristocrático bairro de Botafogo, onde demorou tantos anos.

Sua enfermidade, que realmente não foi prolongada, porque letal, obrigou-o ao isolamento dos amigos, a fim de curar-se, pois, dessa feita, sentia não ser impressão de seu temperamento ciclotímico, mera nosofobia, que a mílde o perseguia ao despontar de sintomas de moléstias passageiras que o acometeram desde moço.

A tuberculose e o Mal de Hansen, as dores do fígado, do estômago, dos pulmões, tudo, em suma, era motivo para severas apreensões, que o faziam logo arredio, ausente dos ruidos, das algazarras (celafocia), tal o abatimento em que se engolfava.

A idéia de morte, desde os tenros anos de existência, apesar da boémia em que vivera, ou quiçá por isso, sempre o empolgou demasiado. Nem admitia que se falasse em morte onde estivesse. Necrofobia era o que o dominava...

Olavo Bilac poderia repetir Montaigne: "ce n'est pas la mort que je crains, c'est de mourir."

O poeta ama a vida apaixonadamente, porém não se descuida de visitar os sepulcrários, ao menos no Dia dos Finados, escrevendo a seguir, crônicas nas páginas dos jornais. Por diversas vezes descreve a Necrópole, onde as flores sorriem, o cristal da manhã cintila, os mármores fulguram, os chorões e as casuarinas adquirem viço e os coveiros iniciam a jornada cantarolando. Destarte, procura o cronista sublinhar que os cemitérios são tristes só para os que não os frequentam profissionalmente. "Pergunte-se às borboletas do S. João Batista e aos colibris do Caju se acham tristes aqueles jardins, repletos de estátuas brancas e árvores verdes, com muito céu azul e muito céu claro em cima." Assim se expressa Bilac em a *Notícia*, vespertino em que colaborava com assiduidade.

Agora, entretanto, a doença de Bilac era verídica, e não temor infundado, segundo o parecer de erudito professor e acadêmico, que o examinou detidamente, Antônio Austregésilo:

"Olavo Bilac, solteiro, 52 anos, brasileiro, literato, inspetor escolar aposentado, morador no Rio de Janeiro. Estado geral-precário, com acentuado emacionamento. Aparelho circulatório: Coração hiper-trofiado, sobretudo o ventrículo esquerdo; o tom aórtico mais acentuado que no normal; ritmo de galope inconstante; às vezes arritmia. O pulso com ser freqüente, não se achava pleno, nem muito hipertenso.

O aparelho respiratório denunciava ronquidos, ligeiros sibilos e estertores crepitantes da base dos dois pulmões, indicativo do edema crônico dos órgãos."

O médico assistente Dr. Henrique Venceslau —, seu ex-colega de turma da Faculdade de Medicina, quis, apesar da confiança que

o enfermo lhe depositava, fosse ainda ouvida a opinião dos professores Miguel Couto e Henrique Roxo, o que não se concretizou por oposição do poeta.

Infelizmente, o diagnóstico era inconcusso: insuficiência cardíaca e edema agudo do pulmão.

O mal perseverante de quase duas décadas veio agravar-se ao início do ano ora em curso pela primeira visita da angina, logo debelada. Acostumado ao trabalho intelectual cotidiano, não esmoreceu nesses quefazeres, levantando-se cedo, barbeando-se, procurando trair-se com aquele apuro habitual, para, embora com esforço, prosseguir na elaboração do *Dicionário Analógico* e escrever seus artigos.

A propósito deste Dicionário vale a curiosa cita de Medeiros e Albuquerque:

"Bilac privava extraordinariamente uma distração: decifrar charadas, enigmas e logógrafos. Sempre que, no fim de cada ano, aparecia o *Almanaque de Lembranças*, ele passava dois ou três dias em casa, entregue à tarefa de decifrar tudo o que no "Almanaque" encontrava. E era, por tal razão, emérito e hábil neste esporte. Foi por causa disso que se lembrou de fazer o dicionário analógico da língua portuguesa, em que trabalhou durante tantos anos."

Aquele velho hábito de adentrar pela noite trabalhando, ele o modificou depois que também se viu vitimado pela *gripe espanhola* que assolou o mundo e sacrificou grande parte da população carioca.

O mês de novembro veio encontrá-lo desanimado, acometido, com freqüência, de vertigens.

— É o começo do fim..., di-lo, de quando em quando, à sua irmã Cora e ao cunhado Alexandre Lamberti, que dele cuidam.

O armistício que extinguiu a fogueira na Europa, apesar de seu espírito aladífilo, animou-o, mas não o levou ao paroxismo a que seria conduzido se a enfermidade não estivesse consumindo celerrimamente as suas energias.

Ingere os remédios com resignação, porquanto continua amando a vida, embora se reconheça assaz doente, a ponto de exclamar com melancolia: "Isso segue a marcha fatal."

Certa noite do fim de novembro, após jantar no quarto, solicita a seu sobrinho Ernâni lhe traga acesso o fogareiro no qual D. Cora, às vezes, faz doces, e lança às chamas seis maços de manuscritos que houvera retirado da gaveta: três poemas — *Salomé*, *Satã* e *Jó* — e três dramas em versos, inominados.

Estarrecidos os presentes, Bilac justifica: — "A obra de arte é uma questão de qualidade e não de quantidade. Quem, como eu, presou o estilo e a forma, deve ter o orgulho de artista do velho Bolleau e este ensina através de Horácio: "*Policez et repolicez sans cesser.*"

— Mas, por que fez isto? Perguntou-lhe a irmã.

— Não terei tempo de acabar mais nada, foi sua resposta desalentada.

Sucedem-se as crises. As dispnéias o mortificam. O professor Henrique Roxo, agora seu médico assistente, acolhe em conferência os professores Antônio Austregésilo e Aloísio de Castro e acordam numa sangria. O enfermeiro Pedro Luis executa-a e o paciente experimenta algumas melhorias. Retoma, em consequência, Bilac, a leitura e procura escrever, o que executa com certa dificuldade.

Julga poder, em breve, reconstituir o que destruíra havia pouco, tais as melhorias que experimentava, fícticas todavia.

Sobrevindo-lhe novo assalto gripal, distúrbios insanáveis prostram o poeta em definitivo, firmando o ilustre facultativo o diagnóstico final: "insuficiência cardio-renal típica; coração impotente; albuminúria, deficiência do filtro renal; edema crônico, na base dos dois pulmões; fígado congestionado, duro".

Tomado de psicose, com confusão mental, de origem autotóxica.

A propósito, escreve o Professor Antônio Austregésilo, entre outras observações, o seguinte, na *Revista da Academia Brasileira*:

"Bilac delirou os últimos dez ou quinze dias. Apresentava-se com crises de agitação e por isso foi removido para uma Casa de Saúde. Lá permaneceu. Tornou ao lar feliz e carinhoso da irmã, onde os parentes, amigos e admiradores rezavam fervorosamente para a minúcia dos padecimentos do poeta enfermo. Suas últimas palavras proferidas não foram raciocinadas, como disseram os jornais. Aquela alma já estava extinta. Tinha deixado, em seu lugar, a insânia, como anestésico irônico para um espírito, que fora dos mais formosos, senão o mais formoso dos que viram a luz da Pátria. Talvez sua alma, cansada de padecer, fosse conversar os astros e confabular com as estrelas, como fora, em vida, seu feitio, e deixasse, em seu lugar, a guia mitológica do amor."

De novo, em casa, crises consecutivas exigiam o máximo de atenção dos que o cuidavam. A estes costumava recomendar, de quando em quando:

“— Não se esqueçam de dar corda naquele carrilhão (apontando para o grande relógio existente no alto de sua mesa de trabalho). Parece-me, às vezes, que, quando seu pêndulo parar, meu coração também parará.”

Desde o início do mês de dezembro que Bilac pressentia aproximar-se o desfecho de sua grave enfermidade. A Heitor Lima, seu amigo íntimo e confrade nas letras, confessava: — “Não tenho mais qualquer dúvida quanto ao meu próximo fim. Estou regulando minhas últimas disposições, revendo rapidamente os meus papéis, dando a última demão a todos os meus negócios.

Minha morte agora é oportuna; não vai prejudicar ninguém; e de algum modo beneficiará minha família; tenho algumas economias com as quais tencionava ir mais uma vez a Paris, um pequeno seguro de vida, um montepio, contrato com a livraria, e alguns volumes a publicar. Tudo quanto a existência pode proporcionar de doçura e prazer, e também de mágoa, eu libei, e travei. Que mais me falta conhecer na vida? — A morte. Eu a espero."

As proximidades da segunda quinzena desse ridente mês de Natal, seu estado val-se agravando.

"In extremis" é seu poema-desejo. Não almejava morrer assim, em um dia fulgurante de sol, no esplendor do fim da Primavera.

De fato, na antemanhã do dia 18 de dezembro de 1918, sentindo-se mal, a custo se ergue e, amparado por familiares, chega à poltrona que trouxera de Londres na derradeira viagem à Europa, onde repousa um pouco.

As quatro horas, como que despertando pede café. Há alarme. Bilac, lançando um vago olhar pela janela, diz:

— Amanhece. Dêem papel e pena. *Je veux écrire...*

Foi-lhe dado o que pedira, porém, sua mão, sem energia, nada consegue escrever. Fazendo pequeno gesto, recosta a cabeça e morre serenamente, enquanto o pêndulo do carrilhão, segundo pessoas da família atestam, também cessava de oscilar.

Era uma nevoenta manhã, sem o brilho ofuscante de Febo, a em que emudeceu o canoro aedo, como estimava poder cerrar os olhos, levando a última imagem da terra que tanto estremecera.

A dolorosa notícia de seu trespasso, conquanto esperada, encheu de tristeza e luto a cidade. Os jornais tarjam suas colunas e sentidos necrológios são vazados por seus antigos colegas de imprensa.

Acorrem logo à residência do ilustre morto amigos e confrades da Academia Brasileira de Letras, sendo dos primeiros Coelho Neto e Domicio da Gama.

O corpo de Olavo Bilac é conduzido para a sede da Academia, no edifício do Silogeu Brasileiro. Ai chegando o ataúde, o escultor Modestino Kanto tira, em gesso, a máscara mortuária do poeta, que é conservada naquele cenáculo.

O enterro é realizado na tarde do dia seguinte, sob uma chuvinha insistente, o céu cinório, sem luz, como desejava o vate. A tristeza é geral.

Pouco antes da hora marcada para o saimento do féretro, começam a chegar as altas autoridades civis e militares.

A carreta de artilharia que servira para conduzir o corpo do legendário Osório para o cemitério, ali se achava agora para transportar os despojos do Poeta da Pátria ao sepulcro.

O Presidente da República, Dr. Delfim Moreira, acompanhado do Ministro da Guerra, General Cardoso de Aguilar, comparece às solenidades fúnebres, demorando-se junto ao esquife até a hora marcada para o enterramento.

Em volta do caixão mortuário, onde ardiam seis grandes tochas, achavam-se, em sentida vigília, pequenos escoteiros.

No instante em que se preparam para cerrar o ataúde, ouve-se, em surdina, o *Hino à Bandeira*, de autoria do imortal poeta, música do maestro Francisco Braga, cantado pelos discípulos de Baden Powen e cadetes da Escola Militar, como se a voz da Pátria, pela garganta da mocidade brasileira, estivesse alimentando a mais pungente homenagem do dileto filho na hora extrema de seu lutooso ocaso.

O pranto rola pelas faces dos presentes. A tumba é transportada para a carreta pelo próprio Presidente da República e pelos senhores Rui Barbosa, Coelho Neto, Pedro Lessa, Alberto de Oliveira, todos da conspícua agremiação literária cuja cadeira número 15, patroneada por Gonçalves Dias, pertencera ao príncipe dos poetas do Brasil, pelo Marechal Bento Ribeiro e outros.

Sua eterna enamorada lá se encontrava — Amélia de Oliveira.

Antes, contudo, de os restos do inovável jornalista e bardo serem retirados de sobre a negra e agaloada essa, o romancista Coelho Neto rompe o silêncio sepulcral e profere o "Adeus da Academia", discurso comovente, repassado de profundo pesar, donde se destacam estas indagações iniciais:

"Adeus! Até quando? Até onde? Quem o sabe?"
para assim concluir:

"Que escreveras lá em cima, entre as estrelas, tu que as ouvias e entendias? Não respondes. Levas contigo o teu segredo, o som, talvez mais belo e mais alto, da tua grande lira: o hino da Pátria que adoravas. Faze com ele uma estrela no céu e será mais esplendor para teu nome e glória maior para a terra que foi o teu último e o teu maior amor. Adeus! por todos... e por mim."

No Cemitério de São João Batista, onde foi Bilac inumado, falaram vários oradores, inclusive Pedro Lessa, em nome da *Liga da Defesa Nacional*, cujo intróito foi:

"Senhores! Duas fases compreende a vida deste insigne brasileiro, que foi Olavo Bilac: uma dedicada ao culto da Arte, outra consagrada ao culto da Pátria!"

E após traçar o perfil do pranteado vate, perora nestes termos de profundo sentimento:

"Nem lágrimas, nem panegíricos. Prestemos todos o nosso concurso ao apostolado do poeta, e assim teremos honrado a memória

de Olavo Bilac, tão grande engenho, tão bom, tão nobre, do melhor de todos os cultos, que poderíamos oferecer-lhe, mesmo os que mais de perto o conhecemos, admiramos e amamos, os que não podemos reter o pranto à beira deste túmulo glorioso.

Em marcha vitoriosa para o ideal."

De fato, a multidão que ali se comprimia, sob a chuva miúda — lágrimas do céu escuro, sem estrelas —, não lograva reprimir o pranto, justo preito de saudade das forças vitais da Nação: Governo, Exército, Marinha, Mocidade, Literatura, Escotismo, a Mulher, ao inesquecível vulto das letras pátrias, o eloquente tributo das cruzadas cívicas, quem soube fazer vibrar a alma nacional, despertando-lhe a consciência para que se construisse, em futuro próximo, um Brasil coeso e forte.

Não cessaram, com o fechar do túmulo, com a nívea lápide sobre o sarcófago, as manifestações de pesar por esse infausto transe. Por todos os quadrantes do país, por longo espaço de tempo, sua morte foi deplorada e sua memória reverenciada.

Na Câmara dos Deputados, além dos parlamentares Otávio Rocha e Augusto de Lima, sentida homenagem lhe foi tributada pela voz do escritor gaúcho Alcides Maia, em extenso discurso do qual se repontam aqui alguns trechos:

"Não me sinto, Sr. Presidente, bastante senhor de mim mesmo, para, sobre a memória de Olavo Bilac, emitir os conceitos que esta Câmara deverá ouvir !

... Farei fora daqui o elogio estético que ele me inspira e que merecem todos os cultores das letras do Brasil; à Câmara apenas recordarei que Olavo Bilac, nos últimos tempos se constituiu em um dos órgãos principais da alma nacional, quando, abandonando a calma de seu gabinete, renunciando ao esplendor e às doçuras de suas visões íntimas, ele, por amor à nossa Pátria, resolveu falar a todos os seus compatriotas, aos velhos e moços, a linguagem da franqueza e da esperança, que a nação, comovida ouviu há três anos.

... A campanha em prol da defesa nacional que Olavo Bilac, aceitando um plano traçado e recebido entre intelectuais, iniciou na velha Faculdade de São Paulo, talvez não se tivesse traduzido nos frutos que produziu, se não fora, além do seu prestígio pessoal, a eloquência do seu verbo, a sinceridade evidente com que ele falava às massas e com que apelava para o que a consciência nacional tem de mais furo, de mais íntimo, essencial e supremo.

Sua influência sobre esse movimento que depois se tornou vitorioso de norte a sul, de leste a oeste do Brasil, foi uma influência solar, uma influência anônima da luz que se derrama."

Decorrido um triénio de seu óbito, é inaugurado, na Necrópole de São João Batista, o mausoléu do imortal carioca: uma coluna truncada e um livro de mármore no jazigo.

É orador na solenidade o romancista Coelho Neto, do cujo discurso se destacam os tópicos infra:

"Três anos já de silêncio! E outros virão, e virão séculos e o tempo longo, projeção de eternidade, passará sobre este monumento, sem que dele saia voz ou som de vida. E, todavia, este silêncio fala, doutrina e canta. Como? perguntareis. A resposta à vossa interrogação tende-a no livro que ai está.

... É ao livro que vimos todos prestar culto e trazer flores; é ao livro que nos dirigimos porque nele, e não na sepultura, é que se acha contido aquele que buscamos como no Evangelho, e não debaixo da pedra da ara, é que os sacerdotes e os crentes sabem que Deus existe."

A 5 de junho de 1919, a Academia Brasileira de Letras realiza sessão pública especial a fim de enaltecer e glorificar a memória do incrivável aedo, um de seus preeminentes fundadores, o Príncipe dos Poetas brasileiros, honraria excepcional, mas perfeitamente merecida.

Falaram nessa ocasião Domicio da Gama, então Presidente, Antônio Austregésilo, Coelho Neto, Luis Murat, Félix Pacheco, Mário de Alencar e Miguel Couto.

Alberto de Oliveira, seu fraterno amigo, não podendo comparecer, enviou cinco sonetos, que foram recitados por Goulart de Andrade.

Felinto de Almeida declamou dois sonetos de sua lavra, ao passo que Osório Duque Estrada disse versos do eminentemente extinto.

Ao ensejo, Afonso Celso escreveu:

"... Cumpre que, fundido em bronze, figure o busto do poeta na sala das sessões, ao lado de Machado de Assis, o *sacerdos magnus*; de Lúcio de Mendonça, o principal fundador do Instituto, o de Joaquim Nabuco, o preclaro orador que, no discurso inaugural, traçou o programa e expôs os fins da academia.

... Olavo Bilac simbolizará ali as aspirações e os esforços dela: — cultura da língua e da literatura nacional, à luz dos mais levantados ideais cívicos e humanos."

Um monumento em São Paulo é erigido por iniciativa do "Centro Acadêmico Onze de Agosto", no final da Avenida Paulista, a cavaleiro do Vale do Pacaembu, ao nunca bastante festejado aedo, há pouco desaparecido.

O projeto, na parte de escultura, é da autoria de Willian Zodig, enquanto a arquitetura é de Jorge Parembel, nomes famosos nas artes.

A pedra fundamental fora lançada a 20 de abril de 1920.

Em sua inauguração discursaram o autor da idéia e o escritor Amadeu Amaral, sucessor de Bilac na Academia Brasileira.

João de Barros, grande intelectual português, presente à cerimônia, evoca, em vibrante oração, a passagem de Bilac por Lisboa.

Esse monumento, entretanto, não ficou para sempre no local primitivo, porque veio a ser removido para o Parque D. Pedro II e, posteriormente, retirado das vistas públicas.

Sua terra natal — o Rio de Janeiro — também resgata, a despeito de relativo atraso, uma dívida de gratidão. A 28 de dezembro de 1935, dezessete anos após sua morte, o povo carioca faz erigir no Passeio Público, *Jardim dos Poetas*, a herma do menestrel, em bronze, obra do escultor nordestino Kanto.

A cerimônia, que se revestiu do maior brilhantismo, teve a assistência do representante do Presidente da entidade máxima da literatura nacional; do General Pantaleão Pessoa, Chefe do Estado-Maior do Exército, e de crescido número de militares e literatos. Compacta massa popular emoldurava o tocante ato, no qual se fez ouvir, em nome do augusto cenáculo de Machado de Assis, a palavra poética e sentida de Olegário Mariano.

Versos de Olavo Bilac são declamados por seu confrade Feijto de Almeida, a seguir.

O festejado extinto predestinava aquele romântico Passeio Público, cheio de sombras, de lagos, de pássaros chilreantes, local apropriado para ser o "Panthéon dos Poetas e dos Artistas".

De fato, ali vieram ter os bustos de Bernardelli, Nepomuceno, Fagundes Varela, Castro Alves e outros tantos para, em companhia de Olavo Bilac, constituirem a galáxia luminosa dessas expressivas figuras que transitaram pela vida mimoseando-a com as pulcritudes de seus espíritos de escol expressas através das pautas musicais, da maviosidade melódica dos versos cristalinos e da policromia mágica das palhetas.

Bilac, implantado nesse reduto florido da cidade que soube amar e cujas belezas fascinantes decantou em estrofes magistrais, passou a receber a mais eloquente reverência de seu povo a cada dia que transcorre, galardão merecido e eterno, como imperecível o bronze que o simboliza.

Quatro anos defluidos, na mesma data, na Faculdade de Direito de São Paulo, aquela que ele cursou por pouco tempo, foi afixada uma placa énias, com a efígie do Poeta e os seguintes dizeres:

A Olavo Bilac

No momento em que a Pátria

Começa a colher os frutos
da semente que ele plantou
nesta Faculdade

O Governo do Estado de S. Paulo

S. Paulo — XXVIII — XII — MCMXXXIX

Outra placa, por iniciativa do Centro Carioca e do Centro Paulista, foi colocada na casa em que Olavo Bilac viveu.

A praça onde fica o Mercado das Flores, no Rio de Janeiro, recebeu o nome de Praça Olavo Bilac, homenagem, aliás, mui bem cabida, pois as flores sempre foram o ornamento de seus descendentes apaixonados.

E, assim, por todo o país as homenagens se sucederam, até que culminaram com a mais calorosa prestada pelo Exército Nacional e a Pátria Brasileira.

Por iniciativa do então Ministro do Exército, General Eurico Gaspar Dutra, o Governo da República baixa o seguinte:

DECRETO-LEI N.º 1.908, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1939

Institui o Dia do Reservista

O Presidente da República: Considerando a conveniência de reavivar nos Reservistas a lembrança da época em que serviram à Pátria, no Exército ou na Armada;

Considerando que a perfeita estrutura das Forças Armadas se fundamenta no Serviço Militar Obrigatório, do qual foi esclarecido propagandista o cidadão Olavo Bilac;

Considerando que exaltando a patriótica colaboração prestada por Olavo Bilac à instituição desse Serviço eleva-se a cooperação civil necessária ao engrandecimento das Forças Armadas;

Usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º — Fica instituído o "Dia do Reservista" com a finalidade de reavivar o espírito militar dos Reservistas do Exército ou da Armada.

Art. 2.º — O "Dia do Reservista" será comemorado anualmente em 16 de dezembro, data do nascimento do poeta e grande patriota Olavo Bilac, pionheiro da execução da Lei do Serviço Militar.

Art. 3.º — Ficam os Ministérios da Guerra e Marinha autorizados a baixar, em conjunto, anualmente, as instruções necessárias à execução do presente decreto-lei.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1939; 118.º da Independência e 51.º da República.

GETÚLIO VARGAS

Eurico G. Dutra

Henrique G. Guilhen

(Observação: Este Decreto-lei não faz referência ao Ministério da Aeronáutica, por ter sido o mesmo criado em 20 de janeiro de 1941.)

Já pela data aniversária natalícia do imortal patriota, no dia 16 de dezembro desse mesmo ano, lhe foram prestadas excepcionais homenagens inclusive pelo próprio Presidente Getúlio Vargas, que ordenou fosse distribuído pelo Departamento de Imprensa e Propaganda a sua efígie a fim de ser apostada nas paredes dos principais quartéis e repartições militares, em festivas cerimônias.

E assim se procedeu. Brilhante foi, sem dúvida, a realizada na 1ª Circunscrição de Recrutamento, no Rio, o Quartel-General dos Reservistas do Brasil, sob a chefia do Coronel Pógi de Figueiredo, que fez ler, então, vibrante Ordem do Dia ressaltando o grande amor do poeta ao país que ele não se fatigou de cantar e engrandecer, através de suas estrofes gloriosas.

E dai pordavante jamais cessaram as expressivas demonstrações de gratidão ao inclito propugnador do Serviço Militar obrigatório e semeador das Linhas de Tiro por toda a nação brasileira.

A 19 de abril de 1966, o 1.º Presidente do Governo Revolucionário, Marechal Humberto Castelo Branco, baixa o seguinte:

DECRETO N.º 58.222 — DE 19 DE ABRIL DE 1966

Institui Olavo Bilac como Patrono do Serviço Militar

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso I, da Constituição Federal, e considerando

— que Olavo Bilac foi o grande propugnador do Serviço Militar obrigatório, em favor de cuja adoção empreendeu uma campanha de âmbito nacional nos anos de 1915 e 1916;

— que seus poemas, a letra do Hino da Bandeira e seus discursos vibrantes constituem o catecismo cívico da juventude brasileira;

— que o sentimento do dever cívico se inspira nos momentos em que a Pátria tem a oportunidade de rememorar os seus vultos maiores, buscando em suas atitudes exemplos para as novas gerações, decreta:

Art. 1.º — É considerado "Patrono do Serviço Militar" — Olavo Braz Martins dos Guimarães Bilac.

Art. 2.º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de abril de 1966; 145^a da Independência e 78.^º da República.

H. CASTELLO BRANCO

Zilmar de Araripe Macedo

Arthur da Costa e Silva

Eduardo Gomes

Por Que Devemos Lutar Contra o Comunismo

(Continuação do n.º 647)

Cel Art QEMA
FERDINANDO DE CARVALHO

4. O INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO CONTRA O NACIONALISMO DEMOCRA- TICO

Uma das características mais contraditórias e chocantes do comunismo é a sua condição internacionalista, o que o torna, malgrado explicações ineptas, incoerente com os sentimentos nacionalistas e patrióticos tão próprios da natureza humana.

O internacionalismo, apanágio do movimento bolchevista desde os seus primórdios, é para o comunismo como o ar para a vida: fator de sobrevivência. O comunismo baseia-se na congregação internacional da classe operária. "Proletários de todo o mundo, uni-vos!" foi a célebre convocação com que Marx encerrou o seu Manifesto.

Não se trata de uma exclamação simbólica. O comunismo só poderia triunfar em escala universal. Os seus objetivos programáticos exigem essa amplitude. Se-

ria possível eliminar o Estado e todas as suas instituições, se existissem alguns Estados organizados? Seria possível eliminar-se a democracia, se perdurassem algumas nações democráticas? Seria possível estabelecer-se uma confederação internacional se perdesse em alguns povos o sentimento nacionalista?

Há dessa maneira uma tendência internacionalista atávica em qualquer país que marche para o comunismo.

Para associar a condição internacionalista ao proletariado, por que é este considerado como a classe nobre e hegemônica, os comunistas criaram a expressão "internacionalismo proletário". Lenine formulava esse conceito à base de dois objetivos principais. Declarava ele:

"As demarcações e os antagonismos entre os povos desaparecem cada vez mais com o desenvolvimento da burguesia, com a

liberdade do comércio e o mercado mundial, com a uniformidade da produção industrial e as condições de existência que lhes correspondem. A supremacia do proletariado fará com que tais demarcações e antagonismos desapareçam ainda mais depressa. A ação comum dos diferentes proletariados, pelo menos nos países civilizados, é uma das primeiras condições de sua emancipação."

Lenine conceituava o internacionalismo proletário sob o fundamento de dois objetivos principais: subordinação e capacidade de abdicação. Dizia:

"... o internacionalismo proletário exige que, em primeiro lugar, os interesses da luta proletária em um país se *subordinem* aos interesses da luta proletária em escala mundial e, em segundo lugar, qualquer nação que esteja a alcançar a vitória sobre a burguesia seja capaz e desejosa de realizar o sacrifício dos interesses nacionais, em benefício da derrota do capitalismo internacional."

A principal manifestação do internacionalismo proletário é a unidade de direção, de orientação e de objetivos de todos os partidos comunistas do mundo:

"A unidade dos partidos marxistas-leninistas é a expressão suprema da unidade e solidariedade da classe operária de todos os países. Esta unidade tem uma base objetiva, e esta base é a comunidade de interesse de classe do proletariado,

de todos os trabalhadores, independentemente do país em que vivam e da nacionalidade a que pertençam. O movimento comunista internacional é a forma superior em que se manifesta tal comunidade. A unidade de suas fileiras está cimentada pelo objetivo comum da classe operária: o triunfo do comunismo no mundo inteiro. Entre todos os comunistas existe, ademais, uma unidade espiritual: sua ideologia comum: o marxismo-leninismo. Por distintas que sejam as condições em que travam sua luta, os comunistas têm um inimigo comum: o imperialismo internacional."

A fidelidade que os comunistas mantêm ao princípio do internacionalismo pode conduzi-los a atitudes que se nos afiguram como verdadeiras aberrações dos princípios morais de nossa civilização.

São freqüentes as manifestações contra os interesses nacionais, desde que sejam postos em confronto com os interesses do comunismo internacional.

Assim, por exemplo, os comunistas norte-americanos se colocaram ao lado de Fidel Castro, inclusive durante o caso das bases de mísseis em Cuba.

A razão desse procedimento é encontrada na própria doutrina lenista. Assim, em sua obra: "A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky", Lenine condenava como "traidores" os socialistas que defenderam a sua pátria.

Diz Lenine que os comunistas, como internacionalistas, raciocí-

nam de modo diverso. Para eles, "o caráter de guerra não depende de quem seja o atacante, nem o território em que esteja o "inimigo", mas, sim, da classe que dirige a guerra e da política da qual a guerra é a continuação". Se a guerra é uma guerra "imperialista reacionária", o comunismo tem o dever de se contrapor a ela e preparar a revolução proletária mundial como única salvação. As pessoas devem, segundo Lenine, pensar da seguinte maneira:

"Não devo raciocinar do ponto de vista de "meu" país (porque esse é o raciocínio do filisteu nacionalista, cretino desgraçado, que não comprehende que é um joguete nas mãos da burguesia imperialista), mas sim do ponto de vista de minha participação na preparação da propaganda e na aceleração da revolução proletária universal."

"Isto é internacionalismo. Este é o dever do internacionalista, do trabalhador revolucionário, do verdadeiro comunista."

William Z. Foster, Presidente Nacional do Partido Comunista Norte-Americano declarou, na época em que a Rússia e a Alemanha bállerista eram aliadas, que se os Estados Unidos entrassem em guerra contra esses países ele não apoiaria a sua pátria. Prestes, no Senado Brasileiro, fez afirmação análoga ao ser inquirido sobre a hipótese de guerra entre o Brasil e a Rússia. Em 1927, Stalin afirmou:

"O revolucionário é aquele que, sem argumentos, incondi-

cionalmente, aberta e honestamente... está pronto para defender e fortalecer a União Soviética, já que esta é o primeiro Estado revolucionário proletário do mundo... O internacionalista é aquele que, sem reservas, sem hesitações, sem condições, está pronto para defender a União Soviética, pois esta é a base do movimento revolucionário mundial, e é impossível defender e estimular esse movimento sem defender a União Soviética."

O chamado "internacionalismo proletário" consiste, pois, na submissão irrestrita aos propósitos do movimento comunista internacional, na defesa incondicional da União Soviética em detrimento de tudo o mais.

Em contraposição a essa despersonalização, a essa "despatriação" do indivíduo, o nacionalismo é considerado nas democracias modernas como a maior força impulsora do progresso e da dinâmica das relações entre os Estados. Assim se expressa Vernon Van Dyke:

"O nacionalismo é a mais forte ideologia... É a mais potente das forças que guiam o comportamento dos estadistas. As aspirações que se relacionam com o nacionalismo — de formar uma nação como Estado independente, de assegurar a sua unificação, dar-lhe homogeneidade nacional, de preservar-lhe a integridade territorial e a independência, de glorificar-lhe por seu engrandecimento, vem influenciando tanto as relações

internacionais nos últimos cem e cinquenta anos, que seria difícil exagerar a sua importância. E todas as indicações prenunciam que continuará a ser assim."

Essas palavras são bastante expressivas. Não é necessário acrescentar mais nada. O internacionalismo é uma concepção artificial que viola os valores latentes na alma dos homens.

5. O QUE É A REVOLUÇÃO PARA OS COMUNISTAS

Revolução, como centenas de outros vocábulos, tem para os comunistas um sentido diferente. No conceito democrático significa uma expressão de rebeldia, de insurgência contra um regime de opressão ou deterioração moral. Tem ainda uma concepção construtiva da reação contra a rotina e a obsolescência.

Os comunistas, porém, encaram a Revolução como o desfecho decisivo e agudo da luta de classes. Para eles existem, fundamentalmente, duas classes: o capitalistas ou a burguesia e os assalariados ou proletariado. A burguesia é constituída pelos proprietários dos meios principais de produção. Consideram-na como a classe dominante, opressora, que vive à custa da exploração dos assalariados. A revolução consiste, para eles, exatamente na inversão dessa conjuntura, passando o proletariado a constituir a classe dominante, a quem cabe alijar e destruir a burguesia.

Os comunistas não admitem qualquer hipótese de conciliação. Consideram que isto seria apenas o aperfeiçoamento do sistema capitalista, "reformismo" inaceitável. A convivência que apregoam, sob o título de "coexistência pacífica", é apenas uma fase da guerra de extermínio, uma "forma da luta de classes" como dizia Kruschev.

Embora se possam conceber vários graus de socialização, o socialismo marxista é radical e intransigente. A revolução, dizem eles, é a "parteira social" capaz de trazer à luz uma nova ordem.

E interessante conhecer como encaram os marxistas a revolução socialista. Registram nos Fundamentos do Marxismo-Leninismo, obra doutrinária oficial do Partido Comunista Soviético:

"A revolução socialista, em qualquer país capitalista, abrange um período bastante longo de transição do capitalismo ao socialismo. Ela começa com a revolução política, isto é, com a conquista do poder estatal pela classe operária. Somente através do estabelecimento do poder da classe operária pode decorrer a transição do capitalismo ao socialismo.

"A missão histórica da revolução socialista consiste na liquidação da propriedade capitalista privada sobre os meios de produção e das relações de produção capitalistas entre os homens, na sua substituição pela propriedade social, socialista, sobre os meios de produção e pelas relações de produção socialistas. É impossível, porém, realizar esta substituição, en-

quanto o poder pertence à burguesia. O Estado burguês representa o principal obstáculo no caminho da transformação do regime capitalista. Ele serve fielmente aos exploradores, protegendo sua propriedade. A fim de arrebatar às classes dirigentes a sua propriedade e transferi-la a toda a sociedade, é preciso tomar o poder político aos capitalistas e colocar no poder o povo trabalhador. O Estado da burguesia deve ser substituído pelo Estado dos trabalhadores."

Essa revolução é considerada como indispensável porque:

"As relações socialistas não podem nascer nos marcos do capitalismo. Elas surgem depois da tomada do poder pela classe operária, quando o Estado dos trabalhadores nacionaliza a propriedade dos capitalistas sobre os meios e a produção, sobre as fábricas, usinas, minas, meios de transporte, bancos etc., convertendo-se em propriedade social socialista. Está claro que seria impossível fazer isto antes que o poder passasse às mãos da classe operária."

Como vêem os comunistas a realização desta revolução?

"A revolução política da classe operária pode processar-se em diferentes formas. Ela pode realizar-se pelo caminho da insurreição armada, como ocorreu na Rússia, em outubro de 1917. Em condições particularmente favoráveis, é possível também

a transição pacífica do poder ao povo, sem insurreição armada e sem guerra civil. Quaisquer que sejam, porém, as formas em que se verifique a revolução política do proletariado, ela representa sempre o grau superior do desenvolvimento da luta de classes. Como resultado da revolução, estabelece-se a ditadura do proletariado, isto é, o poder dos trabalhadores, dirigido pela classe operária."

"Tendo conquistado o poder, a classe operária enfrenta a questão do que fazer com o aparelho do velho Estado, com a polícia, os tribunais, os órgãos administrativos, etc. Nas revoluções anteriores, a nova classe, tendo chegado ao poder, adaptava às suas necessidades o velho aparelho estatal e o governava com a sua ajuda. Isto era possível, uma vez que as revoluções conduziam à substituição do domínio de uma classe exploradora pelo domínio de outra classe também exploradora."

"A classe operária não pode seguir por semelhante caminho. A polícia, a gendarmeria, o exército, os tribunais e outros órgãos estatais, que por séculos serviram às classes exploradoras, não podem passar simplesmente ao serviço daqueles a quem antes oprimiam. O aparelho estatal não é uma máquina comum, indiferente a quem a dirige: pode-se substituir o maquinista, mas a locomotiva, como antes, arrastará o trem. No que se refere à máquina estatal burguesa, o seu caráter é tal, que ela não pode servir à classe operária."

"A composição do aparelho estatal burguês e a sua estrutura são adequadas à execução da função fundamental deste Estado: manter os trabalhadores submetidos à burguesia. Eis por que Marx dizia que as revoluções anteriores apenas aperfeiçoavam a velha máquina estatal, ao passo que a tarefa da revolução operária consiste em quebrá-la e substituí-la pelo Estado proletário.

Essa é a revolução que os marxistas desejam empreender, utilizando convenientemente as massas populares mobilizadas e preparadas para a ação final.

O grande erro dos marxistas é justamente renegarem a sua própria teoria, criando uma contradição com sua própria filosofia. Renegam a dialética porque se firmam na idéia de que o comunismo é a perfeição e que depois de Marx, Engels e Lenine não há mais ninguém que possa criar algo de novo em matéria de evolução social.

Lenine dizia:

"A doutrina de Marx é onipotente porque é verdadeira."

No entanto, apesar de todo o progresso material, a natureza do homem é a mesma que há dezenas de séculos atrás. Os materialistas declararam: Somos, como tudo na natureza, matéria em transformação. Todavia, ao dizerem isso nada mais fazem do que expressar um pensamento. E o que é o pensamento? Um sopro divino, uma emissão de partículas elétricas, uma vibração celular?

Ninguém pode, em sã consciência, dar resposta cabal a tais perguntas. Os materialistas consideram, todavia, o pensamento como uma expressão da matéria. Stalin escreveu:

"A natureza una e indivisível expressa-se em duas formas diferentes: a material e a ideal; a vida social é una e indivisível e se expressa em duas formas distintas: a material e a ideal; eis como devemos considerar o desenvolvimento da natureza e da vida social."

Sentem-se, aí, as contradições indeclináveis a que conduz o materialismo.

O outro aspecto errôneo de suas concepções é o de supor que a evolução se deriva apenas do encontro de forças contrárias. E o exagero da dialética que esquece a multiplicidade dos impulso criadores. Por isso, Marx estabeleceu que as grandes etapas do progresso social são marcadas por meio de *revoluções violentas*. Os comunistas não admitem a *revolução pacífica*, embora, algumas vezes, o anunciem por questão de tática.

"Os comunistas são orgulhosamente revolucionários em teoria e prática. O termo "reformista" significa, para eles, sinônimo de ignorância e traição à realidade histórica. Um reformista é ignorante a ponto de acreditar que mudanças sociais básicas podem processar-se lenta e gradualmente. Os comunistas estão convencidos dessa impossibilidade, porque acreditam

que a história e a natureza estabeleceram a elaboração das mudanças pela revolução. Para os comunistas, a revolução é a experiência dourada do futuro, que eles aguardam nostálgicamente. Assim como a noiva aguarda com ansiedade o dia das núpcias, a mãe anseia com aflição o momento de dar à luz, da mesma forma, com fulgor nos olhos, ofegante, a pulsão alterada e o coração exultante, o verdadeiro comunista espera o futuro e glorioso dia da revolução."

"A crença comunista na inevitabilidade da revolução decorre da dialética. A menos que entendamos a dialética, seremos logrados em toda linha. A menos que entendamos a dialética, não poderemos contra-atacar inteligentemente o comunismo. Compreendendo-a, estaremos em condições de prever suas ações e de nos defender contra elas."

Marx afirmou que o capitalismo trazia em seu bojo os instrumentos de sua própria destruição, quanto mais se desenvolvesse mais se aguçariam as contradições entre exploradores e oprimidos. O conflito seria a ruína daquele sistema social. Por acaso, raciocínio análogo não se poderia aplicar ao sistema comunista?

Poderá o comunismo manter-se sem a força dos recursos estatais? Poderá a sociedade se assentar nas bases de um trabalho completamente livre? Eis o que os comunistas oferecem, como uma ante-

visão do sistema social que desejam implantar:

"Pode-se apresentar uma imagem aproximada do caráter que terá o trabalho do comunismo, tendo em vista os seguintes traços fundamentais:

— Cada trabalhador, tanto no que se refere à qualificação quanto ao caráter da atividade, desempenhará funções que, na produção atual, correspondem ao engenheiro;

— os homens dedicarão à produção 20 a 25 horas por semana (ou seja, aproximadamente, 4 a 5 horas por dia) e, com o tempo, ainda menos;

— Cada pessoa poderá escolher sua ocupação de acordo com suas inclinações e capacidades, e mudar de atividades se assim o desejar;

— todo o talento e a capacidade dos homens encontrarão pleno desenvolvimento e aplicação, seja no processo de sua atividade produtiva, seja no tempo livre;

— ao trabalhar, o homem não necessita pensar em salário, quanto receberá pelo seu trabalho, pois todos os encargos com a satisfação de suas necessidades são assumidos pela sociedade;

— o trabalho estará cercado do mais elevado respeito e se converterá, para todos, no principal critério para apreciar a dignidade dos homens;

Em tais condições, certamente, o trabalho se transformará

em uma atividade livre e voluntária em sua necessidade íntima, em um costume de todos os membros da sociedade, pois o trabalho criador constitui, para qualquer pessoa normal, como escrevia Engels, "o maior prazer de quantos se conhecem."

A liberdade individual de escolher e realizar o seu trabalho não é, entretanto, encontrada nos países comunistas. A Constituição de 1936 da URSS, em seu artigo 12, registra textualmente: "Na União Soviética quem não trabalha não come." Na verdade, é o Estado que determina onde, como e quando cada um trabalha.

Eis ai o que se pode considerar a escravidão proletária de nosso século.

Quando os homens se aperceberem, entretanto, do grande logro em que cairam, na ilusão de promessas falazes e impossíveis de cumprir, então todas as forças que os comunistas construíram nos países onde se tenha implantado, hão de voltar-se contra seus próprios líderes, cumprindo-se talvez o processo evolutivo da dialética materialista que eles sistematizavam para aplicar contra outrem, mas jamais esperam que seja aplicada contra eles próprios.

"O comunismo não é a fraternidade: é a invasão do ódio, entre as classes. Não é a reconciliação dos homens: é a sua exterminação mútua. Não arvora a bandeira do Evangelho: bane a Deus das almas e das reivindicações populares. Não dá tréguas à ordem. Não conhece a liberdade cristã. Dissolveria a sociedade. Extinguiria a religião. Desumanaria a humanidade. Everteria, subverteria, inverteria a obra do Criador."

RUY BARBOSA

A Escola do Grupo de Combate Blindado na Infantaria

1.º Ten Inf
UBIRATAN P. PILLAR

1. GENERALIDADES

Todo Exército tem como elemento básico de combate a sua Infantaria. É a arma que tem capacidade de durar na ação. Esta capacidade pode ser avaliada pelos meios que são lançados nas diversas fases do combate.

No entanto, estes meios serão realmente bem empregados se a tropa estiver adestrada. O infante bem preparado e bem conduzido, dispõe da força física e moral para enfrentar com galhardia as durezas e agruras de um combate prolongado.

O preparo do infante começa no Grupo de Combate, a célula-mater da Infantaria. No Grupo é onde se revela e se aprimora o bom soldado, aquele a quem mais tarde poderão ser confiadas missões da importância do seu nível.

Vamos apresentar sugestões para a Escola do GC Blindado a fim de contribuir para o preparo deste escalão na Infantaria Blindada.

2. A COMPOSIÇÃO DO GC BLD

O GC BLD é constituído de 2 Esquadras de Fuzileiros (AFIR e BALA), cada uma com 4 homens: seu Cmt é um 3.º Sgt e possui um Cabo motorista da VBTP, perfazendo um total de 10 homens.

FUNC	SIMB	
SGT CMT		
SD 1.º FZO		ESCLARECEDOR
SD 2.º FZO		GRANADEIRO
SD AT 1.ª ESQD		ATIRADOR
SD 3.º FZO (CMT 1.ª ESQD)		CMT ESQD
SD 4.º FZO		ESCLARECEDOR
SD 5.º FZO		GRANADEIRO
SD AT 2.ª ESQD		ATIRADOR
CB CMT 2.ª ESQD		CMT ESQD
CB MOT BLD		MOTORISTA

Fig. 1

Observações:

- O 3.º Fzo ocupa o lugar do Cabo Cmt da 1.ª Esquadra, pois não há previsão em QO, deste elemento.
- O Cabo Motorista não toma parte nas formações de combate a pé, permanecendo na VBTP operando o RAD, realizando a segurança e em condições de deslocar-se, mediante ordem.
- Todos os componentes do GC devem estar familiarizados com o emprego do FM, da Mtr .50 do lançamento de granadas de bocal e conhecer a manutenção do 1.º Escalão da VBTP.

3. ENUNCIAR FUNÇÕES

- A Identificação é o modo pelo qual o Cmt da Fração verifica a situação de seus homens, se todos estão presentes e se sabem a função.

- É feita nas seguintes situações:
 - Para a inspeção
 - Antes do inicio de um exercicio ou ação de combate
 - Após movimentos que dispersem muito o grupo
 - Após o término de um exercício ou de uma ação de combate.
- Consiste o "Enunciar Funções" em proferir cada homem, em voz alta, a partir do Cmt GC, sua graduação e função. Para isso os homens tomam a posição de sentido e levantam vivamente o braço esquerdo a proporção que vão enunciando as suas funções. Em combate ou embarcados farão apenas a identificação verbal.
- O Cmt GC dá o seguinte comando: "Grupo Atenção — Enunciar Funções". Ele é o primeiro a identificar-se dizendo: "Sgt Comandante do Grupo". Os demais homens se identificam seguindo a seqüência.

4. FORMAÇÕES E EMBARQUE

- As formações do GC BLD são as mesmas utilizadas para o GC a pé.

a. Formação para inspeção ou para embarque

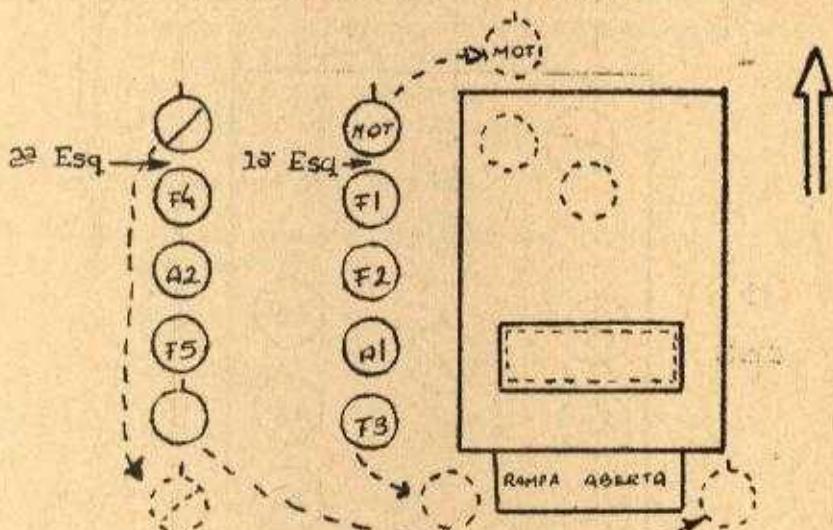


Fig. 2

b. Embarque pela rampa

- Situação dos homens desembarcados, em coluna por 2, à esquerda da VBTP.

- Comando: "Grupo Atenção" "Preparar para Embarcar"
- Ações:
 - Após o comando, o pessoal cruza armas e faz meia volta voltar.
 - O Cmt GC, o Cb Mot Bld, o Cb Cmt Esquadra BALA e o F3 ocupam os lugares a eles destinados e esperam o comando de Embarcar.
 - A execução deve ser feita no passo acelerado.
 - O Cmt GC deve ser o 1.º a embarcar.
 - O Cb Cmt Esquadra BALA e F3 devem ser os últimos a embarcarem.
- Observações:
 - para a inspeção, a rampa e as escotilhas (três) deverão estar abertas.
 - as distâncias e intervalos entre os homens são as mesmas da ordem unida.
 - no caso dos homens estarem à direita da VBTP, a 1^a Esquadra sempre ficará junto à viatura, para facilitar o embarque.

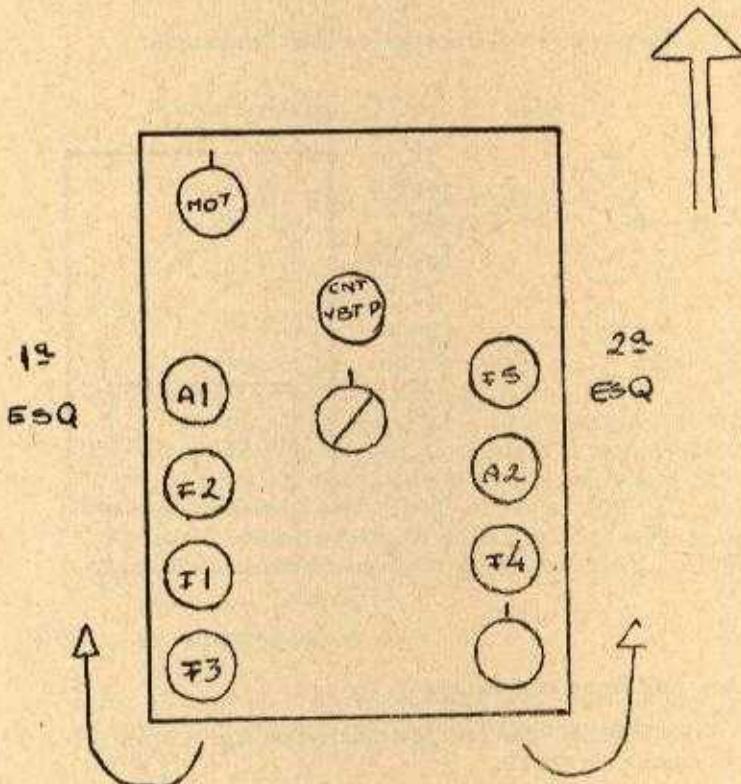


Fig. 3

c. Formações dos homens embarcados

- Situação dos homens: desembarcados
- Comando: "Grupo Atenção" "Embarcar"
"Marche" — Marche-Marche" — "Comigo".
- Ações:
 - Embarca o Cmt GC BLD
 - o pessoal embarca e ocupa as posições da Fig. 3.
 - o Cb Cmt Esquadra BALA, após o embarque deverá avisar o Motorista, dando o seguinte comando "Rampa Livre".
- Observações:
 - os esclarecedores (F1 e F4) ficarão sentados por baixo da escotilha de carga e são responsáveis pelo seu funcionamento.
 - o Cmt do Carro é sempre o mais antigo na VBTP.
 - após o embarque, o Motorista liga o motor, ao comando de "Ligar Motores".
 - os homens, ao sentarem, afivelam o cinto de segurança.
 - no embarque, os homens entram na VBTP na mesma ordem em que se encontram sentados.
 - o Cmt GC é o 1.º a embarcar.
 - o F2 deve ter noções de radioperador.

d. Embarque pela porta de serviço

- Situação dos homens: desembarcados, em coluna por 2, à esquerda da VBTP.
- Comando:
 - "Grupo Atenção"
 - "Pela Porta"
 - "Embarcar"
- Ações:
 - O Cb Cmt 2º Esq abre a porta de serviço
 - O Cmt GC é o primeiro a embarcar
 - A 2º Esquadra embarca seguida pelo seu Cmt Esq
 - Logo após, embarca a 1º Esquadra
 - O F3 é o último a embarcar e é o responsável pelo fechamento da porta de serviço.

5. DESEMBARQUE

a. Pela porta de serviço

- Situação dos homens: embarcados
- Comando:
 - “Grupo Atenção”
 - “Pela Porta”
 - “Preparar para Desembarcar” (Ver Cmdo para desembarcar).
- Ações:
 - Os homens se preparam, desafivelando os cintos de segurança
 - O F3 abre a porta de serviço
 - A 1^a Esq desembarcará, seguida pelo Cmt GC
 - Em seguida desembarca a 2^a Esquadra
 - O Cmt Esq BALA fecha a porta de serviço
 - O Cb Motorista não desembarcará
 - Imediatamente após o desembarque, os homens, individualmente sem comando se preparam para o combate, armando baloneta, carregando e destravando suas armas.

b. Pela rampa

- Situação dos homens: embarcados
- Comando:
 - “Grupo Atenção”
 - “Preparar para Desembarcar” (Ver Cmdo para desembarcar).
- Ações:
 - O Motorista pára a viatura em local pré-indicado e baixa a rampa.
 - Os homens desafivelam os cintos de segurança.
 - Os homens desembarcam dois a dois.
 - O Cmt GC é o último a desembarcar.
 - Seguem as direções conforme mostra a figura 4.

COMANDO PARA DESEMBARCAR

Após o comando de preparar para desembarcar e conforme a situação tática (se houver) o comando compreende os seguintes elementos:

- Direção: ação à frente (direita — esquerda)
- Inimigo: Infantaria — arma AG — etc.

- Formação: GC em linha — etc.
- Tropas amigas: GC e Inf em ambos os flancos
- Execução: desembarcar.

Obs.: Não havendo situação tática é dado o comando de preparar para desembarcar e desembarcar, entrando os homens em forma ao lado do carro (Fig. 2).

6. DIREÇÃO A SEGUIR EM COMBATE

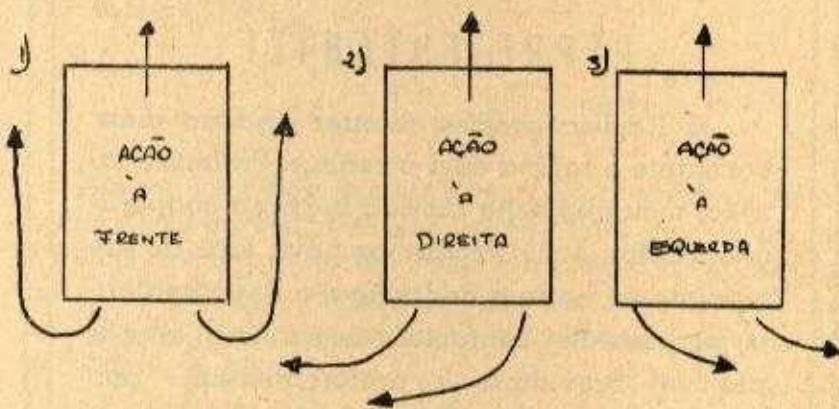


Fig. 4

Obs.: Se a viatura seguir na direção da ação, os homens seguem atrás da Vtr, usando-a como escudo.

"Em matéria de disciplina o exemplo exerce uma ação bem mais eficaz que as palavras e o soldado regula sua obediência pelo que é praticado por seus chefes."

NAPOLEÃO

Psicologia Militar

— Emoções

Major
ALFRED C. LONGLEY

Em seu livro *Men Against Fire*, o Cel A. Marshall, historiador oficial do Teatro da Europa, na última guerra, afirma sabiamente que o êxito do combate não depende apenas de cartas topográficas, estratégias e serviços, mas também da ação dos que se metem na lama e procuram abrigo atrás de um tronco de árvore.

“É o soldado — diz o Cel Marshall — que vence a guerra com suas armas, pelo que deve ser considerado um ente humano, conhecido e compreendido por seus companheiros e pelos oficiais”.

No artigo *Fatores do Desenvolvimento Humano* (A DEFESA NACIONAL — maio/junho de 1972), foi salientado que jamais devemos desprezar a personalidade física e psicológica do soldado, a qual determina seu grau de adaptação à sociedade e, sobretudo, à vida militar.

Um fator poderoso na constituição geral do soldado são suas emoções. Podemos definir emoção como reação vigorosa a uma situação perturbadora. Essa definição distingue as emoções dos simples sentimentos, que representam reações *ligeiras* a situações *ligeiramente* perturbadoras. Consideradas no conjunto, as emoções e os sentimentos constituem o que os psicólogos denominam *paixões*. O termo *paixão* implica uma condição “ativa-reativa” do organismo humano, em que este se deixa afetar pela presença de certos objetos em torno de si (reação) e regula seu comportamento em face

do estímulo de acordo com as necessidades de sua vida fisiológica e mental (ação). Por experiência quotidiana com nossas próprias pessoas e com os outros, sabemos que as reações emocionais são acompanhadas por manifestações ou expressões físicas e mentais. Por esse motivo, as emoções se dizem forças *psicossomáticas*. Este vocábulo se deriva das palavras gregas *psyche* (alma) e *soma* (corpo). Sob os estímulos emocionais todo o ente humano reage: o corpo (*soma*) e o espírito ou a vontade (*psyche*).

As manifestações físicas *involuntárias*, tais como a tensão dos músculos, o aumento da pressão arterial e a dilatação das pupilas, resultam da reação das glândulas e do sistema nervoso ao estímulo emocional. Por efeito do medo ou da ira, as glândulas adrenais injetam seu hormônio na corrente do sangue e ele paralisa as funções internas, como a digestão, e concentra toda a energia nos músculos motores.

Os processos *mentais* e os movimentos físicos *voluntários* que se associam às emoções são condicionados pela convenção. O homem civilizado se controla de sorte a permitir que suas reações obedeçam a normas determinadas. A análise técnica minuciosa das reações emocionais é de interesse acadêmico para o aluno militar. Muito mais importante para ele é compreender a maneira de controlar e tirar partido das três emoções que o combatente apresenta com maior freqüência — medo, ira e sexo.

Medo

A emoção do medo é, em princípio, desagradável. A reação se caracteriza geralmente por um esforço instintivo por parte do indivíduo para eliminar a situação que o atemoriza. A energia mental e física produzida pela reação emotiva se orienta no sentido de ajudar o homem a resolver a situação perigosa da maneira melhor possível: atacar ou fugir. O impulso normal é fugir; somente quando o espírito e a força de vontade funcionam perfeita e energeticamente, pode o indivíduo ver a conveniência de atacar e resolve agir dessa forma. Isso é particularmente verdadeiro em se tratando do am-

biente aterrador do combate na guerra moderna. Considerando que o homem em geral tende a achar que a fuga é a melhor maneira de agir em face de uma situação perigosa, o chefe precisa auxiliar seus soldados a formar o juízo de que atacar é preferível a recuar e de que a energia gerada pelo medo pode ser utilizada para eliminar o inimigo. Ademais, o apoio do chefe muito contribui para afastar o medo descontrolado e irracional, que conduz à histeria e depressão nervosa. Para aproveitar utilmente a energia decorrente do medo, o chefe deve aplicar as seguintes regras destinadas a controlar esse sentimento do soldado:

1) *Instruir acerca do medo* — O conhecimento da natureza do medo facilita aos soldados combatê-lo. Um certo grau de medo controlado é normal no campo de batalha. As praças precisam saber por que tal sentimento empolga todos os homens normais e compreender que ele não produz covardes, mas estimula a bravura desde que a energia resultante seja orientada na direção certa. O pior efeito do medo ocorre quando os homens têm receio do próprio medo; se isso for evitado pela explicação das causas, não lhes será difícil aplicar a energia consequente no combate ao inimigo.

2) *Manter os homens ocupados* quando houver possibilidade de sentirem medo, de sorte que não tenham tempo para pensar nisso. Visto que o medo pode provocar ações, o heroísmo e o medo muitas vezes se associam intimamente. Quando um soldado sente medo, suas glândulas e seu sistema nervoso o preparam para agir; os sentidos se avivam e os músculos ganham vigor. Ele poderá usar essa energia para fugir ou atacar. Sua instrução, disciplina e confiança nos chefes o impelem a agir contra o inimigo; ele se lança ao ataque com o coração acelerado e a garganta seca. Em pouco, verifica que a peleja é justamente o que lhe fazia falta. Logo comprehende que está fazendo exatamente aquilo para que seu corpo e espírito o prepararam. Se, ao contrário, a atividade da luta não for suficientemente intensa para absorver a energia gerada pelo medo ou se ele não puder avançar, sua inclinação será utilizar essa energia para fugir da situação que o intimida. Ao mesmo tempo, não podendo

fazer coisa alguma para diminuir seu medo, o soldado sente recalque. Dessa forma, o medo e o recalque criam um círculo vicioso, que só pode ser rompido mediante ação vigorosa.

A esse propósito, um fotógrafo que desembarcou com as tropas no dia D da invasão da Normandia disse, referindo-se a seus esforços para rastejar na praia: "Parei um momento... e me senti muito mal... Apanhei a pá e pus-me a cavar. A pá deu numa pedra e eu a atirei longe. Não pude pensar, nem tomar decisão; inconscientemente me levantei e corri para um barco". Não podendo avançar, ele teve de fazer alto; a energia produzida pelo medo o fez correr cegamente para a retaguarda.

3) *Informar a tropa sobre a situação* — Evidentemente, o conhecimento da situação diminui o medo. É da maior importância manter toda a tropa constantemente bem informada, de sorte que não tenha de imaginar como a guerra se desenvolve. A imaginação estimula o medo; por outro lado, o inimigo, empregando diversos meios de propaganda, procura constantemente dar informações falsas sobre os acontecimentos da guerra, provocando, desta forma, o medo que reduzirá a eficiência de combate do adversário. Se os soldados houverem sido previamente informados sobre a verdade, a propaganda inimiga não os afetará desfavoravelmente.

4) *Criar o hábito da disciplina* — A instrução militar visa a implantação deste hábito. No caso de soldados bem instruídos, os hábitos associados à disciplina os ajudam a prosseguir na luta a despeito do medo.

5) *Manter a calma* — O medo e o domínio de si próprio são contagiosos. Um comandante de valor é aquele que se conserva calmo em todas as situações; sua impavidez fortece os homens que conduz. Quando o homem se esforça para manter-se calmo, sobrevém o orgulho de vencer a tendência a ser tomado de pânico.

6) *Ter em mente que o bom humor combate o medo* — Quando a situação se acha tensa, uma boa gargalhada pode ser a salvação. Durante a 2.ª Guerra Mundial, certo capelão

conduzia um serviço religioso numa posição relativamente protegida da artilharia inimiga. De repente, começaram a cair granadas em torno do grupo. Todos, inclusive o pastor, foram evidentemente tomados pelo medo. Inesperadamente, um sargento do serviço de saúde resmungou entre os companheiros: "Tomara que os diabos dos boches não acertem as minhas garrafas de conhaque". A tensão geral aliviou-se imediatamente e o serviço pôde prosseguir sem mais interrupções.

7) *Manter ligação entre os combatentes* — O companheirismo ajuda a afastar o medo. Ninguém se atemoriza mais do que quando percebe que tem de enfrentar o perigo sozinho. Reconhecendo que os homens são gregários e instintivamente dependem uns dos outros, o chefe deve dispô-los de sorte que combatam, se não ligados pela vista, pelo menos bastante aproximados para a ligação pelo ouvido. Nada há mais confortador do que a presença de outro homem que não pareça estar tomado de pânico. Um forte espírito coletivo muito facilita a aplicação desta regra.

Em sua imaginação, o soldado se vê numa situação que terá por centro a sua pessoa; sentirá medo, mas conseguirá estímulo; tudo se passará como se estivesse participando de um jogo esportivo muito disputado. Enquanto isso dura, ele se empolga e recebe o apoio da força que se manifesta em torno de si.

A realidade, porém, é bem diferente. De um momento para outro, ele se encontra quase isolado em sua hora de maior perigo. Sente perfeitamente esse perigo, mas nada vê que possa enfrentar diretamente. É dessa mistura de mistificação e medo que vem o sentimento de impotência que, por sua vez, aumenta o medo.

8) *Falar* — No livro *Man Against Fire* o Cel A. Marshall diz o seguinte: "Os chefes não podem conduzir seus homens sem falar; agir só não basta. Um indivíduo calado jamais será bom condutor". O rádio e o telefone são meios preciosos no campo de batalha, mas nunca deverão ser empregados em prejuízo do contato direto pela voz humana. A voz confortadora do chefe é de importância capital para dominar o medo.

9) *Expor aos soldados a estatística das perdas* — Uma apresentação franca da estatística das perdas diminui o temor. Antes do dia D da invasão, o Gen Bradley disse a seus soldados que eles iam assistir da primeira fila ao maior espetáculo da História Universal; o preço da entrada seria certo número de mortos e feridos. Em todo o combate travado no terreno de sebes da Normandia, as tropas empenhadas sofreram as seguintes perdas médias diárias: 0,7 por cento de mortos, 3,6 por mil de feridos e 0,7 por mil de desaparecidos ou aprisionados. Dos feridos, apenas 4 por cento morreram nos hospitais.

10) *Desenvolver a lealdade e o sentimento da responsabilidade* — Estas virtudes permitem ao homem realizar missões perigosas, apesar de seu medo.

11) *Manter os homens em boas condições físicas* — Os soldados de pouca vitalidade são presas fáceis do medo; falta-lhes energia para resistir ao pânico.

12) *Utilizar os serviços do capelão* — A fé domina o medo; quem já esteve em combate confirmará o fato de que a religião é um dos maiores baluartes contra o temor e o pânico.

Todo aquele que crê sinceramente em Deus e confia na sabedoria de Sua vontade está pronto a conformar-se com a sorte. Se sua fé for suficientemente forte, os soldados se convencem de que se morrerem ou saírem gravemente feridos, essa é a vontade de Deus; nada há que possam fazer senão aguardar o destino.

Ira

Em sua expressão física, ira é o mesmo que medo; a diferença entre as duas emoções reside na questão mental, o julgamento prático feito pela pessoa. Um soldado amedrontado geralmente *tende a fugir*, enquanto que o encoleirizado *quer ficar e lutar*. Sendo idênticos os aspectos físicos das duas emoções, o ideal seria que o chefe pudesse exercer

uma espécie de controle mental sobre seus homens, de sorte a transformar a reação de medo em cólera, modificando toda a emoção. Isso, porém, é geralmente impossível. Por vezes, os soldados se enraivecem contra o inimigo, especialmente quando vêem seus amigos mortos ou feridos; esse sentimento estimula seus possuidores a lutar com bravura, mas geralmente não dura muito e logo cede lugar ao medo. O chefe jamais poderá esperar que todos os seus homens sintam ira ao mesmo tempo; deve ter sempre a consciência de que a maioria dos soldados luta com valor porque ele os está ajudando a fortalecer sua vontade e resolver aproveitar a energia provocada pelo medo para atacar o inimigo, em lugar de fugir.

De vez em quando, os homens manifestam ira violenta, que é perniciosa em virtude de perturbar o juízo e levar o indivíduo a agir impetuosamente, sem prudência. Ao mesmo tempo, a raiva é perigosa porque pode ser facilmente voltada contra os próprios chefes, em vez do inimigo. A raiva é um sintoma de má adaptação ou esgotamento produzido pelo combate; suas vítimas devem ser evacuadas.

Sexo

Tratando-se de jovens que gozam de boa saúde, o impulso que resulta da emoção sexual é muito forte nos soldados. Entretanto, as circunstâncias da vida militar, sem falar na tradição moral, tornam imperioso controlar essa paixão. O homem pode morrer por falta de alimento, água ou ar, mas pessoa alguma jamais morreu porque não pôde satisfazer a seus instintos sexuais. A restrição do sexo acarreta, porém, problemas emocionais, sobretudo para os soldados, os quais, quando se manifestam, absorvem sua energia e reduzem-lhe a eficiência.

Estudando estímulos e recalques (Defesa Nacional de julho/agosto de 1972), dissemos que, muitas vezes, não podendo satisfazer a determinado impulso, o homem recorre à substituição; orienta seu desejo reprimido para uma atividade admissível. Com respeito ao problema sexual, verifi-

ca-se que os homens recorrem ao devaneio e à fantasia, procurando a "arte" e a "literatura" pornográficas e comentando o assunto com seus companheiros de uma maneira vulgar. Com freqüência, essa prática é acompanhada por uma satisfação anormal do instinto sexual ou, então, conduz, a isso.

Um desses atos condenáveis é a masturbação. Sem dúvida, já caiu por terra a crença de que ela prejudica o homem fisicamente e pode transformá-lo num idiota, mas inegavelmente semelhante ação é extremamente nociva, pois que tende a solapar a confiança do soldado em si próprio. Sendo repugnada pela consciência humana, ela lhe causa ansiedade e um sentimento de culpa. O indivíduo se sente inferior, porque verifica que lhe falta o domínio sobre si próprio. A vítima desta prática costuma ser afetada psicologicamente, pois que tal abuso pode passar a atraí-lo mais do que o ato normal, e a falta de controle com facilidade se estende a outros aspectos de seu comportamento.

A *prostituição*, que é o recurso freqüente dos que sofrem de recalcamento sexual, tem o grande inconveniente de degradar as relações sexuais, além do que constitui um grande risco de adquirir doenças venéreas. Acima de tudo, esta forma de substituição produz conflitos com a consciência do soldado normal, os quais são tão nocivos ao seu equilíbrio emocional que podem anular o efeito do pequeno alívio temporário que conseguiu mediante o contato com a prostituta.

Em virtude de provocar muitas complicações sociais escabrosas, a *homossexualidade* é a substituição mais condenável para o instinto recalcado. Um homossexual declarado que não se esforce para controlar sua perversão compromete seriamente o moral da unidade, por motivos óbvios; é como a fruta podre que ameaça destruir a integridade das que estão boas. Alguns homens se entregam à homossexualidade sem vir jamais a preferir este tipo de relação; se não se prevenirem, até mesmo os soldados normais podem tornar-se temporariamente homossexuais por força das circunstâncias restritivas da vida militar.

Ainda quando estudamos a questão dos estímulos, salientamos que o recurso da sublimação constitui a maneira mais aconselhável para compensar um impulso recalcado. O soldado pode sublimar de diversos modos o seu desejo sexual. O instinto reprimido é orientado em nova direção mediante o contato por carta com mulheres que ficaram na pátria ou por meio de contato social legítimo com mulheres do próprio local onde ele se encontra, o que vem a ser uma sublimação parcial. Além disso, a religião auxilia muito, em parte porque reforça hábitos de fidelidade e em parte porque, afetando a vida emocional do soldado, constitui por si própria uma sublimação. Os prazeres da comida, da bebida e do fumo também concorrem para diminuir a solidão que é outra manifestação do recalcamento. O trabalho pesado e o exercício ajudam o físico; a alegria sadia ajuda o espírito.

Embora pareça estranho, o comandante tem o dever de resolver os problemas sexuais de seus homens. A razão disso é que, quando seu instinto sexual se acha recalcado, o soldado perde eficiência. Evidentemente, pois, a solução não consiste simplesmente em suprimir a emoção sexual, o que seria muito a desejar, mas pode trazer consigo as consequências do recalcamento.

Conquanto muitos homens pertençam ao tipo que pode sublimar-se satisfatoriamente e adaptar sua emoção às condições da vida militar, outros tantos têm de ser auxiliados na resolução de seu problema; exigem a assistência que o chefe pode prestar-lhes mediante o bom exemplo, incitando seus homens a manter correspondência com as famílias, esposas e namoradas, instruindo sobre o código moral da religião e esforçando-se para que o tempo de folga de seus homens seja preenchido com diversões e interesses salutares. Reduzindo o sexo às devidas proporções, combatendo a obscenidade por preceito e exemplo e interessando os homens em atividades construtivas nas horas de folga, a questão sexual perde muito de sua importância.

De um modo geral, o que podemos dizer sobre o sexo é que constituirá um problema enquanto existir a humanidade. Consta que Winston Churchill já exprimiu idêntica opinião. Para soldados que vivem em circunstâncias anormais, a difi-

culdade do recalcamento sexual adquire vulto. Uma intervenção sensata por parte do chefe é a única solução: muito trabalho e recreação interessante nas horas de folga, com um mínimo de preleções sobre moralidade. Essas preleções tendem mais a estimular os desejos sexuais do que a suprimi-las; muito mais eficiente é a prática adotada pelo Exército de incluir a instrução sobre moralidade e civismo no programa regular. Os ensinamentos ministrados aos soldados abrangem todo o domínio da conduta humana; visam incentivar as praças a comportar-se de maneira a refletir seu desejo de conformar sua conduta com os ideais aceitos pela sociedade.

Conclusões

As emoções fundamentais do medo, da ira e do sexo podem aumentar ou diminuir a capacidade combativa do soldado. As forças emotivas são úteis ou nocivas, dependendo da disciplina e do sentimento de responsabilidade que o soldado adquiriu na instrução e levou consigo para o campo de batalha. O controle e a orientação das emoções do soldado variam de acordo com a habilidade do chefe.

Em campanha, os oficiais devem ter em vista que seus homens se acham sujeitos a poderosas forças emotivas, que podem ser controladas com habilidade. A direção do chefe pode orientá-las para a derrota ou a vitória. Compete ao comandante garantir a direção conveniente e evitar o desvio desastroso. Os chefes devem manter constantemente uma atitude de otimismo e calma. Em hipótese alguma poderão deixar-se tomar de desespero ou falta de fé na vitória final.

"O passar do tempo não tornará melhor um Exército que não seleciona seus recrutas".

Um Pel Cav Mec Realmente Operacional

Cap Cav

SÉRGIO ANTÔNIO DA ROCHA AMBRÓSIO

1. Introdução

Na 2.^a Guerra Mundial, um Comandante de Esquadrão Cav Mec americano lamentou-se de alguns aspectos, que ele julgava negativos, na organização de seus pelotões, para poder enfrentar o inimigo com maior possibilidade de sucesso.

E estes mesmos problemas de 30 anos atrás perduram em nossa Cavalaria Mecanizada.

Se houver a necessidade de combater, entraremos em ação com a mesma estrutura dos anos 40.

Na ocasião em que o Estado-Maior do Exército, após muito estudo, reorganiza nossas Unidades e G. U., gostaríamos, sem nenhuma pretensão, de sugerir, no nível pelotão, algumas pequenas transformações.

Em alguns aspectos elas seriam econômicas, porém, em todos, visam somente um aspecto: a operacionalidade do Pel Cav Mec.

E não podemos nos esquecer que a nossa Brigada de Cavalaria Mecanizada é, em parte, o resultado da junção de Pelotões de Cav Mec. Nosso Exército parece-nos ressentir da falta de centros de pesquisa, que estudem e proponham modificações e inovações, tanto técnicas como táticas. Servir no Curso de Cavalaria da AMAN nos dá essa rara oportunidade de testar nossa organização, particularmente a Cav

Mecanizada pois o Cadete de Cavalaria recebe atualmente 70% da instrução versando sobre assuntos de Cav Blindada e Mecanizada.

O programa de instrução abrange todos os tipos de operações, dando ênfase ao nível Pelotão.

A Tropa executante é de elite. Cada problema é minuciosamente estudado. Conseqüentemente as soluções propostas são geralmente práticas e operacionais.

Com isso fomos notando sérias deficiências na atual estrutura.

O que nos falta nos atuais Pel C Mec?

É o que procuraremos analisar.

2 — A Seção de Carros de Combate

Até meados de 1960 o Exército Americano usou a Seção de carros a dois CC.

Manuais mais modernos, filmes de instrução e documentários da Guerra do Vietnam nos mostram a Seção de carros a 3 CC.

Acreditamos que inicialmente se procurou dar a Seção CC do Pel C Mec a mesma estrutura das Seções CC dos Pel CC.

Era uma organização conhecida e funcionava a contento.

Com o decorrer dos combates, porém, verificou-se que freqüentemente, nos reconhecimentos profundos, a tropa ficava distanciada de todo e qualquer apoio terrestre. O cumprimento da missão e mesmo sua sobrevivência dependiam diretamente da sua mobilidade e potência de fogo.

Além disso ocorria que, estando o pelotão instalado em posições de bloqueio, mais de uma via de acesso apresentava-se como possível de ser utilizada pelos carros inimigos.

E nem sempre a Seção CC tem possibilidades de bater as duas de um só local. Isso deixa freqüentemente o Cmt do pelotão num dilema:

"Coloco um carro barrando cada via de acesso?

E o apoio mútuo?

Coloco os CC barrando uma via de acesso?
E a outra?"

Temos a considerar que para o Pel C Mec a perda de 1 CC acarreta uma forte diminuição da potência de fogo e fica com uma probabilidade muito grande de ter seu outro carro destruído por falta de apoio entre eles.

Isto não acontece no Pel CC que atua como um todo, e a perda de um carro, além de não diminuir sensivelmente a potência de fogo, ainda torna possível a continuação do apoio mútuo.

Após enfrentarem este problema alguns exércitos resolveram adotar a Seção de CC do pelotão a 3 carros, com pleno êxito em combate.

Para o caso brasileiro isso se tornaria viável a curto prazo, pois inicialmente os RC Mec usariam os M 3 Al que estão sendo recolhidos dos RCC e BCCL, não havendo aparente falta de equipamento.

A médio prazo seriam substituídos pelo carro de reconhecimento da Engesa, ocasião em que qualquer falta porventura existente poderia ser sanada.

Com as Seções de Carros a 3 carros os RC Mec poderiam lançar-se, com mais confiança, poder de fogo e condições de cumprir suas missões, afastado do grosso.

3 — Peça de Apoio

Atualmente a peça de apoio é conduzida em duas viaturas de 1/4 Ton com reboque.

O que acontece na prática?

Aumentam a coluna e fazem mais poeira para um pelotão que deve, na maioria das vezes agir com discrição.

São duas viaturas a mais para o Tenente controlar, com seus problemas de manutenção e suprimento.

O Cmt da Peça de apoio fica ainda com o seguinte problema: no caso de pane em uma delas fica com o morteiro fora de ação ou atuando em más condições de remunicação.

E não podemos esquecer que a Vtr 1/4 Ton com reboque é uma solução improvisada. O material fica mal acondicionado dentro do reboque, com os riscos daí decorrentes.

Nos estacionamentos o comandante da peça de apoio necessita de uma área relativamente grande, para que possa dispersar-se convenientemente.

Manobrar um jipe com reboque no interior de um bosque não é tarefa das mais fáceis. Isso em combate pode ser fatal e está em desacordo com uma das características do Pel C Mec que é a mobilidade. Portanto o atual sistema de duas viaturas não nos parece o melhor.

Nossa peça de apoio, para modernizar-se, tornar-se realmente operacional, deverá ser grupada em uma só viatura.

Com esse conceito em mente tentamos duas soluções: a pick-up 3/4 Ton e a Vtr de 1 Ton.

Ambas mostraram-se inadequadas, pois o excesso de peso ocasionado pela guarnição, mais a peça e sua munição, diminuiriam consideravelmente a capacidade de deslocamento através do campo e a vida da viatura. Outro problema surgido é a sua não adequabilidade interior para o transporte de material e não permitir o tiro embarcado.

Com o recebimento pelos BIB de M-113, as viaturas de 1/2 lagarta estão sendo recolhidas para recuperação.

Israel em 1967 utilizou com sucesso absoluto a velha, e por nós desprezada, Vtr 1/2 lagarta da 2.ª Guerra Mundial.

Naturalmente que se adaptaram um motor diesel e lagartas novas, ganhando assim um transporte blindado para tropa ou morteiro com grande raio de ação e baratíssimo.

Esta seria uma linha de ação mais barata e operacional pois o M-84 americano não é viável dentro do atual orçamento.

O 1.º/5.º RC Mec e o 1.º Esqd C Mec já possuem e operam com sucesso absoluto Vtr de motor diesel, equipadas com lagarta nacional.

Parece-nos que só falta um passo: a adaptação para permitir o tiro do morteiro do interior da viatura, a exemplo de Israel. Com essa medida estariam economizando um motorista e uma viatura com reboque e dando à peça de apoio a mobilidade que lhe falta.

E ainda, rapidez para intervir no combate pela possibilidade de atuar embarcado, proteção blindada e uma viatura já testada em combate.

Uma indústria brasileira está produzindo viaturas blindadas. Sua VBTP está sendo entregue à tropa para testes de operacionalidade.



Fig. n.º 1

Podemos contar como certo o aparecimento da viatura para transporte de morteiro. Será uma diversificação lógica da VBTP.

4 — Grupo de Combate

O nosso quadro de organização prevê para o GC do Pel C Mec um efetivo de 7 homens, constituindo apenas uma esquadra de fuzileiros.

Nada justifica a não adoção de duas esquadras de fuzileiros num GC a 9 homens.

Aumentaríamos a potência de fogo do pelotão e dariamos uma eficaz proteção aos carros pois teríamos mais fuzileiros para protegê-los.

Entre as variadas missões do GC na defesa, uma é bater as vias de acesso adequadas somente para tropas a pé. Dotando-o de uma segunda arma automática estariamos dando melhores condições para o cumprimento de sua missão, sem prejudicar a viatura M-113 que operando com o GC a 7 homens estará com parte de sua capacidade de transporte ociosa.

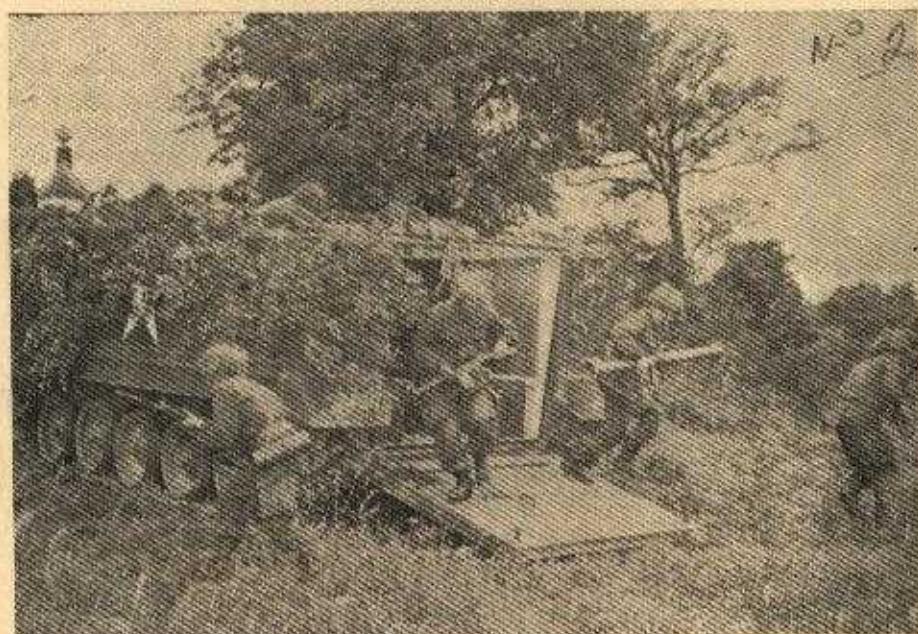


Fig. n.º 2

Outra observação que nos ocorre é a ausência do comandante do carro na atual organização.

Não havendo comandante de carro, o motorista fica sozinho na viatura quando o GC afasta-se.

Em condições de combate existem ocasiões em que, estando o GC desembarcado, o M-113 deve deslocar-se para outra posição atirando para defender-se ou com um guia à frente quando o terreno for suspeito.

É impossível ao motorista deslocar o carro e atirar ao mesmo tempo.

Com isso estaremos arriscando o M-113 à destruição por franco atiradores que poderiam ser neutralizados pela arma açãoada pelo comandante do carro.

Quanto ao armamento do GC alguma coisa pode e deve ser reformulada. O lança-rojão deve ser distribuído a uma das esquadras e o lança-granada M-79 à outra. O lança-granada apresenta grande utilidade no combate em localidade, nas emboscadas e na defesa aproximada da posição de bloqueio.

Quanto ao item comunicações temos encontrado uma imensa dificuldade em atuar com o GC a partir do momento em que ele desembarca, seja para o ataque, seja para realizar o reconhecimento de uma ponte ou ocupar uma posição de bloqueio.

A inexistência de uma estação que acompanhe os homens acarreta seríssimos problemas de ligação com perda de eficiência em combate. A PRC-8 poderia suprir esta falta, pois seu alcance é proporcional ao emprego tático do GC e sua faixa de freqüência compatível.

5 — Grupo de Exploradores

Nosso grupo de exploradores é a fração que mais sérios problemas apresenta.

Proteção blindada inexistente, potência de fogo mínima e comunicações deficientes tornam-no a fração mais vulnerável do pelotão.

O problema da proteção blindada para o GE está sendo equacionado pela indústria paulista, a pedido do Exército.

O aparecimento do CRR — Cascavel — Carro de Reconhecimento Sobre Rodas e da VETP — Urutu fazem prever o nascimento de mais dois membros da "família de blindados" do Brasil: o transporte para morteiros derivado da VBTP é uma viatura similar ao M-114 para substituir o jipe nas patrulhas do GE.

Qualquer solução para dotar os jipes de blindagem (tentado pelos americanos no Vietnam para patrulhamento

de estradas. Não foi aprovado pois houve danos na suspensão mesmo quando reforçada) ou compra de M-114 são inviáveis.

No que diz respeito à blindagem a solução nos parece ser a de aguardar o modelo nacional.

Mesmo atuando com viaturas de 1/4 Ton o GE poderia ser mais agressivo e portanto menos vulnerável.



Fig. n.º 3

E para isso poderíamos adotar uma segunda arma automática em suas patrulhas, a exemplo do que já fazem outros exércitos, que ainda utilizam o jipe. O que observamos nos diversos exercícios realizados, é que, quando as patrulhas executam lanços, uma das viaturas faz a progressão sem o adequado apoio de fogo, pois o outro jipe leva somente um rádio e as armas individuais.

Naturalmente que a colocação de um pedestal e respetiva arma automática no jipe que já conduz o rádio irá torná-la pouco confortável.

Esse incômodo, porém, será largamente recompensado pelo aumento da potência de fogo, agressividade e apoio

mútuo eficiente, compensando assim, em parte, a falta de blindagem.

Outro aspecto interessante a abordar é o das Comunicações.

Ao realizar um reconhecimento de ponte o GE tem um procedimento padrão a adotar.

Aproxima as viaturas de maneira que as armas automáticas possam bater a ponte; desembarcam os exploradores, que levam consigo uma a.a. por patrulha. (Nota-se então a necessidade de uma 2.^a arma por patrulha).

Normalmente uma equipe examina a ponte, vaus, margens e a outra dá um lança à frente procurando dar segurança na outra margem.

E aí surge o problema. Nossa GE, tal como o GC não possui rádio que possa desembarcar com os homens.

Nem sempre as viaturas-rádio podem aproximar-se das pontes ou posições de bloqueio para transmissão de informações.

Os exploradores são obrigados então a enviar mensageiros ou usar bandeirolas, com todas as deficiências que estes métodos apresentam.

No seu armamento o GE deveria ser também contemplado com um lança-granada M-79, para as operações de reconhecimento de localidade. A precisão e poder de destruição desta arma fazem dela um artigo indispensável na equipagem do Grupo de Exploradores. É a arma de maior sucesso empregada pelos americanos desde a guerra da Coréia.

6 — Conclusão

Procuramos transmitir aos companheiros as dificuldades que encontramos no trabalho com o pelotão de Cavalaria Mecanizado.

Apresentamos sugestões para modificá-lo tornando-o operacional a curto prazo e baixo preço.

Não se pensou em momento algum em soluções empíricas e sim no que a prática nos ditou.

Como Cavalarianos orgulhosos da nossa Arma, não queremos que as novas Brigadas de Cavalaria Mecanizadas, marco da renovação, estejam fundamentadas em pelotões que mantêm a mesma estrutura desde os anos 40.



A Guarnição Federal do Recife há 100 Anos e seu Comandante

Maj Eng QEMA
CLAUDIO MOREIRA BENTO

Há cerca de 100 anos, a guarnição federal do Recife vivia o período de após-guerra da Tríplice Aliança, que teve seu epílogo em 1.^º de maio de 1870 em Cerro Corá.

Em outubro de 1871, assumia o Comando das Armas de Pernambuco, em sua segunda comissão de novel Oficial-General, o Brigadeiro Luiz Emílio Mallet — com 70 anos de idade.

Mallet, em Tuiuti, no comando da artilharia brasileira, a célebre “artilharia revólver” e na maior batalha campal da América do Sul, escreveria páginas épicas de nossa História Militar, ao lado do gaúcho Marechal Osório, comandante da batalha e do “Leão de Tamboril”, o cearense Brigadeiro Antonio de Sampaio, este, comandando a 3.^a Divisão de Infantaria, que passaria à história com o nome de “Divisão Couraçada”.

Pelo excepcional destaque destes três bravos chefes nesta batalha que destruiu a capacidade ofensiva estratégica do adversário, seriam elevados, posteriormente, à condição de patronos de três armas do Exército Brasileiro. Osório da Cavalaria, Sampaio da Infantaria e Mallet da Artilharia.

Ao chegar Mallet ao Recife, é recebido como herói nacional, na terra que seu amigo Conde da Boa Vista, embelezara e modernizara — amizade estreitada quando Boa Vista fora comandante das Armas do Rio Grande do Sul no início da guerra. Chegaria Mallet para comandar no berço

de outros amigos seus, do bravo Barão de São Borja, mais conhecido pelos gaúchos como Gen Vitorino e que comandara o Exército, após o Conde D'Eu, na Campanha da Cordilheira e berço, igualmente, do herói legendário da reação do Forte de Coimbra — O Coronel Pôrto Carrero.

Em Pernambuco, Mallet aplica-se na reconstrução, modernização e higienização dos quartéis, abandonados durante 5 anos, em favor do esforço de guerra no exterior.

A guarnição do Recife, a seu tempo, era constituída do Comando das Armas, Depósito de Recrutas e de Operários, 9.º Batalhão de Infantaria de Linha e Hospital Militar, todos aquartelados em instalações existentes no local onde situam-se, atualmente, os quartéis-generais do IV Exército e 7.ª RM/7.ª DI e o Hospital Militar.

O 2.º Batalhão de Infantaria de Linha ocupava o Forte de Cinco Pontas, o 4.º Batalhão de Artilharia a Pé, ao que parece, ocupava o Forte do Brum e uma Companhia de Cavalaria aquartelava na Soledade.

Além destas existiam as guarnições dos Fortes do Pau Amarelo, do Buraco e Itamaracá e o Presídio de Fernando de Noronha.

Mallet, segundo depreende-se de correspondência ao Presidente de Pernambuco, existente no Arquivo Público Estadual, e a mim cedida para consulta pelo Prof. Jordão Emeirciano, preocupa-se em recuperar os quartéis, aumentar a cavalaria e a transferir o Depósito de Recrutas para Olinda, onde existia maiores facilidades e espaço para a instrução, e longe do mau exemplo dos soldados mais antigos, além de descongestionar as instalações junto ao Comando das Armas. Dentre as excepcionais qualidades deste chefe militar, confirma-se no Recife aquela já revelada no combate e na calma dos acampamentos — o chefe paternal e amigo — muito preocupado com o bem estar moral e material de seus comandados. Ocupa-se com carinho e interesse na regularização da situação dos veteranos de guerra, na higienização dos quartéis e amparo aos inválidos da pátria.

Ao visitar o hospital da Guarnição, fica chocado ao constatar que o necrotério ficava em sala contígua às enfermarias.

Determina providências drásticas, para que longe do corpo do Hospital fosse construído edifício próprio para esta finalidade.

Após nove meses de profícua administração militar em Pernambuco, em 6 de julho de 1872, Mallet comunica ao Presidente da Província, Desembargador Francisco Faria Lemos, ter passado o comando ao Cmt do Forte do Buraco, Coronel do EM de 2.^a classe, José Maria Idefonso da Veiga Pessoa de Mello.

Mallet retorna a seu querido Rio Grande do Sul onde casara e se estabelecera como fazendeiro em Quebracho — Bagé, fazia 40 anos e a trocara por Dunquerque — França, seu berço natal.

Mallet integra-se por completo na vida, espirito, costumes e hábitos dos gaúchos e participa irmanado com estes, em suas aspirações, tendências, alegrias, sofrimentos e heróismos — tornou-se um autêntico gaúcho. Mallet era festejado, venerado e acatado pelos gaúchos como herói nacional e como um dos mais destacados e constantes combatentes na consolidação e definição da "Fronteira do Vai-vém" — no Rio Grande do Sul. O bravo Luiz Emílio Mallet, que toda a artilharia do Exército reverencia sua memória como seu patrono, na oportunidade do seu 170.^º aniversário de nascimento (10 Jun 1801) coincidente com o centenário de seu Comando das Armas da Província de Pernambuco, prestou à pátria brasileira 62 anos de assinalados e relevantes serviços militares. Dos 62 anos de serviço à pátria, 42 o fcraram no Exército e 20 como militar comissionado, pois a Regência, dada sua condição de estrangeiro, dispensou seus serviços, em 1831, olvidando seus relevantes serviços prestados na luta pela Independência na Cisplatina, uma das condições para permanência dos estrangeiros no Exército. Mallet, em 1851, foi reintegrado no Exército no posto de Capitão, ao tempo que muitos de seus colegas de escola já eram Generais. Mas não esmoreceu e aplica-se com todas as forças a recuperar o tempo perdido, vindo atingir o generalato com 70 anos. Encerra sua brilhante carreira militar com 84

anos de idade no posto de Marechal de Exército, do Exército Brasileiro que tanto amara em que pese a grande injustiça que sofrera durante 20 anos.

Mallet por sua excepcional dedicação ao serviço do Brasil e ao Exército está a merecer, para o justo culto à sua memória, um Parque Histórico, à semelhança de Osório no Rio Grande do Sul, de Caxias em Caxias no Rio de Janeiro e de Sampaio no Ceará, cujas providências iniciais já foram tomadas. O local ideal parece ao autor, ser o de sua estância no Quebracho — Bagé, onde casou, constituiu família e refúgio encantado em seus raros momentos de folga, nas constantes lutas que envolveram o Rio Grande do Sul — Guerra Cisplatina — Revolução Farroupilha — Guerra Contra Rosas e Oribe — Guerra de 1865 — Guerra da Tríplice Aliança e as diversas "Califórniás" que envolveram a fronteira de Bagé e não assinaladas pela História do Brasil.

A cada nova guerra surgem outras dimensões nos campos da tática e do armamento. Assim sendo, as atitudes rígidas ou inflexíveis para com a arte de combater certamente são perniciosas à eficiência em combate. O comportamento humano irá determinar grandemente o curso da batalha. Desta forma, nunca será demais acentuar a necessidade de uma judiciosa seleção dos homens, principalmente dos líderes.

A Guerra Química Através da História

1.º Ten. Com

PAULO CÉSAR MIRANDA DE AZEVEDO

De Suas Origens à 1.ª Guerra Mundial

No fim da tarde de 22 de abril de 1915, uma espessa nuvem amarelo-esverdeada, aproveitando o vento que soprava na direção das posições franco-canadenses entre Langemarck e Bixschoote, avançou ao longo da extremidade nordeste do saliente de Ypres, na Bélgica. Uma "muralha" de cloro de quase 3 km de comprimento e 25 m de altura, atingiu as trincheiras aliadas, provocando resultados assombrosos. Começara a Guerra Química.

O emprego de gases asfixiantes, como arma de guerra, é muito antigo. No Sítio de Platéia, em 428 aC, durante a Guerra do Peloponeso, Arquidamos, filho de Zeuxidacuos, rei dos lacedemônios, fez queimar achas de madeira com pez e enxofre, nos fossos que circundavam os muros da cidade, tendo levantado uma fumaça sufocante, venenosa, que visava a afugentar os defensores para um assalto, mas fortes chuvas dissiparam a fumaça e apagaram o incêndio. Cinco anos mais tarde, ainda durante a Guerra de Peloponeso, a mesma técnica resultou em sucesso completo, no Sítio de Délio. A fumarada deletéria impediu que os defensores apagassem o fogo. Foi, ainda, usado pelos espartanos um ancestral do atual lança-chamas que auxiliou os sitiantes na conquista da cidade.

Bem mais perto de nosso tempo, na Idade Média, há registros de usos de gases venenosos. Em 1456, o Sítio de Bel-

grado pelos turcos foi levantado quando um alquimista preparou uma mistura. Ensopavam-se trapos com agentes químicos; depois de secos esses trapos foram queimados quando o vento soprava para o lado das posições turcas. A fumaça provocou morticínio entre os turcos que o comandante, cristão, determinou que os gases só fossem utilizados contra os infiéis.

Também Leonardo Da Vinci está incluído dentre aqueles que preparavam armas que expeliam gases, fumaças e chamas. Todavia, devido a outros fatores, os gases não foram relacionados para emprego em combate de forma efetiva, a não ser depois de 1811, quando oficiais da Marinha Britânica recomendaram a utilização dos vapores de enxofre (SO_2) em combate.

Quando da retirada para Berlim das tropas prussianas, comandadas pelo General Von Buloow que enfrentaram as de Napoleão Bonaparte, um farmacêutico aconselhou a Von Buloow que, ao invés de empregar as baionetas de seus fuzis, seus soldados por ocasião dos contra-ataques, durante o combate corpo a corpo, empregassem pincéis molhados em Ácido Cianídrico (tóxico do sangue) para atingir a boca, nariz ou olhos dos inimigos, a fim de facilitar a penetração do violento tóxico.

Durante a Guerra Civil Americana, duas vezes os gases foram considerados para emprego. Pela primeira vez, a 5 de abril de 1862 um Sr. João W. Doughty, de Nova York, propôs a fabricação de uma granada contendo cloro líquido, alegando que sob o aspecto moral, o gás minoraria a sangreira do campo de batalha, e ao mesmo tempo tornaria mais decisivos os conflitos. Em 1864, a revista "The Popular Science Review", em seu artigo escrito por E. W. Richardson, sugeriu um modelo de granada venenosa, sob a forma de globos aéreos que, ao serem lançados sobre seus adversários, explodiriam espalhando gases letais.

O emprego da lidite pelos ingleses na África do Sul, durante a Guerra dos Boers, provocou grande celeuma internacional sobre o uso do gás. Somente os pequenos efeitos táticos evitaram o avolumar dos debates.

Cabe ainda referir do conhecimento dos gases por parte dos indígenas no Continente Americano. Os gases eram obtidos de maneira idêntica à empregada pelos espartanos e mesmo pelos assírios no sítio de suas cidades. Acendiam-se grandes fogueiras, e quando o vento soprava contra o local sitiado, eram colocadas urtigas venenosas saturadas com óleo de peixe ou então quantidades de pimenta, de acordo com as disponibilidades das regiões. Os efeitos da fumaça tóxica provocavam lágrimas, náuseas, vômitos, céfaléia e desorganizavam as defesas adversárias. O emprego de tais gases foi adotado várias vezes contra os europeus, assim como flechas incendiárias, com as quais foi queimada e destruída a Buenos Aires da primeira fundação.

A Guerra Química na 1.^a Conflagração Mundial

Os gases só vieram a obter largo emprego militar durante a 1.^a Guerra Mundial. Muito embora fossem enormes as possibilidades de emprego de gases como arma tática, os alemães os consideravam como força não ponderável na sua preparação para o primeiro conflito mundial. Quando, no outono de 1914, o esforço alemão para destruir as forças francesas perdeu seu impeto no Marne, teve início uma corrida desesperada entre o Exército Alemão e as Forças Britânico-Francesas para a busca de flanco. A corrida terminou no Canal da Mancha, perto de Nieuport; os adversários se enfrentaram numa linha que se estendia por centenas de quilômetros desde a Mancha até a fronteira suíça. Embora poucos pudessem perceber naquela ocasião, a mobilidade no campo de batalha terminara e a era da Guerra de Trincheira havia começado. Essa estabilização das frentes de combate, com grandes efetivos aferrados ao terreno e abrigados em fortificações cada vez mais perdurava, prenunciando uma longa guerra de desgaste para a qual os alemães não estavam preparados, fizeram-nos lançar mão de uma única arma capaz de atingir os aliados em seus abrigos — "GÁS".

O Professor Frederico Haber, do Instituto Kaiser Guilherme, de Berlim, fazia experiências com gases venenosos desde dois meses antes da paralização da frente. Tentou primeiro

o fosgênio (CG), mas uma explosão no laboratório matou seu assistente, professor Sochur. Depois disso os testes foram conduzidos para o cloro e seus compostos. Em abril de 1915 Haber estava pronto para a primeira experiência. O local escolhido foi Yprès.

Podemos apontar como causas imediatas para o lançamento dos gases naquele conflito as seguintes:

1. Os alemães não possuíam reservas de matérias-primas suficientes para manter uma longa guerra de desgaste com o armamento e munições clássicas;
2. Possuíam por outro lado, matérias-primas em abundância e um corpo de técnicos altamente desenvolvido, para a produção de agentes químicos de guerra;
3. O único meio de atingir as tropas aliadas, abrigadas em trincheiras cada vez mais profundas, era o emprego de um gás tóxico mais pesado que o ar.

No fim da tarde de 22 de abril de 1915, perto de Yprès, três foguetes luminosos foram lançados de um balão alemão ancorado nas proximidades do saliente aliado. Este foi o sinal para os soldados alemães abrirem as torneiras de 5.000 cilindros de cloro e lidite, colocados à retaguarda de seu dispositivo de trincheiras. Eles haviam aguardado durante algum tempo, um vento favorável que pudesse levar o gás mortal às trincheiras aliadas. Jatos do gás verde pardacento juntaram-se em uma grande nuvem, que logo cobriu a tropa das primeiras linhas de duas divisões francesas. Soldados em pânico, cegos e sufocados, irromperam pela retaguarda da nuvem. Outros, imobilizados, mortos ou agonizantes, jaziam nas trincheiras.

Tendo provado sua capacidade em abrir brecha, nas trincheiras, a guerra de gases tornou-se um duelo de inventividade entre os Aliados e as Potências Centrais. Melhores gases, sistemas de lançamentos mais engenhosos e melhores meios de proteção individual surgiram rapidamente, desde as compressas de pano embebidas em carbonato de sódio, tio-sulfato de sódio, passando pelo Véu negro dos ingleses, o

Na realidade, porém, só depois da Conferência de Genebra de 1925 é que diversos países cogitaram mais abertamente do problema da proibição da Guerra Química. Pelo protocolo, posto em vigor em 1928, o documento estipulava que "o emprego bélico de gases asfixiantes, venenosos e outros, e o de todos os líquidos materiais e mecanismos análogos foi justamente condenado pela opinião geral do mundo civilizado... portanto, a fim de que essa proibição seja universalmente aceita como parte da Lei Internacional que rege a consciência e os atos das Nações, declararam que as Altas Partes Contratantes não participes, ainda, de tratados que vedem tais armas, aceitam a proibição...". Alguns países como o Brasil, Japão e EUA, nunca ratificaram definitivamente, sendo que o último apesar da não assinatura continuava a afirmar de viva voz que jamais utilizaria gases em primeiro lugar.

Conhecedores da antiga e sábia frase latina "Se queres a paz prepara-te para a guerra", países europeus e os EUA continuaram, apesar das cartas proscrevendo os agentes químicos de guerra, as pesquisas para descoberta de melhoria de agentes passíveis de emprego em novos conflitos, bem como de meios utilizáveis no lançamento desses agentes. Assim apareceram a Mostarda Destilada; as Nitrogênio-Mostardas; a Cloracetofenoma; a Mistura Trióxido de Enxofre-Ácido Clorosulfônico, as Soluções Lacrimogêneas; Tubos Fumígenos, Geradores de Fumaça e Tanques Espargidores.

A Guerra Química na 2.^a Guerra Mundial

Os sucessos obtidos pelos gases na I Guerra Mundial, foram tão grandes e calaram tão profundamente na opinião pública que até hoje há ainda quem limite a concepção da Guerra Química exclusivamente ao emprego de agentes contra o pessoal. Tal conceito é evidentemente errôneo, por quanto o emprego dos gases é não só uma das três grandes aplicações da Guerra Química, mas justamente aquela cujo uso é mais limitado dependendo de fatores e circunstâncias nem sempre presentes na guerra.

Esses fatores e circunstâncias por sinal, não aconselharam o seu uso na 2.^a Guerra Mundial. Primeiro, sob o ponto de vista tático, a Alemanha seria prejudicada se lançasse gases persistentes em seus primeiros avanços. Depois, quando ela passou à defensiva, perdeu o controle do ar e suas cidades ficaram sem cobertura.

Um segundo fator foi o aspecto não decisivo da arma, demonstrado no conflito anterior.

Outro foi o medo da retaliação. Na maior parte dos casos, tal como ocorre com quase todos os engenhos, os dois oponentes têm como revidar. A política dos Aliados Ocidentais, quanto à Guerra Química, foi anunciada ao mundo, de maneira inequívoca, pelos EUA e Grã-Bretanha em 1942. O Presidente Franklin D. Roosevelt anunciou, então, a política americana de emprego de gases somente como medida retaliatória e preveniu aos japoneses de que "a represália seria feita na mesma moeda e em escala total".

A força legal do Protocolo de Genebra, de 1925, pode ser um quarto motivo.

O quinto, segundo o Departamento de Guerra dos EUA, foi a responsabilidade da opinião pública em parte, pela decisão contrária ao lançamento de gás contra os japoneses, em 1945.

O sexto e último fator, estreitamente relacionado com o fato de não ser o gás arma decisiva, é apresentar este meio inconveniente na conduta das operações. Os ganhos que ele proporcionasse não compensaria os prejuízos resultantes dum "guerra com gases" pelos dois adversários.

Mas se os agentes contra pessoal sofreram tal limitação, o mesmo não sucedeu com os fumígenos e incendiários, que tiveram neste conflito o mais largo emprego, quer em operações táticas quer em operações estratégicas, pelas forças terrestres navais e aéreas.

Apesar de não terem sido utilizados, durante a Segunda Guerra Mundial, muitos gases foram descobertos e produzidos, particularmente os de efeito nervoso: Tabum (GA), Sarin (GB) e Soman (GD). Vinte vezes mais tóxicos do que

o cianureto de hidrogênio (gás de ação sobre o sangue desenvolvido pelos franceses), estes gases eram tão mortíferos que amedrontaram até o próprio Hitler. Seus efeitos eram letais em menos de meio minuto, tendo o poder de causar baixas antes mesmo de ser detectado.

Aspectos Atuais da Guerra Química e a Posição Norte-Americana

Após o término da 2ª Guerra Mundial, todos os membros das Nações Unidas assumiram o compromisso solene, na primeira sessão da Assembléia Geral, a 25 de janeiro de 1946, de eliminar quaisquer armas de destruição em massa. Em 1948, durante a Assembléia Geral das Nações Unidas, o então Secretário-Geral Trigvie Lie chamou a atenção dos membros para o fato de que estavam esquecendo, ante o horror atômico, o problema das armas químicas.

A 6 de agosto de 1955, uma Comissão Civil, designada pelo Chefe do Serviço Químico Norte-Americano para estudar a missão e estrutura das armas referidas, recomendou em seu relatório o fabrico de agentes químicos, dado o seu efeito dissuador em guerras possíveis, e para serem realmente empregados caso se modifiquem os conceitos e políticas. A política americana continuará, pois, a mesma. O país não utilizaria os gases mas guardaria o direito de usá-los "só em represália".

Os EUA ignoravam a posição internacional sobre a prática mas durante a Guerra da Coréia não utilizaram os gases. Tem-se apenas notícias do emprego de "gases vomitivos e lacrimogêneos" contra prisioneiros de guerra comunistas em tumulto. Isto, no entanto seria considerada apenas uma ação policial, nos quais os gases têm uso livre em todo o mundo.

Desde que os EUA admitiram publicamente que estavam empregando desfolhantes, vomitivos e lacrimogêneos desde 1961 no Vietnam, as Nações Unidas tomaram uma série de medidas condenatórias e a opinião pública norte-americana começou a manifestar-se contrária a tal emprego.

A administração de Johnson recusou-se a assinar o Protocolo de Genebra de 1925 durante os períodos de sessão da Assembléia Geral de 1966 e 1968. Nesse momento, o Protocolo estava assinado por 84 Nações. Apenas o Japão e os EUA estavam sem assinar, entre os principais. A onda de clamor mundial, motivada pelas possíveis provas de que os gases tido como herbicidas, lacrimogêneos e vomitivos matavam velhos, crianças e doentes, além de provocarem abortos, cegueiras e diarréias, que em certos indícios levavam à morte, e outros danos de tal natureza pediam que o seu emprego fosse proibido. Em vista de tal manifestação, o Presidente Richard Nixon solicitou ao Congresso em 25 de novembro de 1969 que o Protocolo de Genebra de 1925 fosse ratificado pelos Estados Unidos. Todavia, face a posição internacional tendente a considerar crime de gerra o emprego de desfolhantes, lacrimogêneos e vomitivos em ações bélicas — O Governo Nixon não incluiu tais gases, reservando-se os EUA o direito de utilizá-los quando lhes convier nas desordens internas e outras ações de polícia. Ainda assim, as manifestações no início de 1970 fazem prever que em breve os EUA renunciarão também a tais tipos de gases, no que seria seguido pelas restantes nações do mundo, pois dentro desta resolução é que devemos encarar o afundamento das reservas de armas neutróxicas na Costa da Flórida, que estão levantando outra questão e, inclusive protesto da Comissão das Nações Unidas sobre o uso do mar. Em 14 de fevereiro de 1970, o Presidente Nixon decidiu destruir as reservas de armas tóxicas. Ao mesmo tempo as fábricas em Fort Detrik, Maryland e Pine Bluff, no Arkansas, foram fechadas como instalações militares e deverão ser entregues ao Departamento da Agricultura. Os Estados Unidos estão, pois, numa posição delicada já que, tendo renunciado às armas químicas letais, devem destruir todos os seus estoques, todavia o perigo ainda está latente, não extinto, sabendo perfeitamente essa grande nação como proceder futuramente.

— "O receio de uma guerra nuclear total poderia concebivelmente, impedir os soviéticos de usar armas atômicas — se outros meios pudessem realizar seus propósitos. Se isso for verdade, estamos, neste momento, num período de desenvolvimento de outras armas que não trazem consigo o horror da destruição total — pois estamos sujeitos às mesmas pressões que os comunistas, talvez maiores, pois nos preocupamos mais com o bem-estar de nosso povo e com o de nossos aliados. Se os vermelhos conseguirem superioridade tal nas novas armas químicas e biológicas que não nos seja possível igualá-los ou encontrar uma proteção contra elas, nossa força nuclear poderá ter valor puramente acadêmico." (General-de-Divisão Marshall Stubbs, Chefe do Corpo Químico do Exército dos Estados Unidos.)

BIBLIOGRAFIA

- "Chemical and Biological Weapons" — Matew S. Meselson
- "Palavras e gases asfixiantes entre os indígenas da América do Sul" — Erland Nordenskiöld
- "Correio do Povo" — Nov. 1970 — Fernando G. Sampaio
- "Publicações da Military Review" — Edições Brasileiras
- "Notas de aula da Escola de Instrução Especializada" — Agentes Químicos
- "A conduta da guerra de 1789 aos nossos dias" — J. F. C. Fuller
- "Estratégica Militar e Desarmamento" — Nelson Freire Lavanére-Wanderley
- "Leis da Guerra e Armas Nucleares" — Mário Pessoa

"A moderna estratégia não mais se baseia apenas em operações militares em larga escala, mas inclui manobras políticas, econômicas, tecnológicas e psicológicas, além da penetração ideológica, capazes de aumentar os fatores de poder de uma nação ou coalizão."

A Influência da Etnia na Expansão Econômica Brasileira

Eng.^o LUCIO GOMIDE LOURES
Dir. Pres. CAESB

I — O Início da Colonização

A partir do século XV a Europa sofre uma alteração violenta, com revoluções de ordem econômica e político-social. O espírito guerreiro religioso foi substituído pelo espírito mercantil; descobertas marítimas constituíram o novo e acentuado motivo de emulação entre os grandes Estados que passaram a compreender a importância da economia nacional forte para garantir uma potência militar fortalecida.

Para Portugal, o Brasil, no momento de sua descoberta, representava pouco valor econômico. A possível indústria extractiva não justificaria a ocupação mais efetiva do novo território, principalmente com população escassa, defrontando uma inundação de riquezas sem precedentes provenientes do comércio com o continente mais populoso e de mais antiga civilização mundial, e ainda, do saque e dos tributos impostos e correntes naquele tempo. O capital era escasso e esta-

va absorvido na revolução comercial. A carência de mercados, que só então começava a se desenvolver, as dificuldades de transporte do meio físico brasileiro não justificava que se fizesse, naquele instante, um esforço para a implantação da agricultura, somente permitível em ambiente de maior segurança, aliada a uma fácil e abundante mão-de-obra e a outras circunstâncias (1).

As vitórias portuguesas sobre os mouros; as conquistas dos portugueses na Ásia e na África e a oportunidade, para a gente senhoril ou simplesmente cristã, de empregar no serviço da terra ou nas artes manuais a negros, a índios orientais e a mouros — todos esses fatores juntos parecem ter desenvolvido em grande parte da população portuguesa o espírito de aventura e os preconceitos aristocráticos que se descobrem nos primeiros portugueses que emigraram para a América.

Na América Portuguesa esses preconceitos manifestaram-se em

gosto pela vida militar, em amor ao fausto e ao trabalho burocrático, ou ao parasitismo, em atividades escravocratas, dirigidas no começo contra os índios, mas logo depois concentradas na importação de negros para as plantações quase feudais que alguns dos primeiros colonos portugueses chegaram a fundar no Brasil (2).

Portanto, "quando em 1532 se organizou econômica e civilmente a sociedade brasileira já foi depois de um século inteiro de contato dos portugueses com os trópicos; de demonstrada na Índia e na África sua aptidão para a vida tropical".

Formou-se na América Tropical uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio, e mais tarde de negro na composição (3).

Hereditariamente predisposto à vida nos trópicos por um longo habitat tropical, o elemento semita, móvel e adaptável como nenhum outro, terá dado ao colonizador português do Brasil algumas das suas principais condições físicas e psíquicas de êxito e de resistência. Entre outras, o realismo econômico que desde cedo corrigiu os excessos de espírito militar e religioso na formação brasileira.

A mobilidade foi um dos segredos da vitória portuguesa. A escassez de capital-homem, supriram-na os portugueses com extremos de mobilidade e miscibilidade: dominando espaços enormes e onde quer que pousassem, na África ou na América, emprenhando mulheres e fazendo filhos, nu-

ma atividade genésica que tanto tinha de violentamente instintiva da parte do indivíduo quanto de política, de calculada, de estimulada por evidentes razões econômicas e políticas da parte do Estado.

Nenhum povo colonizador, dos modernos, excedeu ou sequer igualou nesse ponto aos portugueses, misturando-se gostosamente com as mulheres de corno ao primeiro contato e multiplicando-se em filhos mestiços que uns milhares apenas de machos atrevidos conseguiram firmar-se na posse de terras vastíssimas e competir com povos grandes e numerosos na extensão de domínio colonial e na eficácia de ação colonizadora. A miscibilidade, mais do que a mobilidade, foi o processo pelo qual os portugueses se compensaram da deficiência em massa ou volume humano para a colonização em larga escala e sobre áreas extensíssimas (4).

Desde os primeiros dias das capitâncias, mesmo antes delas, se bem em escala menor, o cruzamento com os índios havia começado e se tornara prática corrente. Tais uniões eram ilegítimas, a princípio, mas com o tempo se tornaram perfeitamente legais e religiosas, desde as conversões em massa ao catolicismo das tribos originárias; os mestiços oriundos delas ufanavam-se de sua procedência paterna. Tanto mais, quando ao contrário do que acontecia com os negros africanos, os casamentos mistos com as cunhãs eram não só permitidos como fortemente preconizados e tidos em alta conta pela

lei portuguesa. Esses produtos euro-índios, chamados mameculos, desempenharam largo papel na conquista do país. Por seu intermédio, tribos inteiras foram trazidas da selva para os estabelecimentos do litoral e às fábricas rudimentares de açúcar dos portugueses.

Pouco a pouco, começou a ostentar-se um grupo racial misto: portugueses vindos da Europa, os chamados reinóis; portugueses nascidos no Brasil; meios-sangues, aliados aos genitores brancos; índios pacíficos e amigos (5).

Essa aliança possibilitou a grande vitória dos portugueses na primeira grande guerra nacional, assim denominada por Pandiá Calógeras, contra os invasores franceses em busca do pau-brasil. A guerra do pau-brasil, que durou quase um século (1520-1615), uniu e manteve coesos elementos desconexos e heterogêneos, cuja colaboração esteve sujeita a forças desintegradoras energicas, mas às quais pôde resistir de ano para ano mais vitoriosamente.

O primeiro ciclo econômico do Brasil, da política brasileira, foi deficitária ao erário português e assim permaneceu até quase os fins do século XVI. Então foram lançadas as bases da grande indústria do açúcar de que o Brasil iria se tornar o primeiro fornecedor do mundo, reembolsando regiamente Portugal e os portugueses das despesas feitas com esses trabalhos preparatórios. (6)

Neste primeiro ciclo pouca ou nenhuma foi a influência do negro na etnia brasileira. Praticamente reduziu-se ao português e

ao índio. Portugal, com pouca mão-de-obra só podia solucionar o problema necessário aos braços trabalhadores, economicamente, através da escravidão. Com esta mentalidade Portugal tentou a escravidão do índio.

Do puro ponto-de-vista de negócio, a solução do índio provou má. Eram criaturas primitivas; filhas das selvas e dos campos; não resistiam à vida em recintos fechados como eram as casas dos brancos, nem o esforço contínuo, aturado e duro do trabalho de cultura à moda européia ou de indústrias dos engenhos. Morriam aos magotes, quando escravizados; muitos suicidavam-se. A maioria evadia para a floresta. Em menor número, iludidos e presos pela astúcia do colono, perdiam todo o estímulo e permaneciam no cativeiro; nele não tinham vida longa, vítimas indefesas do sarampão, da variola, da bebida, do ar confinado, fatores de rapidíssima eliminação.

Novos bandos predadores investiam o sertão, a descerem novos rsbanhos de gado humano, cada vez mais difíceis de se conseguirem pelo progressivo alongamento das regiões fornecedoras. (7)

Assim como a solução do índio fora um desastre, a do negro revelou-se preciosa e valiosa.

A mulher gentia temos que considerá-la não só a base física da família brasileira, aquela em que se apoiou, robustecendo-se e multiplicando-se, a energia de reduzido número de povoadores europeus, mas valioso elemento de cultura, pelo menos material, na

formação brasileira. A do homem foi formidável: mas só na obra do devastamento e conquista dos sertões, de que foi o guia, o caçoeiro, o guerreiro, o caçador, o pescador. Muito auxiliou o índio ao bandeirante mameluco, os dois excedendo ao português em mobilidade, atrevimento e ardor guerreiro; sua capacidade de ação e trabalho falhou, porém, do ramerame tristonho da lavoura de cana, que só as reservas extraordinárias de alegria e robustez animal do africano toleraria tão bem. (8)

Essa exploração dos trópicos não se processou, em verdade, por um empreendimento metódico e racional, não emanou de uma vontade construtora e enérgica: fez-se antes com desleixo e certo abandono. Dir-se-ia mesmo que se fez apesar de seus autores.

Aos portugueses e, em menor grau, aos castelhanos, coube sem dúvida, a primazia no emprego do regime que iria servir de modelo à exploração latifundiária e monocultura adotada depois por outros povos. E a boa qualidade das terras do Nordeste brasileiro para a lavoura altamente lucrativa da cana-de-açúcar, fez com que essas terras se tornassem o cenário onde, por muito tempo, se elaboraria em seus traços mais nítidos o tipo de organização agrária mais tarde característico das colônias europeias situadas na zona tórrida. A abundância de terras férteis e ainda mal desbravadas fez com que a grande propriedade rural se tornasse, aqui, a verdadeira unidade de produção. Cumpria apenas resolver o problema de trabalho. E verifi-

cou-se, frustradas as primeiras tentativas de emprego do braço indígena, que o recurso mais fácil estaria na introdução de escravos africanos.

Numa produção de índole semi-capitalista, orientada sobretudo para o consumo externo, teria de prevalecer por força critérios grosseiramente quantitativos. Em realidade, só com alguma reserva se pode aplicar a palavra "agricultura" aos processos de exploração da terra que se introduziram amplamente no país com os engenhos de cana. Nessa exploração, a técnica européia serviu apenas para fazer ainda mais devastadoras os métodos rudimentares de que se valia o indígena em suas plantações. Se tornou possível, em certos casos, a fixação do colono, não cabe atribuir tal fato a esse zelo carinhoso pela terra, tão peculiar ao homem rústico entre povos genuinamente agricultores. A verdade é que a grande lavoura, conforme se praticou e ainda se pratica no Brasil, participa por natureza perniciosa, quase tanto da mineração quanto da agricultura. Sem braço escravo e terra farta, terra para gastar e arruinar, não para proteger ciosamente, ela seria irrealizável.

O que o português vinha buscar era, sem dúvida, a riqueza, mas a riqueza que custa ousadia, não riqueza que custa trabalho. (9)

Índios e mamelucos formaram a muralha movediça, viva, que foi alargando em sentido ocidental as fronteiras coloniais do Brasil, ao mesmo tempo que defen-

deram, na região açucareira, os estabelecimentos agrários dos ataques de piratas estrangeiros. Enxada é que não se firmou nunca na mão do índio nem na do mameluco; nem seu pé de nômade se fixou nunca em pé-de-boi paciente e sólido.

Se formos apurar a colaboração do índio no trabalho propriamente agrário, temos que concluir pela quase insignificância desse esforço. (10)

II — A Expansão Territorial

O que caracterizou mais nitidamente a fixação do homem foi a formação de núcleos estáveis, com base na exploração de determinado produto: a economia e o homem se uniram para na exploração da terra assentar a sedentariedade da colonização. A criação sucessiva desses núcleos de exploração econômica tornou possível a ocupação do território. Ao estudar-se o processo de colonização do Brasil pode verificar-se que esses estabelecimentos apresentaram maior importância que aqueles tipos de organização político-administrativa criados pelo governo metropolitano no Brasil.

Os verdadeiros focos de povoamento foram aqueles que resultaram do agrupamento humano para uma exploração econômica.

A proporção que a ocupação do território se expandia, outros focos de povoamento se criaram, diversificando-se, em decorrência das próprias condições de diversidade regional da colônia, as características fundamentais dessa

expansão, sempre visando à exploração dos recursos naturais da terra.

Poderemos encontrar os seguintes tipos de exploração econômica, onde assentaram as bases do povoamento: os engenhos de açúcar, no litoral; os currais ou fazendas de gado, no interior nordestino; os sítios agroextrativistas, na Amazônia; os veios de mineração, explorando ouro e diamantes, na área do centro interior; as estâncias gaúchas, no extremo sul.

Cumpre lembrar os núcleos posteriormente criados, surgidos com o decorrer da obra de expansão povoadora, tendo sempre na exploração de um produto ou de produtos a base de sua constituição. Surgem assim: as fazendas de café, no vale do Paraíba e em São Paulo; os seringais, no extremo norte; as fazendas de cacau, no sul baiano; as charqueadas, no Rio Grande do Sul; grupos extrativistas, principalmente os ervais, na área mato-grossense com incursões na área paranaense e catarinense e na fronteira paraguaia; as salinas, no Nordeste e no Rio de Janeiro; as fazendas de tabaco e de algodão, muitas delas vizinhas das áreas já dominadas pela influência de outro produto.

III — Atividade Econômica como Base de Ocupação Humana

O que surgiu economicamente resultou das condições que o meio propiciava: aqui apto à cana-de-açúcar; ali, para o algodão, acolá, para a criação de gado, mais além, para a mineração, adiante, para o extrativismo, e assim por diante.

Nordeste Agrário do Litoral — por esta parte do território brasileiro que começou a ocupação humana do Brasil; a economia açucareira, a princípio com o engenho de açúcar e hoje com a usina, tornou-se a principal responsável pela formação da sociedade agrária, de linhas aristocráticas, de características patriarcais na organização da família. Caracteriza-se, do ponto de vista étnico, pela maior mestiçagem entre brancos e negros, de que resultaram o mulato e os tipos secundários.

Teve grande importância no Brasil colonial, pela influência econômica e social do açúcar. Nos fins do século XIX começou a transformar-se do ponto de vista econômico, com a usina, isto é, a grande industrialização do açúcar, que se acentuou a partir dos fins da I Grande Guerra. Surge então a figura do usineiro. Com a usina acentuou-se a concentração fundiária. E a sociedade canavieira, limitando-se a um grupo cada vez mais restrito, perdeu suas formas características.

Nordeste Mediterrâneo — Aberto à ocupação humana a expansão das correntes litorâneas e onde a sociedade que se formou teve no vaqueiro o seu tipo humano característico. A mestiçagem desenvolveu-se entre os brancos e índios, dali resultando o mameleuco, e em parte entre os brancos e negros e entre negros e índios.

Os currais e depois as fazendas de criação constituem o principal centro desta região, em cujo território outras características se foram desenvolvendo de modo a

criar novos aspectos culturais na região. Daí a divisão que sugerimos desta região em quatro sub-regiões, mais ou menos originadas de uma mesma expansão humana: a dos *sertões*, em que predominou o exclusivismo da pecuária na parte realmente mais árida do mediterrâneo; a dos *babaçuais* e *carnaubais* ocupada pela extração do babaçu e carnaúba, que desempenhou importante papel na respectiva ocupação humana; a das *terras úmidas*, assim caracterizada pela existência de uma pequena agricultura principalmente de subsistência dentro dos quadros áridos de todo o conjunto regional, tornando essa sub-região verdadeiro oásis; e a do *agreste*, em que se verifica a associação da criação de gado à agricultura em condições propícias e sobretudo peculiares ao respectivo meio.

Amazônia — o domínio da floresta e da água marca-lhe a característica física. Ainda hoje, neste ambiente, mais do que em qualquer outro, a presença do indígena é fundamental, básica, característica; é ele ou seu descendente, em alguns casos, produto mestiço com o branco, que representa o tipo físico, de par com sua participação em todas as atividades econômicas da região. O extrativismo, a princípio de drogas, hoje da borracha, da madeira ou do castanheiro, marca o estágio econômico da região.

Mineração no Planalto — A ocupação se fez com a exploração dos minérios, a princípio o ouro, depois os diamantes. Mamelucos, mulatos, reinóis, judeus, e não só

paulistas e nordestinos, participam do processo de formação humana. O mameluco foi o veículo humano que, ao lado do elemento indígena, mais contribuiu para a vitória sobre a serra, alcançando o planalto. Surgem também as primeiras manifestações mais sólidas de vida urbana, irradiando-se dos arraiais a formação de núcleos mais estáveis, com vida social e econômica de cidade. Em nossos dias, a região vem sofrendo grandes transformações, sobretudo com o desenvolvimento da metalurgia, sob cuja influência se verifica o processo de vida regional.

Centro-Oeste — A mineração abriu o processo de ocupação humana desta região. O elemento humano predominante foi o português, mestiçado com o indígena.

A construção da nova capital tem provocado o aparecimento de uma série de novos agrupamentos humanos.

Extremo Sul Pastoril — Teve sua formação originada da expansão de correntes paulistas, nordestinas e fluminenses e de ilhéus, estes vindos do século XVIII; a pecuária se tornou a sua principal atividade econômica, ainda hoje persistente apesar de se diversificar a vida regional. A criação de gado dos primeiros povoadores juntou-se a agricultura dos ilhéus.

Colonização estrangeira — Esta começa a surgir no século XIX, espalhando-se por um território até então não ocupado pelas correntes brasileiras ou lusos-brasi-

reiras. Sua ocupação humana deu-se a correntes alienigenas, inicialmente alemães e italianos, e depois poloneses, russos, árabes, mais modernamente registraram-se suábios, holandeses e japoneses, que se espalharam por faixas vazias do extremo Sul, já hoje com seus descendentes emigrando para outras áreas. O processo de assimilação cultural vem desenvolvendo-se com a troca de valores, a permuta de elementos, a integração dos primitivos imigrantes e seus descendentes, criando, nessa região, um modo de vida próprio.

Além de uma atividade agrária desenvolveu-se, nesta região, uma atividade industrial, cuja característica principal é seu surgimento originado no artesanato rural. Imigrantes alemães e italianos praticavam seu artesanato, que foi pouco a pouco crescendo; desenvolvendo-se para atender às necessidades da comunidade em crescimento. Dele progressivamente vai surgindo a industrialização. Fábricas de tecidos, de objetos metalúrgicos, indústria química, indústria de couro e numerosas outras se originaram. Artesãos europeus que tiveram oportunidade de converter as suas oficinas em estabelecimentos industriais. Daí a grande percentagem da participação do imigrante em atividades industriais na zona de colonização; no Rio Grande do Sul ou em Santa Catarina, por exemplo.

Café — Distinguem-se dois momentos históricos que se assinalam de peculiaridades culturais: o da exploração cafeeira pelo tra-

balho escravo (Rio de Janeiro, Minas Gerais e parte de São Paulo) e o da exploração cafeeira pelo trabalho livre do imigrante (Sul de Minas, parte de São Paulo). Encontra-se em fase de grandes transformações, sobretudo por dois fatores: a criação de gado introduzida nas zonas decadentes de cafezais e a industrialização, que é o traço hoje mais significativo do desenvolvimento econômico e social de São Paulo, Guanabara e Rio de Janeiro, sobretudo no vale do Paraíba.

Faixa Industrial — Surgiu modernamente sobre zonas de antiga ocupação cafeeira. É a região onde se apresentam as transformações sociais, e não apenas econômicas. Não se caracteriza apenas pela existência de indústrias de transformação de pequeno vulto, mas ainda pela implantação de indústrias de base, de que se pode apresentar, como exemplo, o complexo industrial de Volta Redonda com a atividade siderúrgica.

A industrialização nessa região teve base no capitalismo, isto é, surgiu com a aplicação de capitais. Houve, aliás, alguns aspectos particulares, que merecem mencionar-se: a) — a transformação de agriculturas em indústrias; b) — sendo inicialmente de simples transformação de matéria-prima, a atividade alargou-se depois à grande indústria, e chegou em nossos dias à indústria de base; c) — a participação do imigrante, seja como trabalhador operário, pois representou mão-de-obra disponível para essa atividade nova, seja como industrial

aplicando capitais reunidos, que permitiriam ampliar essa primeira experiência em experiências mais largas.

Esse processo de industrialização se inicia nos fins do Império e começos da República, incentivando-se, porém, a partir da Primeira Grande Guerra. São Paulo e Rio de Janeiro constituem os principais centros desse desenvolvimento industrial, ligando-se as duas cidades pelo crescimento industrial através do vale do Paraíba; nele justamente é que surgiu a grande indústria siderúrgica simbolizada em Volta Redonda (11).

Conclusão

O Brasil é um país de extensão continental, cuja unidade e integridade deve-se, em grande parte, ao espírito colonizador do português. Adaptando-se ao meio, misturando-se com as outras raças, aventureiro e desbravador, expandiu as fronteiras brasileiras muito além dos limites do Tratado de Tordesilhas, deixando-nos um legado que será o principal fator de nossa grandeza.

A existência de um mercado interno, não sujeito a restrições de natureza alfandegária, da ordem de centenas de milhões de habitantes, possibilita a obtenção de economias de escala e condições de preços competitivos no mercado internacional.

Nosso principal potencial econômico é a nossa extensão territorial. Todos os demais fatores

econômicos são consequência da variedade de etnias, solos e climas, que permitem a diversificação da produção e do consumo.

Conforme cita Sérgio Buarque de Holanda, tiveram os portugueses, nessa proesa, sua maior missão histórica. Os portugueses, os

índios, os negros são os elementos preponderantes de nossa nacionalidade, complementados por grupos étnicos minoritários, cuja influência econômica somente se faz sentir na fase de industrialização do país.

E I B L I O G R A F I A

- (1) Roberto C. Simonsen — "História Económica do Brasil", pgs. 27/49
- (2) Gilberto Freire — "Novo Mundo nos Trópicos", pgs. 40/41
- (3) Gilberto Freire — "Casa Grande e Senzala", pg. 1
- (4) Gilberto Freire — "Casa Grande e Senzala", pgs. 11/12
- (5) Pandiá Calógeras — "Formação Histórica do Brasil", pg. 24
- (6) Roberto C. Simonsen — "História Económica do Brasil"
- (7) Pandiá Calógeras — "Formação Histórica do Brasil", pg. 24
- (8) Gilberto Freire — "Casa Grande e Senzala", pg. 132
- (9) Sérgio Buarque de Holanda — "Raízes do Brasil", pgs. 12/17/18
- (10) Gilberto Freire — "Casa Grande e Senzala", pg. 132
- (11) Manuel Diégues Júnior — "Etnias e Culturas no Brasil", pg. 32 a 39

"Mais importante do que a organização e as armas são os homens que compõem um moderno Exército. A modernização exige que o soldado seja bem preparado, alerta e inteligente. Ele deve saber pensar e agir rapidamente e ter versatilidade. E deve saber combater em condições superiores contra um inimigo acirrado."

"Deve possuir, pelo menos em igual medida, a coragem moral e a devoção ao dever demonstrados pelos seus antepassados".

As Realizações do Governo Federal na Amazônia: Seus Resultados e Perspectivas Futuras

Grupo de Estudo da ADESG/BSB

Chefe: Cap Mar Guerra ALUIZIO MOREIRA PIMENTEL (1)

1. INTRODUÇÃO

1.1. Considerações Preliminares

Só não erram — já afirmou emérito pensador — aqueles que nada produzem.

Nós, não sem algum esforço, produzimos este trabalho, atentos à convocação que nos fez a direção deste Ciclo de Estudos. É provável, portanto, que tenhamos cometido algumas falhas ou omissões. Que as revelem os nobres colegas estagiários, creditando-as não apenas à extensão e complexidade do tema, senão também à exigüidade do tempo que tivemos para a execução da tarefa.

Por outro lado, anima-nos a certeza de que o trabalho, afinal de contas, será, no mínimo, mais um esforço em prol da compreensão da Amazônia, pois, apesar de toda a sua brutal realidade, a região foi e continua sendo extraordinariamente mística, misteriosa, desconhecida, para a maior parte da opinião pública brasileira.

Cada trabalho desta natureza, cada estudo, reportagem séria ou amostragem que se faça sobre a Amazônia, acaba trazendo a marca da revolução e constituindo novidade incomum.

Chega a ser constrangedor, con quanto justificável, que em uma pesquisa recentemente realizada em São Paulo, Porto Alegre e Rio de Janeiro — segundo revela conceituada revista — 67% das pessoas entrevistadas acreditam que a Amazônia está ameaçada de cair sob o controle estrangeiro; 46% que a Amazônia significa parte não muito extensa do território brasileiro; 61% que a rodovia Transamazônica passa dentro ou perto de Manaus, e 47%, finalmente, supõem que

poderiam ir, de automóvel, de Belém a Manaus ou outras cidades isoladas do resto do País.

Vê-se, assim, que a Amazônia, não obstante a grandiosidade da obra que ali está sendo realizada e a posição de destaque que vem ocupando cotidianamente em todo o noticiário nacional e internacional, ainda não se livrou da ignorância que a envolve, nem dos tabus que a fizeram parecer impenetrável, inexpugnável.

1.2. Interpretação do Tema

Na íntegra, eis o tema que nos foi proposto:

"Constituindo a Amazônia um dos maiores desafios à capacidade do homem brasileiro, examinar, à luz dos ONP Integração Nacional e Progresso, as realizações do Governo Federal naquela região, concluindo sobre os resultados alcançados e perspectivas futuras. Sugerir medidas complementares, às já adotadas, visando a dinamização do progresso".

Analizando-o, verificamos que nos impõe o seguinte:

- a) examinar as realizações do Governo Federal na Amazônia, concluindo sobre os resultados já alcançados pelo mesmo, em termos de *Integração Nacional e Progresso — Objetivos Nacionais permanentes (OPN)* que, em síntese, visam a completar a unidade nacional para que sejam atingidos estágios mais amplos da integração social e econômica — e superar o pauperismo e a fome, reduzir os desequilíbrios regionais e garantir oportunidades iguais para todos;
- b) dizer se as medidas postas em prática na região pelo Governo Federal serão capazes de vencer, no prazo e nas condições que requer o interesse nacional, os numerosos óbices que se antepõem à consubstanciação, relativamente à área, dos *Objetivos Nacionais Permanentes* acima mencionados;
- c) sugerir, se for o caso, medidas complementares às já adotadas, na área, visando a dinamização do seu progresso.

1.3. Caracterização da Área Amazônica

1.3.1 Conceito de Amazônia

Geograficamente a Amazônia ultrapassa as fronteiras brasileiras, abrangendo, total ou parcialmente, nove unidades políticas, a saber: Brasil, Colômbia, Bolívia, Peru, Venezuela, Equador, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. Em seu conjunto, apresenta este impressionante quadro: *compreende quatro décimos do continente americano e a vigésima parte da superfície da Terra, dispondo de mais de um quarto do total mundial de água doce e da terça parte das reservas de florestas latifoliadas do globo.*

Além disso, a Amazônia chega aos dias atuais como uma fonte incomparável de pufeza natural. As suas águas, em estado de pureza e na quantidade atrás mencionada, assim como a clorofila das suas florestas, esta através do fenômeno da fotossíntese, absorvem parte do gás carbônico produzido pelas cidades e devolvem ao ar o oxigênio que o homem respira. Afirma-se, até, que a Amazônia é responsável por 50% do oxigênio produzido na Terra.

1.3.2. *Amazônia Legal ou Amazônia Brasileira*

A Amazônia Legal ou Brasileira, assim conceituada por força da Lei n.º 1.806, de 1953, compreende os Estados do Pará, Amazonas e Acre e Territórios Federais do Amapá, Rondônia e Roraima, além de parcialmente os Estados do Maranhão, a oeste do meridiano de 44°, Mato Grosso e Golás, ao norte dos paralelos de 16° e 13°, respectivamente.

De acordo com recentes estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, nessa imensidão de mais de cinco milhões de quilômetros quadrados de território — mais da metade do Brasil e maior que toda a Europa Ocidental — vivem cerca de 8.057.640 habitantes, ou seja, apenas 8,5% da população brasileira, do que resulta a baixa densidade demográfica de 1,62 hab/km², sendo o Maranhão o mais populoso, com 12,86 hab/km², e o mais desértico o Território de Roraima, com apenas 0,20 hab/km².

O tamanho descomunal da área amazônica, que em última análise significa enormes espaços vazios, pode ser melhor sentido pelos seguintes dados: o Município de Altamira, no Estado do Pará, com 258.424 km², é maior do que o Estado de São Paulo; o de Itaituba, ainda no Pará, com 160.863 km², é maior do que o Estado do Ceará; e o de São Gabriel da Cachoeira, no Estado do Amazonas, com 169.051 km², é maior do que os Estados de Pernambuco e Paraíba, juntos.

Vale acentuar, ainda, que a linha de fronteira internacional da Amazônia atinge mais de 11.200 quilômetros de comprimento, sendo seu povoamento perceptível, para o interior, apenas na extensão de 150 quilômetros.

Limita-se a Amazônia Legal com os seguintes países: Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa.

2. O DESAFIO AMAZÔNICO

2.1. *Potencialidades da Região*

Os três grandes fatores que predominam na paisagem física da região — Terra, Água, Floresta — “constituem fontes de matérias-primas de valor econômico inestimável capazes de satisfazer às necessidades do mundo moderno”. A Terra, quanto ao solo, podendo

possibilitar, tanto nas *várzeas* como na *terra firme*, uma agricultura altamente rentável e econômica; quanto ao subsolo, acenando com perspectivas animadoras para a exploração proveitosa de ferro, manganes, cassiterita, ouro, diamante, cristal de rocha, calcário e anidrita. A Água, além do transporte fácil através do sistema hidrográfico da região, que representa cerca de 16.500 km de vias navegáveis permanentes, poderá proporcionar energia elétrica a baixo preço, com seu grande potencial hidráulico, e, com sua fauna aquática, alimentos capazes de suprir o *deficit* alimentar da população. A Floresta, com sua área de cerca de 377 milhões de hectares, proporcionando maiores possibilidades de imediata utilização, tendo em vista que seus recursos, ao contrário do que ocorre com os minerais, estão visíveis e ao alcance de todos quantos quiseram aproveitá-los.

2.2. Aspectos econômicos

Imagine-se o nosso País sem a Amazônia. Cartograficamente, o Brasil ficaria com contornos apenas transitoriamente estranhos e, em termos econômicos atuais, essa perda seria insignificante. Explica-se: a Amazônia contribui com menos de quatro por cento para a formação da renda total brasileira. Consome e produz menos de um por cento da energia elétrica do País. Sua densidade demográfica, como já foi dito, é de 1,62 hab/km², cerca de catorze vezes menor que a do resto do Brasil.

Mas, tais dados refletem apenas uma realidade aparente, consequência do esquecimento sistemático a que foi relegada a região, sendo certo que, computadas as suas imensas potencialidades e as já demonstradas condições de que é possível mudar radicalmente o quadro sócio-econômico, o Brasil sem a Amazônia significaria uma perda de grandes proporções, a saber: o País ficaria sem 5.019.450 km², ou seja, 59,4% de seu território; perderia 79,7% das suas reservas de madeira, 81% das de água, metade das jazidas de ferro, 100% das de estanho, 93% das de alumínio, a maior jazida de sal-gema do mundo (estimada em 10 trilhões de toneladas), e, possivelmente, a maior bacia petrolífera do globo, oitenta vezes mais extensa do que a grande área petrolífera do Recôncavo Baiano.

Presentemente, a economia da região tem o seu suporte nos produtos do setor primário, ou seja, extractivos e agrícolas. As atividades extractivas visam, sobretudo, a exploração de madeiras, castanha-do-Pará, pau-rosa e látex, sendo, em relação à demanda, pequena sua produção base em virtude, inclusive, da inexistência de um sistema racional de trabalho.

As agrícolas se dirigem especialmente para a juta, malva, arroz, feijão e pimenta-do-reino, produtos que, em sua maioria, são comercializados em mercados locais.

2.3. Tentativas de Valorização da Área

Remontam aos tempos coloniais, mais precisamente à segunda metade do século XVIII, as tentativas do Poder Público no sentido de incorporar a Amazônia à comunidade nacional. Nenhuma delas, no entanto, conseguiu atingir seus objetivos, à falta de uma estratégia operacional e viável que permitisse aprofundar a ação federal na área.

Realmente, as estruturas, instituições e instrumentos então existentes — primitivos e obsoletos — não tinham condições de dar apoio e sustentação às iniciativas isoladas. Estas, em razão disso, se estiolavam e se diluíam "frente ao grande vazio do espaço desarticulado e ao atraso do nosso relógio na história".

Justamente em decorrência desses fatores, foi que a Superintendência do Plano de Valorização Económica da Amazônia (SPVEA), entidade criada em 1953 para atender o disposto no artigo 199 da Constituição Federal então vigente, não conseguiu, em quase treze anos de funcionamento, cumprir os objetivos políticos e econômicos que inspiraram sua instituição.

2.4. Óbices ao Desenvolvimento

Em face do exposto, o Governo Federal, para executar na área as medidas que se impunham para sua integração ao espaço econômico brasileiro, teria, forçosamente, que formular uma estratégia capaz de superar, entre outros, os seguintes obstáculos:

- a) base física superdimensionada;
- b) baixíssima densidade demográfica;
- c) escassez de recursos humanos para a ocupação das fronteiras econômicas, à semelhança do que ocorre com as geográficas;
- d) prática do extrativismo predatório;
- e) precariedade de infra-estrutura para atender às necessidades de transporte, comunicações e energia dos núcleos populacionais;
- f) ausência de mentalidade agrária na quase totalidade da região;
- g) falta de coordenação das atividades dos órgãos federais na área; e
- h) insuficiência de espírito empresarial privado.

3. RESPOSTA AO DESAFIO

3.1. "Operação Amazônica"

A história deste País haverá de consignar, certamente, que o inicio efetivo da conquista da Amazônia foi senão o maior, pelo menos um dos mais memoráveis acontecimentos cívicos brasileiros deste fim de século.

Embora sabendo que não era uma empresa para "os primeiros cem dias, nem para os primeiros mil dias", o Governo Federal, sob os influxos da nova ordem reinante no País a partir de março de 1964, e, ainda, atento à necessidade de promover, o quanto antes, a definitiva integração da Amazônia ao Brasil, decidiu, como bem afirmou o Presidente Castelo Branco, aceitar o "temível desafio".

Desse modo, foi lançada em 1965 a chamada "Operação Amazônica" que, prevenida contra as experiências fracassadas do passado, trazia como fundamento a reformulação dos principais órgãos do Governo Federal na área, que se haviam deixado "entorpecer por uma atmosfera de atuação timida, politizada, paternalista". A SPVEA foi, então, substituída pela SUDAM — Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia —, calcada no modelo da SUDENE e devidamente adaptada à região. O Banco de Crédito da Amazônia que se dedicava quase exclusivamente ao monopólio da borracha, foi transformado no Banco da Amazônia S.A. — BASA —, isto é, num autêntico estabelecimento de crédito para o desenvolvimento regional.

Enquanto a SUDAM foi dada a primordial tarefa de "planejar, promover e coordenar a ação Federal na Amazônia", ao BASA foi atribuída, entre outras, a incumbência de funcionar como agente financeiro daquela entidade e a de "executar a política do Governo Federal na região, relativa ao crédito para o desenvolvimento econômico-social".

É interessante registrar que, devido ao trabalho de coordenação e liderança da SUDAM e à sustentação financeira do BASA, a Amazônia oferece, atualmente, "um aspecto animador e condições ambientais para dar maior dimensão ao desenvolvimento planejado e em execução".

De fato, com recursos orçamentários próprios, complementados com outros provenientes de órgãos federais, estaduais e municipais que atuam na área, vem esse organismo acelerando importantes empreendimentos do setor público, tais como: construção de rodovias, construção de usinas hidrelétricas, ampliação e remodelação de usinas termelétricas, construção de aeroportos e campos de pouso, reaparelhamento de portos, desobstrução e balizamento de rios e vias navegáveis, telecomunicações e obras de saneamento básico, como abastecimento de água, serviços de esgotos, etc.

Nos primeiros cinco anos de existência, todos visando a execução desses empreendimentos tão fundamentais para o progresso e a integração da Amazônia, a SUDAM firmou 597 convênios e contratos, representando isso a aplicação de recursos da ordem de 235 milhões, 21 mil, 720 cruzeiros e 26 centavos.

Concomitantemente a essas transformações, foi implantada na região, com fulcro na Lei n.º 5.174, de 27 de outubro de 1966, uma nova política baseada na concessão de "favores", estímulos e incentivos

fiscais, com a finalidade de atrair para a área capitais, técnicos e organizações de iniciativa privada, capazes de desencadear um processo de desenvolvimento duradouro e auto-sustentado".

Esses favores são os seguintes:

- Isenção total, até 1982, do Imposto de Renda e quaisquer adicionais, para os empreendimentos industriais e agropecuários que se instalarem até o exercício financeiro de 1971, na Amazônia.
- Isenção de 50% do Imposto de Renda e quaisquer adicionais, para os empreendimentos econômicos que se encontravam efetivamente instalados e funcionando normalmente aos 31 de outubro de 1966.
- Isenção do Imposto de Importação e Taxas Federais para máquinas, equipamentos e acessórios e motores marítimos, inclusive suas peças de reposição. Estarão isentas de taxas federais as vendas de câmbio, para a importação de máquinas e equipamentos, bem como a importação de motores marítimos.
- Isenção de Impostos e Taxas Federais sobre a atualização contábil do valor das áreas dos imóveis rurais e aumentos de capital.
- Possibilidade de realização dos empreendimentos com um mínimo de 25% do valor total dos recursos próprios.
- Dedução de até 50% do Imposto de Renda e quaisquer adicionais, pelas pessoas jurídicas registradas no País, para inversão em projetos industriais, agropecuários e de serviços.
- Dedução do Imposto de Renda e seus adicionais de até 75% do valor das "Obrigações Amazônia", de emissão do BASA, adquiridas pelas pessoas jurídicas registradas no País.

Cabe à SUDAM, por força de lei, administrar a política de incentivos fiscais, e, no uso desta atribuição, aprovou (até 31-12-971) 416 projetos econômicos, nos quais serão mobilizados recursos financeiros no elevado montante de 4 bilhões, 343 milhões, 899 mil e 701 cruzeiros. Esses projetos estão assim discriminados: 281 pertencem ao setor agropecuário, 152 ao setor industrial e 13 ao setor de serviços básicos, compreendendo energia elétrica, transporte, educação e turismo.

3.2. Zona Franca de Manaus (SUFRAMA)

Tendo em vista que o Estado do Amazonas, por fatores os mais variados e complexos, inclusive por falta de infra-estrutura de transporte, comunicação e energia, não tinha condições para, na captação de investimentos privados, competir com as outras unidades inte-

grantes da Amazônia Legal, o Governo Federal resolveu criar, através do Decreto n.º 288, de 27 de fevereiro de 1967, a Zona Franca de Manaus (**SUFRAMA**), com a finalidade de fazer surgir, no interior da região, através de incentivos fiscais especiais "um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições que permitam seu desenvolvimento, em face dos fatores locais e da grande distância, a que se encontram, dos centros consumidores dos seus produtos".

A Zona Franca de Manaus, que é, do mesmo modo que a SUDAM e o BASA, um órgão vinculado ao Ministério do Interior, tem a apoiá-la toda uma estrutura de favorecimentos fiscais, através da qual já se puderam colher, por exemplo, os seguintes resultados positivos:

- a) atração de capitais alienigenas;
- b) criação de amplo mercado de trabalho;
- c) elevação do volume de negócios;
- d) deflagração de um processo inaudito de industrialização;
- e) incremento do turismo;
- f) aumento da renda real da população, ocasionado pela baixa do preço dos gêneros de primeira necessidade.

Com seu Distrito Industrial, cuja implantação está sendo dinamizada e acelerada, a Zona Franca de Manaus prestará, certamente, maior gama de benefícios à Região, especialmente do Amazonas, Estado que hoje, como uma resultante dos cinco anos de funcionamento desse órgão, apresenta uma renda *per capita* de mais de 500 dólares, superior, assim, à média brasileira, que gira em torno de 450 dólares.

Esse Distrito Industrial constitui, aliás, a principal finalidade da Zona Franca de Manaus e nele deverá funcionar uma "Área Internacional" de, aproximadamente, 500.000 metros quadrados, destinada à estocagem de mercadorias de procedência estrangeira em trânsito para outros países, ou que ingressem na Zona Franca sob regime especial de suspensão de direitos, até que sejam comercializadas.

Dentro de sua área (10.000 km²), a Zona Franca de Manaus oferece as seguintes vantagens:

- Isenção de IPI para as mercadorias produzidas ou industrializadas;
- Isenção do ICM e do IPI para as mercadorias de origem nacional destinadas ao consumo ou industrialização ou reexportação para o estrangeiro;

- Isenção do Imposto de Exportação para mercadorias exportadas para o Exterior;
- Concessão, pelo Estado do Amazonas, de Crédito Fiscal para efeito do pagamento do ICM incidente sobre as mercadorias entradas;
- Isenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, pelo Município de Manaus, às empresas ou profissionais autônomos, prestadores de serviços, com ou sem estabelecimento fixo; e
- Incidência do Imposto de Exportação apenas sobre as matérias-primas ou partes componentes, existentes nas mercadorias ali produzidas, beneficiadas ou industrializadas e destinadas a qualquer ponto do território nacional, com uma redução percentual de alíquotas de importação igual ao percentual do valor adicionado no processo de industrialização local, em relação ao custo total da mercadoria.

3.3. Projeto Rondon

O Projeto Rondon foi instituído em 1968 (Decreto n.º 62.927, de 28 de junho), com a finalidade de "promover estágios de serviço para estudantes universitários, objetivando conduzir a juventude a participar do processo de integração nacional".

Em novembro de 1970, através do Decreto n.º 67.505, teve sua estrutura reformulada, ficando-lhe assegurada autonomia administrativa e financeira. Em decorrência disso, foram criadas oito Coordenações Regionais (Amazônia Ocidental, Amazônia Oriental, Meio-Norte, Nordeste, Centro-Leste, Centro-Oeste, Centro-Sul e Sul).

Possui atualmente dez CAMPI Avançados, nas seguintes localidades: Porto Velho, em Rondônia; Rio Branco e Cruzeiro do Sul, no Acre; Altamira, Marabá e Santarém, no Pará; Tefé e Parintins, no Amazonas; Aragarças e Barra do Garça, na divisa de Mato Grosso e Goiás; e Boa Vista, em Roraima.

No caso particular da Amazônia, vem o Projeto Rondon prestando inestimáveis benefícios através dos CAMPI ali instalados, seja no atendimento direto à população, seja no trabalho de aperfeiçoamento técnico das administrações municipais, ou no encaminhamento à exploração racional dos recursos regionais.

Ao focalizarmos esse trabalho, inegavelmente integracionista, que o Projeto Rondon desenvolve na Amazônia, parece-nos importante ressaltar que vários dos seus participantes resolveram, após diplomados, exercer suas atividades na região, juntando-se, assim, em caráter permanente, aos que se empenham, ali, pelo desenvolvimento e pelo progresso.

3.4. Projeto RADAM

O Projeto RADAM (Radar na Amazônia) representa a participação efetiva do Ministério das Minas e Energia no Programa de Integração Nacional do Governo Brasileiro. Trata-se de um dos maiores e mais amplos programas jamais feitos para mapear recursos naturais. Utiliza "imagens de radar de visada lateral, em conjunto com a quantidade limitada de fotografias aéreas infravermelhas coloridas e multiespectrais, tomadas de alta e baixa altitude e com a verificação de campo para mapear os recursos naturais em uma área de 3,8 quilômetros quadrados". Um dos seus objetivos fundamentais é produzir Informações Básicas para o planejamento e execução do desenvolvimento da Região Amazônica, de modo a melhor integrá-la ao País.

Seus estudos preliminares tiveram inicio em 1970 e sua operação aérea (levantamento aerofotogramétrico), na qual é utilizado um avião "Caravelle", começou em junho de 1971.

Várias imagens já foram adquiridas pelo RADAM, inclusive na Amazônia, estando as mesmas, no momento, sendo interpretadas pelos seus técnicos — todos de nacionalidade brasileira — para geocartografia, geomorfologia, geologia, vegetação e solos. Essas interpretações levarão a mapas de uso potencial da terra, a inventários de recursos florestais e minerais, potencial hidrelétrico e de água potável, estradas potenciais e uma estimativa potencial da agricultura.

Dar-nos-á o RADAM, assim, até 1974, data em que, por lei, deverão estar concluídos seus trabalhos, um amplo e sistemático levantamento dos recursos naturais da Amazônia, advindo dai, então, maiores possibilidades e facilidades para sua exploração racional e rentável.

De uma vez por todas — e ensejando perspectivas mais promissoras para o progresso e a integração daquela grande parcela do território nacional — abrir-se-á a cortina que ainda envolve riquezas semelhantes ao ferro da Serra dos Carajás, do manganês da Serra do Navio e da cassiterita do Território de Rondônia.

3.5. Transamazônica e Cuiabá — Santarém

A Transamazônica, numa extensão total de aproximadamente 5.500 quilômetros, desde João Pessoa, na Paraíba, e Recife, em Pernambuco, até a fronteira com o Peru, onde se integrará ao sistema rodoviário daquele País, é, incontestavelmente, a mais gigantesca das obras que o Governo realiza na Amazônia, além de ser, tipicamente, uma via de colonização. Unindo importantes terminais navegáveis, como os dos rios Tocantins, Tapajós e Xingu, ela se associa com o natural sistema hidroviário e atrairá para as regiões interiores migrações interessadas, inclusive, na exploração agrícola.

Além disso, a rodovia de integração nacional, conforme é comumente chamada, veio modificar muitos conceitos que se faziam sobre a Região Amazônica. Ela mostra que a área não é uma planície indeterminada, quando atravessa formações montanhosas; revela também a existência de bom clima e de terras férteis para, praticamente, qualquer tipo de cultura.

Já se entregaram ao tráfego, nos últimos dias de setembro, com a presença do Presidente da República, 1.253 quilômetros, ligando as localidades de Estreito, no Estado do Maranhão, a Itaituba, no Estado do Pará.

Do mesmo modo que a Transamazônica, faz parte do Programa de Integração Nacional (PIN), criado pelo Decreto-lei n.º 1.106, de 16 de junho de 1970, a Cuiabá — Santarém — rodovia que, nos seus 1.500 quilômetros de extensão, grande parte deles já construídos, atravessa os vales dos rios Tapajós e Jamanxim, os quais, sobre serem propícios ao estabelecimento de atividades agrícolas e pecuárias, oferecem dados animadores quanto a ocorrências de ouro, estanho, manganês, diamante, carvão e cristal de rocha.

Essas rodovias, assim como a Belém — Brasília, hoje já proporcionando notável desenvolvimento na sua faixa de influência; a Porto Velho — Manaus, já em fase de conclusão; a Manaus — Caracaraí — Boa Vista — Fronteira da Venezuela, já quase atingindo a capital do Território de Roraima; a Perimetral Norte e tantas outras simbolizam, na verdade, a disposição do Governo Federal de enfrentar — e vencer! — o grande desafio amazônico.

Simultaneamente com a construção dessas rodovias, que está a exigir uma movimentação de maquinarias, homens, empresas e capitais, como jamais se viu na região, cuida o Governo, como veremos adiante, de dar especial ênfase a programas de magna importância para a definitiva fixação do homem ao longo do traçado rodoviário e, consequentemente, para o efetivo desenvolvimento regional.

3.6. As agrovilas

As agrovilas, as agrópolis e as rurópolis representam não só palavras novas no noticiário jornalístico do País, mas, também, instrumentos humanos de ocupação racional de uma região fantástica e desconhecida.

A agrovila é o menor centro de integração da comunidade urbano-rural, compondo-se, em média, de 50 famílias instaladas em lotes rurais de 100 hectares cada um. Compreende, essencialmente, ensino primário, Posto de Serviço de Saúde e um comércio reduzido.

Centro de segunda grandeza, a agrópolis polariza em volta de si 20 agrovilas, ou seja, mil famílias de colonos e mais as famílias vinculadas aos setores não agrícolas. É integrado por um Centro

Administrativo dos órgãos públicos de apoio, cooperativa, posto de assistência técnica, escola primária e futuramente escola secundária agro-industrial, além de demais serviços básicos.

A rurópolis será um centro de integração microrregional da comunidade, formada pelas agrovilas. Tais centros comunitários desenvolver-se-ão nas rodovias, a cada 140 quilômetros, surgindo inicialmente com o desenvolvimento de atuais formações urbanas, como Altamira, Marabá, Itaituba, Santarém e outras.

Pela grandeza da obra, pelo seu sentido econômico-social e, até, por uma questão de segurança nacional, a colonização da Amazônia tem merecido especial atenção da parte do Governo Federal, atuando nesse campo através do Ministério da Agricultura. As metas estabelecidas pelo Programa de Integração Nacional vêm sendo cumpridas, de tal modo, que até 1974 deverão estar locanizadas naquela área 100 mil famílias ou mais. Em 1971, na primeira etapa da execução do Programa, já 10 mil famílias dos mais diversos pontos do País, foram deslocadas para os pólos de colonização implantados ao longo das rodovias. Neste ano de 1972, quando o *know-how* implantado já permite um maior desembarque na estratégia de assentamentos, pretende o Governo chegar ao fim do exercício com a duplicação daqueles números, para triplicá-los em 1973 e quadruplicá-los em 1974.

Das agrovilas previstas, 8 (oito) já foram construídas entre os quilômetros 17 e 177 do trecho Altamira — Itaituba, vivendo nessa faixa, hoje, nada menos do que mil e seiscentas pessoas.

3.7. Valorização do Homem Amazônico

O homem amazônico — aquele que, enfrentando um meio hostil e inóspito, lutava desesperadamente para sobreviver — tem estado sempre presente nas cogitações do Governo Federal, convicto este, por certo, de que, sem ampará-lo e sem assisti-lo adequada e convenientemente, jamais seria possível atingir-se, naquela região, o estágio ideal de desenvolvimento e progresso.

Prova evidente dessa preocupação pelo amazônida, do interesse em assegurar-lhe condições de vida compatíveis com a sua posição de força viva da comunidade nacional, é a atuação que vem sendo desenvolvida, em todos os quadrantes da Região, pelos Ministérios da Saúde, da Educação e Cultura e do Trabalho e Previdência Social.

Hoje, esteja ele no trabalho de abertura de rodovias, na extração da castanha ou do látex, na labuta agrícola ou industrial, ao seu lado está a presença constante do Governo Federal, dando-lhe escolas, proporcionando-lhe assistência médica e hospitalar, assegurando-lhe os direitos decorrentes de sua qualidade de obreiro do soerguimento da Região, e, afinal, preparando-o para exercer de modo mais proveitoso sua ocupação ou atividade.

O planejamento, a coordenação e a execução — podendo esta ser feita diretamente ou através de convênios com entidades públicas e particulares da área — estão a cargo de órgãos criados especialmente para esse fim, como, por exemplo, a Secretaria Especial de Saúde da Amazônia e o Grupo-Tarefa da Transamazônica, vinculados, respectivamente, aos Ministérios da Saúde e do Trabalho e Previdência Social.

Resumida e especificamente, compete a esses dois órgãos:

I — SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE:

- a) controle sistemático da malária, filariose e febre amarela, com o objetivo de melhorar as condições sanitárias da região;
- b) aumento do número de leitos hospitalares, com a finalidade de ampliar a medicina curativa e, em consequência, diminuir o índice de mortalidade.

II — GRUPO-TAREFA DA TRANSAMAZONICA — GTTA:

- a) ampla assistência médico-hospitalar;
- b) treinamento de mão-de-obra especializada;
- c) assistência e previdência social aos trabalhadores e seus dependentes.

Quanto à atuação do Ministério da Educação e Cultura na área, ela consiste, essencialmente, no seguinte:

- a) alfabetização através do MOBRAL;
- b) Escolas Polivalentes e Centros de Habilitação Profissional;
- c) treinamento de professores e Unidades Volantes dispondão de bibliotecas e oficinas.

3.8. Telecomunicações

A Amazônia, que vivia completamente isolada do resto do País, está sentindo, hoje, o milagre da comunicação a longa distância, haja vista que seus principais centros, como Belém, Manaus, Culabá e Rio Branco, podem comunicar-se com nitidez absoluta, via EMBRATEL, com o Brasil inteiro e também com o Exterior. Pode-se dizer, diante disso, que a Região, graças aos esforços do Governo Federal, aliados aos recursos que oferece a moderna tecnologia, já está integrada pelas "estradas invisíveis" ao todo nacional.

O sistema que ali está sendo utilizado pelo Ministério das Comunicações é o de microondas em tropodifusão, que, no gênero, é o maior do mundo e cuja adoção decorreu das condições topográficas da área.

Embora não permita visibilidade, esse processo tem capacidade de atender — e na realidade está atendendo — a serviços de telefonia automática, telegrafia, transmissão de dados, fac-simile e transmissão de programas de alta fidelidade.

Suas estações repetidoras, distantes 300 quilômetros umas das outras, constituem, em plena selva, a imagem de um contraste curioso do Brasil-72: "a tecnologia avançando através do mundo primitivo da Hílea, integrando 60% do território nacional pelas telecomunicações."

Esse sistema apoia-se, atualmente, nos seguintes troncos:

- Belém — Manaus, servindo Macapá, no Território do Amapá, Almeirim e Santarém, no Pará, e Parintins e Itacoatiara, no Amazonas;
- Campo Grande — Rio Branco, interligando Corumbá e Cuiabá, no Estado do Mato Grosso, Porto Velho, Vilhena e Guajará-Mirim, no Território de Rondônia e Rio Branco, no Acre;
- Porto Velho — Manaus, servindo também a Manicoré e Humaitá, no Estado do Amazonas.

3.9. Presença das Forças Armadas

Além de suas atribuições normais, isto é, daquelas que interessam diretamente à segurança nacional, como o guarnecimento das fronteiras, o patrulhamento dos rios e do litoral e o policiamento do espaço aéreo, as Forças Armadas Brasileiras — Exército, Marinha e Aeronáutica — executam na Amazônia, de longa data, um extraordinário trabalho de integração e de progresso.

Quer no setor de educação, quer no de saúde, quer no de transporte, quer, mesmo, no agrícola, sente-se, naquele universo verde, a presença desse poderoso tripé, numa ação conjunta e inteiramente voltada para os referidos Objetivos Nacionais Permanentes.

É inestimável, com efeito, o acervo de realizações, em prol do soerguimento sócio-econômico da Amazônia, das nossas gloriosas forças de Terra, Mar e Ar, podendo-se afirmar, sem receio de contestação, que, na luta pela redenção da área, cabe-lhes uma contribuição das mais expressivas e significativas.

Tais atividades, levadas a efeito silenciosamente, dentro, aliás, de uma tradição das Forças Armadas, podem ser sintetizadas nas seguintes:

I — EXÉRCITO:

- a) construção de estradas, através de seus Batalhões de Engenharia;
- b) assistência médico-dentária permanente às populações que se distribuem na extensa faixa fronteiriça da região;

c) manutenção de escolas primárias e ginásiais, inclusive junto aos Batalhões, Pelotões e Companhias de fronteira.

II — MARINHA:

a) assistência médica, sanitária e educacional às populações ribeirinhas, pela Flotilha do Amazonas e Grupamento Naval do Norte;

b) transporte de mercadorias, medicamentos e materiais para os pontos mais afastados da região;

c) ensino profissional marítimo e alfabetização, através de suas Capitanias dos Portos, Delegacias e Agências localizadas na área.

III — AERONAUTICA:

a) construção de campos de pouso e aeroportos, através da COMARA — Comissão de Aeroportos da Região Amazônica;

b) transporte de correspondência, gêneros alimentícios, medicamentos e utensílios para as localidades mais distantes do "hinterland" amazônico;

c) missões de socorro e salvamento.

4. CONCLUSÃO

4.1. Resultados e Perspectivas Animadoras

Face ao exposto, inexiste dúvida de que as medidas adotadas pelo Governo Federal, através da totalidade dos seus Ministérios, no sentido de povoar, desenvolver e integrar a Amazônia, vêm apresentando resultados bastante animadores, numa prova eloquente de sua validade e de sua eficácia para a concretização dos propósitos que as ditaram.

Efetivamente — e procuramos, no decorrer do nosso trabalho, salientar esse aspecto — em decorrência de tais providências está sendo montada na Região, em bases sólidas, a infra-estrutura de que tanto carecia para, saindo da estagnação e do atraso em que se encontrava, alcançar-se à posição que, pelas suas potencialidades e riquezas, lhe está reservada no quadro econômico brasileiro.

Todavia, sendo a Amazônia, como vimos, uma área de dimensões continentais, é muito natural que algumas de suas unidades ainda não tenham auferido, em toda sua plenitude, os benefícios oriundos da atuação governamental que nela se processa, em busca de sua definitiva, necessária e desejada conquista.

Estamos certos, no entanto, de que, em prazo não muito longo, o mundo amazônico, mercê da ação integrada, vigorosa e patriótica que ali vem executando o Governo Federal, superará todos os óbices que ainda entravam sua caminhada em demanda à prosperidade e, enfim, à sua definitiva incorporação ao contexto sócio econômico, político e cultural do Brasil.

4.2. Medidas Complementares

Consoante já deixamos claro, tudo o que tem feito o Governo Federal na Amazônia se reveste do tônus da oportunidade e da imperiosidade, valendo dizer, ainda, que, se outras providências não põem em prática, na tentativa de ganhar o tempo perdido, deve-se isso tão-somente à impossibilidade — material e humana — de, ao mesmo tempo, realizar o necessário e o possível para erguer um gigante que, há mais de quatrocentos anos, guarnecido de florestas exuberantes e rios caudalosos, desafiava a capacidade dos brasileiros.

Na medida em que a Região for crescendo, impulsionada pelas providências atualmente em plena e satisfatória execução, outras inevitavelmente surgirão para aperfeiçoar, ampliar, consolidar e cristalizar o elenco de realizações que está aparecendo na esteira da caminhada — iniludivelmente pioneira — ora empreendida no Grande Vale.

Permitimo-nos, desde já, no entanto, visando dinamizar ainda mais o progresso que experimenta a Região, sugerir, como complemento às já adotadas, ali, para a concretização desse ONP, as seguintes medidas:

I — Coordenação mais estreita dos órgãos governamentais com atuação na área, em diferentes níveis a fim de reduzir-se ao mínimo possível, no interesse da integração e progresso da mesma, a dispersão de esforços e atividades;

II — Concessão de maiores estímulos para o incremento do turismo na região, tendo em vista que essa indústria constitui uma alternativa válida para o desenvolvimento, promovendo, como realmente promove, a integração sentimental, humana e social;

III — Introdução, na Amazônia Ocidental, em prazo relativamente curto, do sistema de colonização que vem sendo utilizado, com reais proveitos, ao longo da Rodovia Transamazônica, aproveitadas, no caso, as áreas agricultáveis levantadas pelo Projeto RADAM.

IV — Expansão dos efetivos militares empregados na área, com o fim de atender às necessidades decorrentes do surto de progresso que a região atualmente atravessa, mercê da ação eficiente que ali vem desenvolvendo, de 1964 para cá, o Governo Federal;

V — Criação de cooperativas de produção nas agrovilas já existentes na Transamazônica, uma vez que a reunião de colonos, além de ser fator de estímulo reciproco, permite a aquisição de melhores e mais modernos instrumentos de trabalho, com maior produtividade;

VI — Maior descentralização das atividades da SUDAM, de maneira que o empresariado da Amazônia Ocidental (Amazonas, Acre e Territórios de Rondônia e Roraima) não se veja forçado a deslocar-se para Belém do Pará, com perda de tempo e grande dispêndio

de dinheiro, para acompanhar a tramitação de projetos econômicos do seu interesse;

VII — Melhores condições ao Estado do Acre e ao Território de Roraima para que, semelhantemente ao que vem ocorrendo no Amazonas, possam montar uma infra-estrutura capaz de atrair, com vistas à exploração de suas potencialidades, a atenção dos investidores nacionais;

VIII — Adoção de medidas disciplinares de ocorrências minerais na região, com o fim de evitar-se que as jazidas, trabalhadas por processos rudimentares de garimpagem, não apresentem rendimento condizente com seu efetivo potencial.

BIBLIOGRAFIA

- "Relatório Geral de Atividades" — Ministério do Interior — 1971.
- "SUDAM em Revista" — n.º 12 — 1971.
- "Relatórios do Projeto RADAM" — (números 1, 2, 3, 4, 5 e 6).
- "Reflexos da Zona Franca de Manaus no Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas" — Análises e Sugestões — 1969.
- "SUDAM — Breves Considerações" — Belém — 1971.
- "Amazonas & Desenvolvimento" — Waldir Bouhid.
- "Considerações em torno de uma integração da Amazônia à Comunidade Nacional" — Economista Ronaldo Bonfim e Engenheiro Agrônomo Wanderbilt Barros.
- "Radiografia das Riquezas da Amazônia" — Revista "O Cruzeiro" — (28-6-72).
- "Encontro de Gerações" — Dr. José Francisco Moura Cavalcanti, Presidente do INCRA.
- "Levantamentos dos Recursos Naturais das Regiões Amazônica e Nordeste do Brasil por meio do Radar e outros sensores" — (Separata da "Revista Brasileira de Cartografia" — Ano 3, n.º 6)
- "Recursos Minerais da Amazônia" — Revista "Industrial e Produtividade" — Abril de 1972.
- "Uma nova Filosofia de Governo" — Ministério do Interior.
- "Telecomunicações em Revista" — N.º 8 — 1972.
- "Estradas na Amazônia" — (Relatório apresentado pelo Engenheiro Elizeu Rezende ao VI Congresso da Federação Rodoviária Internacional, realizado em Montreal, Canadá).
- "Política e Estratégia na Grande Amazônia Brasileira" — Professor Samuel Benchimol, Catedrático de Economia Política da Faculdade de Direito da Universidade do Amazonas.
- "A Amazônia — seu grande potencial de recursos naturais e oportunidades de industrialização" — Professora Clara Pandolfo — Belém (PA) — 1969.
- "Discursos" — 1965 e 1966 — Presidente Castello Branco.
- "Ação e Apoio à Rodovia Transamazônica" — Ministério do Trabalho — 1972.
- "Encyclopédie Delta Larousse".
- "A problemática da Amazônia" — Biblioteca do Exército Editora.
- "A Realidade" — (outubro/71).
- "Exposição à Comissão de Valorização Econômica da Amazônia da Câmara dos Deputados" — Engenheiro João Walter de Andrade (1967).
- (1) O Grupo de Trabalho se compunha, além da Chefia já citada, das seguintes personalidades:
 - Economista Clevis Renato Falkembach Tamer;
 - Major do Exército Nelson Tinoco Viana;
 - Deputado Federal Raimundo Gomes de Araújo Parente;
 - Dr. Raimundo de Oliveira Magalhães Neto;
 - Dr. Sebastião Ribeiro Salomão.

A Carreira Militar

Cap. Cav.
CARLOS EDUARDO

1. Há épocas em que, com mais freqüência, vêm à baila comentários sobre as excelências ou não de nossa carreira.

Normalmente esse fervilhar de opiniões é mais comum quando são levantados nossos problemas financeiros em comparação com os de outras organizações, particulares ou mesmo autárquicas, e também quando são examinadas as possibilidades de acesso na própria carreira.

Julgamos tais comentários naturais e próprios de qualquer coletividade. O que não julgamos natural é a distorção que às vezes, eiva opiniões até de gente cheia de boas intenções.

Antes de procurarmos alinhar os imensos atrativos da carreira militar convém que façamos uma advertência preliminar:

— aqueles que pensarem em enriquecer (financeiramente falando), passem ao largo. Não busquem na carreira das armas satisfação desse desejo. Procurem outras que talvez até não exijam tanta devoção e sacrifício.

Sabemos porém que em nossa mocidade o idealismo de servir ainda comanda a eleição da profissão e orienta as vocações. Felizmente para o Brasil. Isso explica o enorme contingente que

procura nossas Academias Militares, os Centros de Formação de Oficiais da Reserva e, no meio civil, os projetos Rondon, Mauá e outros que têm levado os jovens a, cada dia mais, participar do salto que o país está dando em acordo com suas maiores e mais justas aspirações.

Feita a introdução passemos a verificar as satisfações que nos proporciona a carreira das armas. Os exemplos são mais ligados ao Exército porém, de maneira geral, se aplicam às outras Forças.

2. A razão de ser do Exército, por si só, já se constitui numa motivação das maiores para a escolha da carreira. A Missão Constitucional que lhe cabe é das que mais de perto falam ao espírito de patriotismo da juventude e, por si só, bastaria para justificar o afluxo cada dia maior de candidatos ao oficialato e a graduações inferiores.

O escopo deste artigo porém é mais modesto no que tange à motivação para a carreira. Tocamos de leve na principal delas e vamos passar a apreciações mais "terra a terra". Para tanto examinaremos somente os benefícios que o indivíduo colhe na carreira para o seu aperfeiçoamento pessoal.

Para maior facilidade da exposição encaremos tais benefícios nos campos: a) moral; b) intelectual; c) físico e d) social.

* * *

a) Sob o ponto de vista Moral, os exemplos que recebe e que, por força de qualquer função de comando que exerça, é obrigado a dar, já, por si só, constituem um forte incentivo ao seu próprio aperfeiçoamento.

Assim, desde o início da carreira, já nos primeiros postos, é ele quem nas situações mais difíceis, onde se exige: destemor, habilidade, destreza, conhecimento e sobretudo moral firme para vencer a dificuldade, é ele, repito, quem se apresenta à testa de sua fração para levá-la avante.

Exemplos disso temo-los todos os dias e ai vão alguns:

— Na instrução de educação física: o salto do pórtico, a transposição de obstáculos na pista de aplicações, um mergulho da plataforma de 10 m, etc...

— Na instrução de tiro de morteiro a granada que não saiu do tubo. Incidente de tiro que exige para a verificação de seu motivo, a par dos conhecimentos e do destemor, o sereno exemplo que evita ou diminui os riscos.

— Na vida diária do quartel é aquele que dá exemplos de pontualidade, de assiduidade, de permanente assistência aos jovens que lhe foram confiados. E naquele sentido de solidariedade humana porém enérgica e sempre justa que se aplica aos inúmeros problemas que são trazidos ao seu julgamento, que ele exer-

cita suas qualidades de chefe.

— Na volta de longos exercícios, quando todos anseiam por descanso e pronto regresso ao lar, é ele quem dá o exemplo de permanência pelo tempo necessário a dar ao material, e animais os cuidados que estes exigem.

Haveria muito mais ainda a citar porém pararemos aqui salientando, mais uma vez que o aperfeiçoamento moral a que a carreira conduz é fruto do exemplo, em todos os sentidos, que deve ser dado por aqueles que têm a responsabilidade da condução de homens.

b) Sob o ponto de vista Intelectual, o aperfeiçoamento começa com o ato de ingresso na carreira, se assim podemos afirmar.

A gama de conhecimentos que o militar é obrigado a adquirir ao longo da carreira aumenta em proporção aos postos que galga. O número de cursos, de especialização e outros, que por força da própria legislação é obrigado a fazer a fim de ter acesso, levam o militar a estar permanentemente estudando.

É interessante notar que vários desses cursos têm ampla aplicação na vida civil, citando alguns, lembramo-nos dos Cursos: de Línguas, Administração, Engenharia eletrônica ou de automóveis, Educação Física, Informática, Comunicação etc... Convém não esquecer que nas próprias unidades de tropa na instrução de oficiais e graduados, é frequente a designação para fazer palestras sobre os mais variados assuntos. Nestas não são raras as perguntas durante os debates, o que obriga ao confe-

rencista improvisado a trabalho de pesquisa e estudo aprofundado.

Para termos uma idéia mais precisa vejamos que cursos deve fazer um candidato a Sargento e a Oficial após o ginásio e científico:

1) Sargento: curso de Formação, curso de Especialização e curso de Aperfeiçoamento.

2) Oficial: curso de Formação, um ou mais cursos de Especialização, curso de Aperfeiçoamento, curso de Comando e Estado-Maior ou do Instituto Militar de Engenharia.

Sem querer estabelecer qualquer paralelo com outras profissões, fica no ar a pergunta: quais delas exigem tanto quanto a nossa?

Vale acrescentar, também, que o simples fato de poder adquirir maiores conhecimentos sobre nossa terra e nosso povo, por força das movimentações a que está sujeito, constitui inestimável cabedal que não é proporcionado a qualquer um, a menos que possua recursos financeiros de vulto.

Para exemplificar tomamos a vida de um jovem militar que nasceu em Mariana (MG), ingressou na AMAN em Rezende (RJ) e ao concluir o curso foi para Alegrete (RS). Posteriormente foi transferido para o Rio (GB) e daí deslocou-se para Manaus (AM) a fim de fazer um Curso de Guerra na Selva. Terminado este voltou ao Rio onde cursará a Escola de Aperfeiçoamento. Esse Oficial é um caso entre centenas e terá ainda a oportunidade de conhecer outros

de nossos rincões e até mesmo do estrangeiro pois representações esportivas ou cursos podem levá-lo a qualquer parte do mundo.

Feita essa pequena exposição passemos a falar nos benefícios no campo Físico.

* * *

c) No que tange ao aperfeiçoamento do físico é bom lembrar que já para o ingresso na carreira há um exame médico rigoroso e um exame físico, constante de provas com índices normais que, infelizmente no nosso país, ainda nem todos os jovens alcançam.

O trabalho físico, muito bem orientado nas várias organizações militares de formação, eleva, em relativamente pouco tempo, a capacidade dos jovens. Estes, ao cabo de treinamento adequado, elegem uma modalidade desportiva em que, não raro, se destacam acima da média.

Vale acrescentar que a própria instrução do combatente já é por si só uma excelente forma de melhoria do estado físico. Tal tipo de instrução prossegue durante toda a carreira.

Mesmo os burocratas são submetidos a sessões de educação física que em nossa modesta opinião, poderiam ser mais freqüentes em determinadas organizações.

É muito comum vermos militares já em idade mais avançada possuírem vigor físico incomparavelmente superior ao de outros indivíduos da mesma idade

e de outras profissões. Tal fato é facilmente comprovado, bastando observar o que é realizado na vida diária dos quartéis e mais ainda quando da realização de manobras ou exercícios.

Isso se deve ao treinamento que lhes é exigido e que só traz benefícios às suas condições de higidez.

* * *

d) Do ponto de vista de convívio social e oportunidades de aperfeiçoamento no campo das relações humanas, parece que também temos grandes benefícios.

Qualquer que haja sido a origem social daquele que ingressa na carreira, seu nível só tende a melhorar. Essa afirmativa será tanto mais válida quanto mais humilde for essa origem. Ai de passagem, tocamos numa característica de nossa carreira que é muito importante. O nosso recrutamento atende a todas as camadas sociais, sem privilégios ou distinções, dando em realidade oportunidade a todos indistintamente.

A razão dessa melhoria de condição social é fácil de explicar pelas oportunidades que são oferecidas de convivência com o que de mais representativo há na sociedade de nossas cidades. Evidentemente ai não se inclui o "grand monde" que é uma parcela importante porém que, em nosso entender, possui um procedimento próprio muita vez distanciado dos problemas normais da vida de um povo.

Em nossas cidades, do interior sobretudo, o militar tem, por sua simples condição de militar, aces-

so aos melhores clubes, escolas e lares dos mais conceituados moradores das localidades.

Essa convivência apura e aperfeiçoa o indivíduo, se reflete em sua própria família, e traz, como consequência final, de par com os benefícios que colheu nos outros aspectos já por nós salientados, um sentimento de realização de sua própria personalidade como homem, cidadão e soldado.

* * *

3. Até agora tratamos somente dos aspectos positivos da carreira. Devemos esclarecer, porém, que os há também negativos como em qualquer outra profissão. Tais aspectos negativos dizem respeito, basicamente, a dois elementos:

a) *Instabilidade de domicílio* devido às transferências de guarnição e cursos que o militar é obrigado, por força das necessidades do serviço, a realizar.

Tal instabilidade acarreta, às vezes, inconvenientes de educação dos filhos, obrigados a frequentes mudanças de colégios (portanto de método e processos de ensino) e inconvenientes de ordem financeira pois ocorrem quebras e perdas no transporte de móveis e utensílios que a ajuda de custo não dá para cobrir.

b) *Padrão de vencimentos*, que aqui citamos para mais uma vez chamar a atenção do que afirmamos de início. Nas Forças Armadas não dá para ficar rico porém dá sim para ter um padrão de vida digno. Se bem que muito austero no que tange a qualquer

gasto maior quer com diversões ou mesmo com vestuário, não se deve nem se pode comparar o vencimento de militares com os de civis de autarquias, entidades particulares ou profissões liberais. A missão de uns e outros é diversa como é diversa a fonte paga-dora dos mesmos.

Como se pode observar os aspectos que reputamos negativos não são de molde a desencorajar. O primeiro deles traz, como compensação, o conhecimento maior do país e tende, como o segundo, a ser minimizado em suas consequências.

A construção de residências funcionais mobiliadas a par de um incremento na assistência social visam a esse fim. Dessa forma o transporte para o local de trabalho, o das crianças para o colégio, a criação de novos Colégios Militares, uma assistência médica-dentária mais cuidada,

etc... são medidas que estão no programa de todos os nossos Chefs e cuja execução vem sendo feita com persistência e dentro dos recursos disponíveis.

* * *

4. Demos uma vista d'olhos muito rápida nos pontos que nos pareceram mais importantes para focalizar em nossa carreira.

Pensamos que, como em qualquer outra, só deve ingressar ne-la quem, de fato, tenha pendor e esteja convicto de que a posse dos bens materiais não é tudo a almejar na vida. Outros propósitos bem mais elevados e nobres estão nela e proporcionarão àqueles que a elegerem, o orgulho de sentir que no desempenho de sua Missão repousa o engrande-cimento do Brasil pois sem Segurança o Progresso não é pos-sível.



Na longa e trágica história da guerra, o mais impor-tante elemento dos exércitos tem sido sempre o homem. Mesmo hoje face a ampla mecanização e as quase incré-veis armas de destruição, esse antigo princípio ainda con-tinua de pé.

Programa do Trópico Úmido:

DESTINAÇÃO DE RECURSOS

JOÃO PAULO R. VELLOSO
Ministro do Planejamento

"Constituindo a Amazônia, no Globo Terrestre, a derradeira grande reserva úmida ainda disponível na região tropical, recomendo que se iniciem estudos imediatos para a instalação ai de um centro de pesquisas acerca dos trópicos úmidos, em condições de formular diretrizes adicionais quanto à adaptação do ser humano às peculiaridades da vida no universo amazônico."

1. O Programa do Trópico Úmido objetiva não apenas dar continuidade às pesquisas que já vêm sendo realizadas por diversos órgãos do Governo Federal na região amazônica, mas conferir nova dimensão e sentido de organicidade ao programa ali realizado, sistematicamente. São as seguintes as características principais do Programa:

a) Enfase aos estudos com direta aplicação aos programas de colonização e produção agropecuária do PIN (problemas de

solos, de práticas agrícolas, experimentação de culturas etc.);

b) propõe-se a esclarecer questões controvertidas, como a dos resultados do deforestamento, no caso do PIN, no tocante a condições climáticas e ecológicas (em geral);

c) busca soluções realísticas para problemas de conservação da natureza e controle da poluição ambiental;

d) visa a um maior conhecimento e controle de certas doenças humanas no trópico, como a "febre negra", a febre amarela, a malária.

2. Está o programa dividido em seis subprogramas, compreendendo:

— Instalação do Centro de Pesquisas de Altamira e do Núcleo de Humaitá.

— Pesquisas sobre
— Florestas;
— Solos;

- Agricultura; e
- Medicina Tropical.

— Treinamento de Pessoal.

3. O Centro de Pesquisas e o Núcleo aludidos serão vinculados ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), mas abertos à colaboração interinstitucional, com laboratórios permanentemente disponíveis para receber pesquisadores de centros avançados do Brasil e do exterior.

4. O subprograma *Florestas* compreenderá os seguintes setores de estudos:

- 1 — Colonização Florestal;
 - 2 — Organização de Parques Nacionais e Reservas Equivalentes;
 - 3 — Pesquisas Florestais;
 - 4 — Estabelecimento de Mecanismo de Acompanhamento e Controle dos Projetos Agropecuários e de Reflorestamento; e
 - 5 — Informação e Educação sobre Conservação do Ambiente.
5. Na parte relativa à *Colonização Florestal*, objetiva-se o planejamento e implantação de Colônias Florestais, para aproveitamento de áreas sem aptidão agrícola, de Colônias Agroflorestais, visando à conjugação de atividades agrícolas e florestais; e a ampliação da Estação Experimental de Curuá-Una. Para o início dos trabalhos experimentais são indicados o Centro de Pesquisas de Altamira, Núcleo de Humaitá e Estação Experimental de

Curuá-Una; a Floresta Nacional de Tapajós (a ser criada) entre Belterra e Itaituba; e a área da rodovia Transamazônica, a ser delimitada. (Órgão de coordenação e execução: IBDF/INCRA/SUDAM/INPA).

6. Os objetivos do segundo setor de estudos — *Organização de Parques Nacionais e Reservas Equivalentes* — são os de assegurar a preservação, na região, de níveis mínimos, considerados satisfatórios, de cobertura florestal nativa, a fim de evitar mudanças prejudiciais nas condições climáticas ambientais. As áreas de Reserva serão definidas e delimitadas após estudos a serem levados a efeito em vários locais da região, atendidos os aspectos relativos a solo, subsolo, águas e revestimento florestal. (Órgão de execução: IBDF/SUDAM/INPA).

7. A parte de *Pesquisas Florestais* objetiva apoiar, intensificar e ampliar as pesquisas básicas e tecnológicas em curso na região. (Órgãos de coordenação e execução: IBDF/INPA/Faculdade de Ciências Agrárias do Pará/IPEAN/SUDAM).

8. O setor destinado ao *Estabelecimento de um Mecanismo de Acompanhamento e Controle dos Projetos Agropecuários e Reflorestamento* objetiva a criação de um Serviço de Fotogrametria e Foto-interpretação, para apoio ao Programa. (Órgão de acompanhamento e fiscalização: IBDF/SUDAM).

9. O último dos setores referidos — *Informações e Educação sobre Conservação do Ambiente*

— relaciona-se com a aplicação de parcela de recursos do Programa, a fim de informar sistematicamente os órgãos federais e estaduais e a população em geral sobre os problemas de planejamento e manejo racional dos centros habitacionais da Amazônia, da conservação da natureza e recursos naturais de poluição indesejável. (Órgão de execução: Sociedade de Proteção de Recursos Naturais — SOPREN — PA).

10. O subprograma *Solos* compreenderá os seguintes setores de estudos:

- 1 — Levantamentos Pedológicos;
- 2 — Investigação Expedita da Fertilidade dos Solos;
- 3 — Pesquisa de Fertilidade de Solo em Ambiente Controlado;
- 4 — Conservação do Solo; e
- 5 — Física do Solo e Água no Solo.

11. O levantamento de solos, ao longo das rodovias Transamazônica e Cuiabá—Santarém, já vem sendo executado através da DPP, IPEAN e Projeto RADAN, com recursos advindo do PIN. Objetiva-se o desenvolvimento desses estudos, procurando-se obter o conhecimento das características morfológicas, físicas, químicas e mineralógicas das unidades pedogenéticas encontradas, como base para indicações preliminares de áreas mais promissoras para empreendimento agropecuários.

12. No setor *Investigação Expedita da Fertilidade dos Solos* objetiva-se a investigação gene-

ralizada do "status" de fertilidade das principais classes de solos, através de amostragens e análises rápidas de "testes de solo", tendo-se em vista indicações imediatas para o aproveitamento agropecuário. (Órgãos participantes: IPEAN/IPEAAOC/DPP).

13. A parte relativa a *Pesquisas de Fertilidade de Solo em Ambiente Controlado* visa a dotar o IPEAN e o IPEAAOC de instalações dessa espécie, que são elementos básicos para o desenvolvimento de uma programação ampla de experimentos em vasos. Serão empregados os solos de maior ocorrência, não somente ao longo das rodovias de integração nacional, mas, também, de outras áreas pertencentes à região amazônica. A programação básica preliminar será tentar determinar os níveis críticos dos elementos nutritivos e determinar as quantidades de calcário necessárias à elevação do pH dos solos ácidos e controle do alumínio trocável. (Órgãos participantes: IPEAN/IPEAAOC).

14. Nos setores *Conservação do Solo* e *Física do Solo e Águas no Solo*, objetiva-se o treinamento, a curto prazo, de engenheiros agrônomos para o tratamento específico dos problemas de erosão do solo — que já são previsíveis, em função da topografia da região, revelada com a abertura das novas rodovias —, bem como os de Física do Solo, sobre os quais praticamente nada existe ainda em execução.

15. O subprograma *Agricultura* objetiva não apenas assegurar a subsistência das populações radicadas na região, mas também

incentivar a exploração de plantas industriais, que possibilitem a elevação da renda daquelas populações. As pesquisas a serem desenvolvidas em várias áreas prioritárias orientar-se-ão no seguinte sentido:

- determinação das espécies vegetais de valor econômico, que apresentem viabilidade cultural;
- identificação das plantas forrageiras, gramíneas e leguminosas, capazes de se desenvolverem em condições de permitir a implantação racional do criatório de gado, para corte e para leite;
- determinação de processos culturais, tendo em vista a economicidade e, ainda, o estabelecimento do ciclo mais econômico de recuperação de nutrientes;
- determinação do correto manejo das pastagens capineiras e animais;
- elaboração de um sistema agrícola, através de consociação, rotação de culturas e associação de atividades no campo vegetal e animal, capaz de apresentar racionalidade e elevada economicidade e que melhor se coadune com a ecologia do trópico úmido. (Órgãos participantes: IPEAN/IPEAAOC/Faculdade de Ciências Agrárias do Pará).

16. O subprograma *Medicina Tropical* abrange estudos de alta

importância para a fixação do homem nos espaços que vão ser conquistados. O principal objetivo será o da pesquisa das doenças infeciosas em um sentido amplo, determinando quais os seus agentes etiológicos, os ciclos biológicos que os mantêm, sua capacidade patogênica para o homem e animais, bem como as medidas preventivas, incluindo a possibilidade de vacinação ou de interrupção dos ciclos básicos, através da eliminação de um dos elementos da cadeia desses ciclos. (Órgãos executores ou colaboradores: INPA/Instituto Evandro Chagas/Faculdade de Medicina da U. F. do Pará/Faculdade de Medicina da U. do Amazonas/Instituto de Medicina Tropical de U. de São Paulo/Departamento de Medicina Preventiva, da Faculdade de Medicina, da URFJ/Instituto de Endemias Rurais — GB).

17. Finalmente, o subprograma *Treinamento de Pessoal*, organizado em face das deficiências de recursos humanos sentidas em todos os cinco subprogramas precedentes, objetiva o aperfeiçoamento sistemático do pessoal engajado no Programa do Trópico Úmido e o recrutamento de novos elementos.

18. Com a aprovação da Exposição de Motivos, interministerial, n.º 005-B, de 20 de janeiro de 1972, foi autorizada a destinação de recursos do PIN para a Pesquisa de Trópicos Úmidos, em 1972, incluída na parcela de Cr\$ 25.000.000,00, ali discriminada.

Pedágio

Recursos Para as Vias de Transporte

Gen. Res.

FELICISSIMO DE AZEVEDO AVELINE

O antigo termo brasileiro "pedágio", que significava então a cobrança de tributo da passagem por uma ponte, evoluiu, e hoje tem o significado amplo de cobrança de tributos, pela passagem de viaturas automotoras, também pelas estradas, havendo até quem empregue o neologismo "Rodágio", para significar a cobrança de tributos pela passagem de veículos, no geral, automóveis e caminhões, por determinadas estradas, pontes, ou outras obras-d'arte.

Esta cobrança, que é usada nos principais países do mundo, que vanguardeiam o progresso material da humanidade, teve já eficiente aplicação no nosso Estado de São Paulo, e no Rio Grande do Sul, foi tentada sem êxito no governo Antonio Flôres da Cunha, que se notabilizou, apesar de seu curto período de ação, por iniciativas de vulto em prol do progresso do Estado, como sejam: a construção da chamada Variante do Barreto; das faixas de cimento, na estrada Porto Alegre — São Leopoldo; a constituição da Frota Mercante Rio-grandense, cuja existência, infelizmente, foi efêmera; a construção, em Porto Alegre, do monumental edifício do atual Instituto de Educação General Flôres da Cunha, para só citar algumas principais iniciativas e obras do fecundo governo Flôres da Cunha.

Atualmente, o Estado de São Paulo planeja a cobrança de pedágio pelo uso das estradas por veículos automotores, e o Governo Federal está trabalhando por sua implantação nas estradas rodoviárias federais, e já está em vigor a cobrança de pedágio na Presidente Dutra, principal rodovia que liga São Paulo ao Rio de Janeiro.

Na verdade, sem a cobrança de pedágio, jamais teremos rodovias em quilometragem e características técnicas com as condições de tráfego exigidas pelo progresso do Brasil.

Nos transportes, assegurados pelas suas vias transitáveis — mares, rios, estradas de ferro, rodovias e aerovias, repousam o progresso do país, e a segurança da liberdade de seu povo.

A nação inteira deve contribuir para a construção de suas estradas, é certo. Recursos fabulosos em dinheiro são necessários para a construção e conservação das estradas. Se enormes são as quantias necessárias à construção das diversas estradas necessárias ao país, muito maiores são as precisas para sua conservação e melhoria, que não cessam nunca.

Convictos de que a cobrança do pedágio é a solução para que o Brasil tenha uma real rede de estradas — nas águas, na terra e no ar também, resta-nos saber executá-la, de uma maneira econômica e justa.

Dois sistemas se nos apresentam:

- 1.º) Cobrança do pedágio, diretamente, na estrada, por meio de postos de arrecadação;
- 2.º) Cobrança indireta, por meio de "tarifas" ou "taxas" sobre os combustíveis usados por todos os veículos automotores.

O primeiro sistema, que deve, a nosso ver, ser usado somente na passagem de grandes obras de arte, como na Ponte Internacional Brasil — Paraguai, ou na Ponte Rio — Niterói, em acelerada construção atualmente, por ex., e somente até ser pago o investimento do total gasto na construção, e após uma taxa mínima necessária à conservação da obra, à luz da razão, alicerçada pelos números, é antieconômica, e não dá

os resultados necessários para cobrir o vulto das necessidades do Brasil, para atender seus Transportes, e não dará nunca.

Em rápidas linhas, vamos enumerar os principais argumentos que provam que a cobrança direta do pedágio, não nos parece ser a solução:

- a) há necessidade de um numeroso grupo de funcionários pagos para a sua arrecadação, e isso sem contar que entre esses haverá, como em todas as classes e em todas as épocas, os desonestos, "ativos e passivos", o que diminuirá ainda mais o total arrecadado;
- b) haverá, forçosamente, grande número de isenções: viaturas dos governos — municipal, estadual e federal, do corpo diplomático, e muitas outras;
- c) trará grandes demoras ao tráfego, com incalculáveis prejuízos para os usuários da estrada, e para o país em consequência, pois tempo é dinheiro; gasto, é irrecuperável.

Para termos uma idéia geral dos prejuízos ocasionados, em tempo e material, pela parada de cada veículo para pagar o pedágio, basta acompanharmos o seguinte raciocínio, baseado no cálculo de dez segundos, que o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem fez para a cobrança de cada pedágio, conforme se lê no jornal *O Estado de São Paulo*, de 5 de novembro de 1969: 5.000 (cinco) mil veículos (automóveis, caminhões e ônibus) vezes dez segundos cada, dão 50.000 (cinqüenta) mil segundos, o que quer dizer: treze horas e cinqüenta e três minutos. Se calcularmos em cinco segundos o tempo necessário para diminuir a velocidade e parar o veículo, e em cinco segundos o tempo necessário para a partida e retomada da marcha normal (com grande otimismo este cálculo, sejamos claros), teremos outras treze horas e cinqüenta e três minutos; logo, mais de vinte e sete horas perdidas, em cada posto de cobrança. Mais de um dia de inércia. E isto, meditemos bem: só para cinco mil veículos, e em um único posto de cobrança. Num percurso de quinhentos quilômetros de estrada, são mais de cinco dias perdidos, se os postos de cobrança forem distanciados de cem quilômetros, por exemplo. Leve-se em conta ainda que, nestes cinco dias e meio perdidos, cinco mil motoristas, pelo menos, pois muitos

veículos possuem um motorista extra para revezamento na viagem, estão ganhando salário, parados, é claro, o que representa: 5.000 motoristas a Cr\$ 20,00 de salário de cada motorista, no mínimo, por dia, Cr\$ 100.000,00, pelo menos a serem acrescidos ao custo do transporte, e isto só na parada de um posto, observemos bem;

d) não poderá atuar, dia e noite, em todas as rodovias do país, e, se for implantada somente em algumas, isso trará a discriminação, que, além de odiosa, é injusta.

Lê-se no *O Estado de São Paulo*, de 10 de julho de 1969, a notícia de que o "Grupo de Trabalho" que estuda o pedágio, diz: "estima-se que a cobrança de pedágio renderá dez milhões de cruzeiros por ano na Via Dutra, e na Rio — Petrópolis, cerca de dois milhões". Também se lê no *O Estado de São Paulo*, de 30 de setembro de 1971, que o "o DNER calcula que a receita anual proveniente da cobrança de pedágio na Via Dutra, será de cerca de Cr\$ 54.000.000,00 (cinquenta e quatro milhões).

Não esclarecem as notícias se já foram abatidas as despesas feitas para executar essas cobranças. Mas, mesmo que líquidas sejam essas quantias, o que representam elas, face às necessidades de vias de transportes no Brasil? A primeira, doze milhões de cruzeiros, representa a construção de 110 (cento e dez) quilômetros de estradas de rodagem asfaltadas, e isso na melhor das hipóteses para preços calculados no ano de 1969, isto é, Cr\$ 110.000,00 o custo do quilômetro construído; e a segunda, 54 milhões, representa 490 quilômetros.

Mesquinho é o resultado possível nestes esforços, para a cobrança do pedágio nos moldes previstos.

Com esse processo, à luz dos números e da razão, para a cobrança do pedágio, não resolverá o governo o problema das Vias de Transportes no Brasil.

O segundo sistema, isto é, a cobrança do pedágio, indiretamente, mediante aplicação de "tarifa" ou "taxa" sobre o combustível, é a solução simples, prática, econômica, e que poderá resolver o problema, rápida e eficientemente.

De fato:

A cobrança do pedágio com o preço do combustível dá o resultado máximo, porque:

a) é justa, visto ser paga por todos aqueles que usam a estrada, em todos os quilômetros e metros digamos, que a usarem;

b) o produto de sua arrecadação reverterá, integralmente, ao Fundo de Construção, Conservação e Melhoramentos das Vias de Transportes em geral (água, ferro, rodo e aeroviárias), sem delongas e desvios, cumprindo não esquecer que a gasolina e o óleo diesel são usados também por quase todos os motores das embarcações que navegam nos mares, rios e lagos, e também por locomotivas que tracionam os vagões ferroviários;

c) o Ministério dos Transportes, pelas estatísticas, facilmente poderá planejar, com relativa antecedência, o emprego do pedágio a arrecadar, pois, a Petrobrás, que tem o monopólio e o controle absoluto da produção da gasolina e do óleo, pode informar certo o número de litros de gasolina e óleo vendidos;

d) evita esse anual pagamento de impostos, e novas chapas a serem colocadas nos veículos, trabalho esse oneroso, e feito anualmente em todo o país por um numerosíssimo grupo de funcionários, que custam muito ao governo, e, claro, com grande perda de tempo para os proprietários dos veículos;

e) acaba com esse absurdo de uma pessoa que possua automóvel, embora esteja o mesmo parado na garagem, ter que pagar, em média, preços referentes a Porto Alegre, e para o ano de 1969, a quantia de Cr\$ 120,00 (à Prefeitura, Cr\$ 30,00, ao Estado, Cr\$ 40,00, e ao Governo Federal Cr\$ 50,00) de impostos anuais, pelo menos, desembolsando, assim, cerca de Cr\$ 0,328 por dia, sem proveito algum nos dias em que não tira o auto da garagem, o que, além de absurdo e ilógico, obsta a que muitas pessoas da classe média possuam seu carro. E, afora isso, o total desse imposto pago é até ridículo, pois, por menos que rode, um carro gasta de estrada muito mais do que Cr\$ 0,328 por dia.

Demonstrada, pois, à luz dos números e da razão, que a cobrança do pedágio sobre o consumo do combustível é a solução, compete-nos, agora, sugerir o *quantum* dessa "tarifa" ou "taxa".

Do exame dos quadros a seguir:

**PREÇOS POR LITRO, REDUZIDOS A CR\$, DA GASOLINA,
NA BOMBA**

PAISES	COMUM	EXTRA OU AZUL	DIFERENÇA A MAIS SOBRE OS PREÇOS DO BRASIL	
			Comum	Extra ou Azul
Portugal ...	0,872	1,012	0,458	0,506
França	0,825	0,891	0,411	0,385
Itália	0,820	0,882	0,406	0,376
Suécia	0,675	0,688	0,261	0,182
Bélgica	0,675	0,714	0,261	0,208
Holanda ...	0,617	0,644	0,203	0,138
Inglaterra ..	0,622	0,657	0,208	0,151
Alemanha ..	0,542	0,604	0,128	0,098
Brasil	0,414	0,506	Preços em Porto Alegre, RS	

Obs.: Dados constantes da publicação Petrobrás, maio e junho de 1970, pág. 42, editada pelo Serviço de Relações Públicas da Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRÁS.

**QUADRO DE PREÇOS DA GASOLINA COMUM, POR LITRO,
SEGUNDO PETROBRAS, PUBLICAÇÃO BIMENSAL
DA PETROBRAS**

PAISES	N.º DE MAIO E JUNHO DE 1970, PAGINA 42	N.º DE JANEIRO E FEVEREIRO DE 1971, PAGINA 5	A MAIS
Itália	0,820	1,030	0,210
França	0,825	0,930	0,105
Bélgica	0,875	0,850	0,175
Holanda	0,617	0,830	0,213
Suécia	0,875	0,820	0,145
Alemanha	0,542	0,760	0,218
Brasil-GB	0,414	0,497	0,083
Dinamarca	—	0,850	—
Uruguai	—	0,830	—
Luxemburgo ..	—	0,780	—
Peru	—	0,670	—
Suíça	—	0,660	—
Austria	—	0,640	—
Argentina	—	0,560	—
Japão	1,039 (Em 1970 — vide livro "O Japão", de Max Derrauau. O Yen, moeda japonesa a Cr\$ 0,2970, a 11 de setembro de 1971)		

Observe-se que os preços da gasolina têm aumentado. Assim, em 1.º de setembro de 1971, a gasolina A passou a custar, na Guanabara, Cr\$ 0,583 o litro. Naturalmente, nos outros países citados, houve também aumento. As proporções, porém, permanecem aproximadamente as mesmas.

De Cr\$ 0,497 para Cr\$ 0,583, a diferença entre o preço do litro da gasolina na Guanabara em 30 de abril de 1971 e 1.º de setembro de 1971, foi de Cr\$ 0,086 a mais; assim, se nos países citados, tiver havido somente esse aumento, Cr\$ 0,086, vemos que o Brasil estará consumindo a gasolina, mesmo que seja adicionada a taxa proposta de Cr\$ 0,30 por litro, a preço ainda abaixo dos vigorantes em quase todos os países citados nos quadros retrocitados, como fácil é de verificar.

Mutatis mutandis o mesmo se dá a respeito do óleo Diesel.

Segundo o Anuário Estatístico do Brasil, ano 1970, páginas 490 e 493, o consumo de gasolina "automotiva A e B", no país, em 1969, foi de 8.747.039.000 de litros; de Aviação 114.568.000 litros; de Combustível para jato 684.440.000 litros; de "óleo Diesel" foi 5.931.862.000 de litros.

Tomando-se para base de cálculo os números citados, temos:

Cr\$ 2.624.111.700,00, correspondentes ao consumo de gasolina;

Cr\$ 239.702.400,00, referentes ao consumo da de Aviação, e Cr\$ 296.593.100,00 referentes ao consumo de "Diesel", num total, pois, de Cr\$ 3.160.407.200,00, aplicada a "taxa" ou "tarifa" de Cr\$ 0,30 (trinta centavos) por litro de gasolina e combustível para jato, e Cr\$ 0,05 (cinco centavos) por litro de óleo. Essa quantia passaria a configurar-se, para os efeitos legais, como tarifas, correspondentes aos preços cobrados em retribuição à efetiva utilização das Vias de Transportes e suas infra-estruturas. Note-se bem, Vias e não Transportes, *mutatis mutandis* conforme o que já se executa com a vigência do Decreto-lei n.º 683, de 15 de julho de 1969, publicado no *Diário Oficial* da União, n.º 132, de 15 de julho

de 1969, na sua primeira página, Primeira Parte, a respeito das "taxas" aeroportuárias.

Aplicada esta Taxa de Cr\$ 0,30 por litro de gasolina, uma pessoa, por ex., que em seu carro rodar 50 quilômetros por dia, em média, supondo-se que gaste um litro por cinco quilômetros rodados, terá uma despesa com a taxa ou tarifa em questão, de Cr\$ 0,30 vezes dez, isto é, Cr\$ 3,00 (três cruzeiros), nestes cinqüenta quilômetros percorridos. E, considere-se, qual o cidadão brasileiro, consciente de sua dignidade, não pagará de bom grado essa tarifa para que possa usar Vias de Transportes — água, ferro, rodo e aéreo-aviárias à altura de suas necessidades, como os alemães e japoneses, por ex., usam?

Nos dias em que não tirasse o carro da garagem, nada gastaria. Não pagaria imposto algum ao Governo Federal pela posse do auto nesses dias.

Poderemos dispor, com a cobrança dessa taxa, de recursos próprios, e até mais baratos, do que se continuarmos na base de empréstimos internacionais para construir, conservar e melhorar, de fato, nossas Vias de Transportes, insuficientes e precárias hoje, como aliás sempre o foram.

Com essa quantia arrecadada com a taxa que alvitramos — Cr\$ 0,30 por litro de gasolina, e Cr\$ 0,05 por litro de óleo Diesel, que em 1969, teria dado a quantia total de Cr\$ 3.160.407.200,00, e que, ano a ano, crescerá com o natural aumento do consumo desses dois derivados do petróleo no país, disporá a nação de uma poderosa fonte de recursos para que possamos ter, a nossa custa, nossas Vias de Transportes.

Para melhor avaliarmos a grandeza destes Cr\$ 3.160.407.200,00 basta considerarmos que, para todas as despesas do Ministério dos Transportes, à conta de "Recursos de outras Fontes", para o ano de 1972, prevê o Orçamento plurianual do Governo Federal, enviado ao Congresso Nacional, em 30 de agosto de 1971, a quantia de Cr\$ 4.050.664.900,00. A custa dos "Recursos Ordinários" prevê o mesmo plano para o Ministério dos Transportes em 1972, Cr\$ 281.975.400,00, e à conta de "Recursos Vinculados" a previsão é de Cr\$ 2.395.498.000,00.

Aplicação da taxa

Como todos sabem, não só os automóveis, ônibus e caminhões consomem gasolina e óleo Diesel.

São esses dois subprodutos do petróleo consumidos por grande número de locomotivas, que tracionam comboios ferroviários, e por grande número de navios, cujas máquinas funcionam a óleo Diesel; pelas lanchas de passeio que, em grande número também os consomem; pelas aeronaves em voo; pelas motocicletas e veículos semelhantes; enfim, por uma enorme gama de veículos transportadores, uns, em absoluta maioria, em trabalhos produtivos necessários e úteis à coletividade, e outros, em grande número em simples passeios. Todos eles, por seus usuários ou proprietários, exigindo cada vez mais conforto e segurança, e que só a perfeição das vias de transportes pode proporcionar.

Sem boas vias navegáveis e bons portos; sem vias férreas modernas, que possibilitem velocidade e segurança; sem boas estradas de rodagem, largas e devidamente sinalizadas, com as curvas, aclives e declives preconizados pela técnica; e sem aeroportos dispondendo de extensão, e meios necessários para proteção do voo, e da subida e descida das aeronaves, o Brasil não poderá acompanhar a marcha dos povos que cuidam de fato de suas vias de transportes, que são as veias e artérias por onde circulam as mercadorias produzidas pela nação, e precisam funcionar como as de um organismo saudável dos seres viventes.

Assim, se todos pagam essa taxa, todos devem participar do produto dela.

De início, proporíamos que essa quantia, por tal modo arrecadada, fosse assim distribuída ao Ministério dos Transportes, para:

1 — Aquaviás:

Portos, dragagens, sinalizações, etc. — Cr\$ 500.000.000,00.

Devendo ser destacada uma parcela, digamos Cr\$.... 50.000.000,00 para o Ministério da Marinha, ao qual cabe a construção e conservação de faróis, etc., necessários à navegação.

2 — Ferrovias:

- a) Construção de novas vias férreas — Cr\$.....
1.200.000.000,00;
- b) Conservação e melhoria das vias férreas atuais —
Cr\$ 200.000.000,00.

3 — Rodovias:

- a) Construção de novas rodovias — Cr\$ 1.000.000.000,00;
- b) Conservação e melhoria das rodovias atuais —
Cr\$ 400.000.000,00.

4 — Aeroportos:

Construção, ampliação, etc. de aeroportos. Quantia essa a ser entregue ao Ministério da Aeronáutica para esse fim específico — Cr\$ 300.000.000,00.

Observe-se que, para facilidade de cálculos, arredondamos a soma de Cr\$ 3.600.000.000,00.

Em conclusão, poderíamos, só em um ano, com esses recursos, construir 6.666 quilômetros de novas estradas de rodagem, asfaltadas e de primeira classe, calculando-se o custo do quilômetro em Cr\$ 150.000,00, ou mais de três pontes Rio — Niterói, segundo os dados que colhi no *O Globo*, jornal da Guanabara, de 5 de maio de 1969, que deram o preço da construção desta ponte em Cr\$ 286.000.000,00; 512 pontes rodoviárias, de 215 metros de extensão, de concreto protendido, a Cr\$ 1.900.000,00 cada, que foi o custo da atual ponte sobre o Rio Doce, em Minas Gerais, a maior do Estado, por ex. E isso no setor rodoviário somente.

No que diz respeito a Aquavias, poderíamos fazer a ligação Jacuí — Ibicuí, aproximadamente duzentos quilômetros de canal, com várias eclusas, no Rio Grande do Sul, por ex., ligando assim o rio Jacuí ao rio Uruguai, o que quer dizer: Porto Alegre ligada, pela navegação interior a Buenos Aires e Montevidéu, e em dois anos, calculando-se o custo de quilômetro da obra, canal e comportas necessárias, em Cr\$... 4.000.000,00.

No setor ferroviário, com esses recursos, em três anos ou menos, seguramente poderíamos fazer trens rodarem entre Rio e São Paulo, e São Paulo e Porto Alegre a 140 quilômetros, ou mais, por hora, e muito melhorar as nossas atuais ferrovias, em capacidade de tráfego, aumento de velocidade, de segurança, e de conforto para os passageiros.

No setor aerooviário novo impulso dariamos com a cobrança dessa "tarifa" ou "taxa", não importa o nome, às nossas instalações de pouso das aeronaves, e às outras necessidades, que a segurança do vôo exige.

Em suma, o que propomos é uma maneira de se obter dinheiro para o setor de Vias de Transportes, básico ao progresso do país, com o transporte rápido e seguro de suas riquezas, produzidas pelo trabalho dos brasileiros, o que tudo se sintetiza na segurança da Pátria, e da liberdade do povo brasileiro.

Objeções contrárias

Naturalmente, algumas pessoas dirão: essa taxa vai encarecer o custo de vida, nós já pagamos muito imposto.

Responderemos a essas objeções alegadas, mas não inteiramente provadas:

1) A taxa proposta vai, inquestionavelmente, possibilitar a posse, pelo Brasil, de boas vias de transportes, e isso diminuirá o custo de vida, como seria ocioso demonstrar. A duplicação da Via Dutra, entre Rio e São Paulo, proporcionou uma economia de 30% no custo dos transportes entre as duas cidades, conforme foi largamente noticiado pelos jornais, à época de sua inauguração. Não só foi essa economia de 30%, e que será realizada no dia em que todas as Vias de Transportes do Brasil forem análogas à Via Dutra, que, aliás, diga-se de passagem, já hoje é insuficiente para o tráfego da zona por ela servida. A economia em tempo gasto no percurso das viagens, talvez supere, e muito, o resultado dos 30%.

2) Outro exemplo de como essa taxa não encarece tanto o custo dos transportes.

No ônibus que me leva à cidade, do bairro em que resido, em Porto Alegre, vão quarenta passageiros sentados, pagando cada passageiro Cr\$ 0,25 pela passagem, num percurso de cerca de quatro quilômetros, no total da linha. Gastando dois litros de gasolina, um litro por dois quilômetros, isto é, Cr\$ 1,17, pois o litro de gasolina em Porto Alegre custa, atualmente, 10 de setembro de 1971, Cr\$ 0,585. Usufrui, pois, a empresa transportadora uma receita de Cr\$ 10,00, com a despesa de Cr\$ 1,17 em gasolina, por viagem.

Aplicada essa taxa de Cr\$ 0,30 proposta, em cada litro, teremos com os dois litros gastos, um aumento de Cr\$ 0,60 (sessenta centavos), o que dá o equivalente a um centavo e meio de aumento para cada passagem, aumento esse perfeitamente condizente com as vantagens que os usuários dos transportes terão com a melhoria das ruas e estradas.

3) O aumento no custo do transporte de mercadorias (carga), no que diz respeito ao fator combustível, será, no máximo de cinco por cento sobre o preço de custo da tonelagem transportada. No caso de transporte rodoviário pelas estradas, então, face o que aconteceu com a duplicação da Via Dutra, esse aumento redundará, embora paradoxal pareça, em diminuição de despesa, cumprindo não esquecer o tempo economizado, vantagem esta que é preponderante, máxime se não esquecermos também o velho ditado: "tempo é dinheiro", e irrecuperável, acrescentamos nós. Não devemos esquecer ainda que, pelo menos, com a diminuição do tempo da viagem, haverá a correspondente diminuição de salário pago aos motoristas, despesas com hospedagem dos mesmos, etc.

4) Se, nas estradas de rodagem, com a sua melhoria e aparelhamento, as vantagens reduzem a quase zero os aparentes aumentos do custo de vida, com a adição da taxa proposta, nos transportes aquaviários e ferroviários, que as boas vias de transportes proporcionarão, esses aparentes aumentos do custo de vida, serão muito mais ainda transformados em barateamento, como é fácil conceber por qualquer pessoa que fixe seu pensamento sobre o assunto, e faça, a ponta de lápis, os cálculos a respeito.

Bem sabemos que o governo brasileiro, desde a vigência do Decreto-lei n.º 2.615, de 21 de setembro de 1940, que criou o Imposto Único sobre Combustíveis e Lubrificantes, tem contado com uma parcela ponderável de recursos em dinheiro para a construção, conservação e melhoramento das Vias de Transportes. Esse Decreto-lei n.º 2.615, de 21 de setembro de 1940, foi um marco notável para o progresso do Brasil, no que diz respeito a suas Vias de Transportes.

A "taxa" ou "tarifa" que alvitramos, não visa, nem deve, sob pretexto algum, máxime o tão surrado pretexto de não sobrecarregar o custo de vida, pretexto esse a todos os momentos invocado, mas não provado, substituir o decreto-lei citado. A vigência desse Decreto-lei n.º 2.615 deve continuar.

Visa a instituição dessa taxa ou tarifa, acelerar a construção, melhoria e conservação de nossas Vias de Transportes, com recursos fornecidos pelos usuários, com aparentes sacrifícios mínimos, mas que, na realidade, redundam em economia de dinheiro e de tempo, como anteriormente provamos, citando fatos e dados numéricos.

O Brasil, que em passadas épocas, com capitais de seus homens de negócios, capazes e progressistas, montou e fez funcionar Companhias Brasileiras de Estradas de Ferro a Cavalo (Horsecars), os nossos Bondes, em 1873, em Bruxelas, Lisboa e Montevidéu, e após em Paris, quando já a 10 de outubro de 1868 começaram eles a funcionar no Rio de Janeiro, conforme prova Alberto de Faria, da Academia Brasileira de Letras, em seu livro Mauá, onde narra, documentadamente, a vida e a ação do eminentíssimo brasileiro Irineu Evangelista de Souza, Visconde de Mauá, deve e pode resolver seus problemas de Vias de Transportes com recursos próprios.

Considerações finais

Se quiser o governo do Brasil, para acelerar a construção de nossas Vias de Transportes, assegurar sua conservação e melhoramento, obter os recursos em dinheiro verdadeiramente astronómicos necessários a tal fim, com a adoção da cobrança do pedágio pelo processo que alvitramos, isso o conseguirá, rápida e eficientemente.

Observa Jean Jacques Servan Schreiber em seu livro — *O Desafio Americano*, que as descobertas só são aproveitadas anos e anos após. Assim, a fotografia, descoberta em 1727 só foi explorada comercialmente em 1839, 112 anos depois. O uso corrente do telefone, descoberto em 1820, só em 1876 começou. E assim, outras descobertas que enumera.

Nós mesmos, no Brasil, podemos observar que só em 1971, o porto de Itaqui, no Estado do Maranhão, foi concluído (400m somente), apesar de ter o Coronel Luiz Alves de Lima e Silva, presidente da Província e comandante das Armas, proposto sua construção ao governo no final da primeira metade do século passado. Dos Inconfidentes Mineiros a José Bonifácio de Andrade e Silva, que pregaram a interiorização da capital do Brasil, lá pelos idos de 1789, até 1960, muitos anos decorreram, antes que a idéia se tornasse realidade com a construção de Brasília. Mais de cinqüenta anos se passaram da data de 9 de fevereiro de 1903, em que o sábio brasileiro Padre Roberto Landell de Moura, natural do Município de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, requereu o patenteamento de seu invento de um aparelho "Transmissor de Ondas" ao governo dos Estados Unidos da América do Norte, e que lhe foi concedido pelo referido governo sob n.º 771.917, de 11 de outubro de 1904, até que assistissemos à formidável expansão das transmissões da Televisão de hoje.

E, assim, grande número de usos de idéias e invenções úteis poderíamos citar, e cujos proveitos, infelizmente, foram retardados, emperrando o progresso do Brasil.

Muitos "técnicos" é verdade, e infelizmente, influentes nas esferas dos governos, têm dificultado a marcha de nosso progresso, e de nossa independência econômica. Os anais da nossa penosa e árdua luta que temos travado em prol da nossa verdadeira independência econômica, base da real independência da Pátria, estão cheios de fatos a atestarem o mal que têm feito ao país pareceres e informações desses "técnicos".

Assim, "técnicos", ignorantes uns, e a favor de interesses estrangeiros outros, foram de parecer que não era possível construir a estrada de ferro Paranaguá — Curitiba, e até o próprio porto do Rio de Janeiro. "Técnicos" também acha-

ram que não era possível a construção da hidrelétrica do S. Francisco, e retardaram a execução desta notável obra, que honra a Engenharia Brasileira. "Técnicos" foram de parecer que não havia petróleo no Brasil.

E, assim, inúmeros fatos poderíamos citar, que demonstram a incapacidade ou, quiçá, a RAPACIDADE de certos "técnicos", que se têm oposto ao nosso progresso. "Técnicos" omnicientes e presentes sempre em todos os governos, que não têm o cuidado de observar a ganância verdadeiramente impatriótica de tais tipos solertes, nos quais, o amor ao ouro, faz esquecer seus deveres para com o povo e a Pátria.

Felizmente, porém, para o Brasil, outros técnicos, e esses imbuídos de patriotismo, e capazes de fato, como o Engenheiro André Pinto Rebouças, para só citar um, entre a valiosa pléiade de patrícios nossos, técnicos de verdade, vêm penosamente trabalhando para o admirável progresso do Brasil, em todos os ramos da atividade humana: nas ciências, nas artes, na política.

A medida que propomos, cobrança de "tarifas" ou "taxa" com o preço do combustível, não é uma idéia nova, a ser experimentada para verificação posterior de seus resultados.

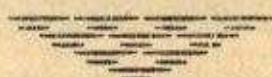
É ela já adotada em países cujo progresso material é uma realidade, como o Japão, e quase todos os países da Europa, que, no preço dos combustíveis, aplicam taxa especialmente destinada às vias de transportes, e até, como na Itália, por exemplo, uma taxa é aplicada também para a Previdência Social.

A cobrança que propomos é a marcha do progresso.

Tenhamos pressa em adotar processos nem tanto novos, mas já de eficiência provados.

O Ministério dos Transportes está perfeitamente habilitado a implantar esse processo que, estamos certos, contará com o apoio de brasileiros esclarecidos de imediato, no governo ou fora dele, e, em pouco tempo de uso, contará com a adesão total dos beneficiários e usuários das boas Vias de Transportes, e proporcionará ao Brasil uma nova era nesse setor básico ao progresso nacional.

Com os recursos obtidos pelo processo que alvitramos, aliados aos que proporcionou até hoje o Decreto-lei n.º 2.615, de 21 de setembro de 1940 às nossas vias de transportes, resolveremos definitivamente o problema da obtenção de meios financeiros, para que o Brasil disponha, de fato, das Vias de Transportes necessárias, e, o que é vital para a Nação, com o mínimo de sacrifício ao povo.



"Defesa Nacional é tudo para a nação: é o lar e a pátria, a organização e a ordem da família e da sociedade, todo o trabalho, a lavoura, a indústria, o comércio, a moral doméstica e a moral política, todo o mecanismo das leis e da administração, a economia, a justiça, a instrução, a escola, a oficina, o quartel, a paz e a guerra, a história e a política, a poesia, a filosofia, a ciência e a arte, e o passado, o presente e o futuro da nacionalidade".

OLAVO BILAC

MODERNO ARMAMENTO BRASILEIRO



Metralhadora 7.62 M971 (MAG). Automática
Alcance máximo: 3.750m.
Cadência de tiro: 600 a 1.000 tiros por minuto



Viatura Blindada Transporte Pessoal — M 113
Capacidade de transporte: 13 homens
Armamento: Mitr 50 — Peso: 19 ton.
Velocidade: 65 km/h.

Há 150 anos, a Guerra da Independência, na Bahia

RAUL AZEDO NETO

O verso do poeta, que louva a data maior da Bahia, quando os baianos comemoram a sua libertação do jugo do General Madeira, constitui o que se poderia chamar um clamoroso erro histórico. Mas serve para lembrar que este ano transcorre o sesquicentenário da Guerra da Independência, a luta armada travada pelos brasileiros, na Bahia, Piauí, Maranhão e Pará, para expulsar as tropas portuguesas que se dispunham; primeiro, a reconduzir o Brasil à situação de colônia e, depois, a sufocar a soberania brasileira.

A "pugna imensa" cantada por Castro Alves, que ensanguentou os morros de Pirajá e constituiu a primeira grande vitória brasileira sobre as forças lusas, ocorreu a 8 de novembro de 1822. A 2 de julho de 1823 o que aconteceu foi a evacuação da cidade de Salvador pelas tropas e maruja portuguesas, que embarcaram de volta para Portugal, e a entrada naquela capital, do denominado exército pacificador, formado por tropas de linha, milicianos e voluntários — os primeiros comba-

tentes plenamente vitoriosos da liberdade brasileira.

Os primeiros tiros da Guerra da Independência foram disparados mais de um ano antes, a 19 de fevereiro de 1822, quando o Brigadeiro Inácio Luiz Madeira de Melo resolveu assenhorear-se dos plenos poderes sobre as forças armadas de terra, como comandante das armas que acabara de ser nomeado por D. João VI. O comandante a quem substituia, nomeado pela Junta de Governo da Bahia, era o Brigadeiro Manoel Pedro de Freitas Guimarães, brasileiro, que contava com o apoio dos soldados, oficiais e cidadãos seus compatriotas.

Para obrigar os militares brasileiros à obediência, Madeira atacou a Fortaleza de São Pedro, em combate que durou todo o dia. Na manhã seguinte, os portugueses viram que as portas do forte estavam abertas. Dentro, havia apenas silêncio e o Brigadeiro Manoel Pedro, com alguns oficiais. O resto da tropa saíra de madrugada, levando as

armas que pôde. Manoel Pedro foi preso e deportado para Portugal, onde um conselho de guerra o absolveu das acusações que Madeira lhe fizera.

Joana Angélica

Vitoriosos e embriagados, os soldados e marujos lusitanos se espalharam pelas velhas Iadeiras de Salvador e começaram a fazer estrepólias. O cofre do batalhão de infantaria 1, formado por brasileiros, foi arrombado. Centenas de pessoas foram insultadas, atacadas e despojadas de seus haveres em plena via pública. No Convento da Lapa ocorreu o incidente mais brutal dessas comemorações: suas portas foram arrombadas, suas freiras desacatadas e a abadessa, Soror Joana Angélica assassinada a baioneta. Até o capelão do convento, o velho Padre Daniel da Silva Lisboa, foi surrado.

Problema político

Nesse momento, o grande problema político era saber se o Príncipe Regente, D. Pedro, que recusara voltar a Portugal com o seu célebre "Fico", a 9 de janeiro de 1822, deveria ter poderes executivos sobre todo o Brasil. Ou se este deveria ser dividido em vários governos, com cada um deles subordinado diretamente às Cortes, em Portugal. Na Bahia, a intenção, já exposta em memoriais dos seus expoentes, era a integração no Reino do Brasil, com obediência ao governo instalado no Rio de Janeiro.

A 15 de junho, o Príncipe Regente oficiou ao General Madeira, intimando-o a embarcar para Portugal. A Junta da Bahia, ordenou D. Pedro que fornecesse todo o necessário para a partida das tropas europeias.

O General Madelra não aceitou a intimação do príncipe e ainda impediou que o Senado da Câmara (a atual Câmara Municipal) de Salvador se reunisse, para votar a subordinação da Bahia ao governo do Rio de Janeiro. Mesmo assim, a Junta Provisional responsável pelo governo da província, e onde os brasileiros tinham maioria, colocou o "cum-pra-se" na ordem do regente.

Com os incentivos do governo do Rio, os patriotas baianos não sopitaram mais a indignação que os dominava. A 25 de junho de 1822, quase três meses antes do berro histórico do Ipiranga, pegaram em armas, na Vila da Cachoeira, para aclamar o príncipe D. Pedro do Brasil. Isto é, proclamar um governo sediado no Brasil.

O primeiro entrevero ocorreu na própria Cachoeira e foi provocado por uma escuna portuguesa, postada no rio Paraguaçu, em frente à vila, exatamente para amedrontar os moradores cujos sentimentos exaltadamente patrióticos já eram conhecidos do General Madeira. Ao verificar, no dia 25 de junho, pelas manifestações de júbilo da população, que o seu Senado da Câmara havia proclamado a adesão ao governo do príncipe regente, os marujos da escuna abriram fogo contra os manifestan-

tes, enquanto os portugueses de Cachoeira, partidários de Madeira, de dentro de suas casas, tiroteavam as pessoas na rua.

Exasperados com a agressão e já de armas na mão, os brasileiros se reuniram na municipalidade e constituiram uma Junta Conciliatória e de Defesa, uma espécie de Comitê de Salvação Pública, copiado da revolução francesa, cujas idéias e exemplos já influenciavam abertamente os brasileiros empenhados na luta pelo constitucionalismo e contra o retorno ao colonialismo.

A primeira providência da Junta de Cachoeira foi declarar-se em sessão permanente e chamar em seu auxílio todos os elementos de força que a podiam ajudar, principalmente a milícia e os militares brasileiros ou portugueses identificados com a causa brasileira. Depois, criou uma caixa militar, para atender às despesas com a manutenção de sua força armada e oficiou ao comandante da escuna portuguesa para que cessasse as hostilidades. A resposta deste foi uma ameaça de arrasar a vila.

O furor popular então chegou ao auge. Tripulando canoas, militares e civis cachoeirenses atacaram a canhoneira lusa, tomado-a de abordagem e aprisionando toda a tripulação.

O feito da gente de Cachoeira aguçou as palxões, provocando as adesões, em série, das vilas de São Francisco, Santo Amaro, Maragogipe, Inhambupe e de Jaguaripe. O Recôncavo inteiro estava unido contra Madeira. A partir de então, o movimento se alastrou

pelo sertão e, em pouco, de Caravelas, no sul baiano, até as fronteiras com Minas e Sergipe, lideradas pelas respectivas câmaras municipais, todas as vilas formavam ao lado da Junta Conciliatória e de Defesa, fornecendo-lhes o auxílio que podiam, em homens, armas, dinheiro e mantimentos.

O primeiro chefe militar dos independentes passou a ser o Tenente-Coronel Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, depois Visconde de Firajá, que, à frente dos batalhões da Torre, saiu de Santo Amaro para convidar a Câmara de Cachoeira a aderir ao governo do príncipe regente. No curso da luta, a junta de Cachoeira chegou a cunhar dinheiro.

O General Madeira, porém, não dormia no ponto. Em fins de março arribando à Bahia o navio "São José Americano", que conduzia a Portugal a Divisão Auxiliadora do General Avilez, expulsa do Rio por D. Pedro e os patriotas fluminenses, fez o general desembarcar 206 homens da brigada Carreti, com ela reforçando as suas tropas. Em princípio de agosto (dia 7) chegou outro comboio português, trazendo de Lisboa o batalhão infantaria 1, com 600 praças, mais 100 de cavalaria e 50 de artilharia.

Pouco depois, a 30 de outubro, uma esquadra de 10 vasos da qual fazia parte a nau "D. João VI", forneceu a Madeira mais dois batalhões de infantaria, um corpo de artilharia e soldados avulsos para preencherem vagas.

A 1.º de abril de 1823, no auge da luta, nova expedição lusa eleveu o poder naval na Bahia a 438 canhões. Só a "D. João VI", capitânia da frota, tinha 75 canhões; as fragatas "Constituição" e "Pérola" tinham 75 canhões a primeira e 46 a segunda.

Segundo cálculos do barão do Rio Branco, os efetivos portugueses, em abril de 1823, já atingiam a 10 mil homens, mais da metade de aguerridos nas campanhas peninsulares, contra os franceses e espanhóis. As forças brasileiras, formadas por tropas de linha e milícias, chegavam a 13.400, dos quais apenas 11 mil combatentes; o resto era pessoal de comissariado e dos hospitais.

O primeiro exército brasileiro

Depois de formada a Junta de Cachoeira, os brasileiros começaram a se organizar militarmente, a pleno vapor. Além das milícias, organizações de voluntários que já existiam desde os tempos coloniais, contava-se com tropas de linha formadas só por brasileiros e portugueses aderentes à causa brasileira; com voluntários civis, com escravos, aos quais se concedeu a liberdade e até com índios armados de flechas, como fez o tenente-coronel de milícias Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque. Havia também vaqueiros, alinhados na companhia do "Couraças", formada pelo padre José Maria Brayner.

Toda essa gente acabou se concentrando em Pirajá, sob o comando do dito Joaquim Pires de Albuquerque (depois Visconde de Pirajá). Foi ali que o General

Pedro Labatut, contratado pelo Governo do Rio de Janeiro para chefiar as forças brasileiras na Bahia, veio encontrá-las, em fins de outubro de 1822. A essas forças os portugueses chamavam de "ceroulas", enquanto eram chamados pelos brasileiros de perricos.

O acampamento de Pirajá era um formigueiro humano. Havia soldados regulares fardados por inteiro, outros pela metade. Civis armados, índios, negros, mulatos, cavalos, burros, jegues. E tudo identificado com nomes estranhos, apelidos pitorescos. Havia o batalhão dos Periquitos, o dos Pitangas, o Mavorte, o Belona, além dos Couraças e dos Henriques (só de pretos, em homenagem a Henrique Dias, herói da guerra contra os holandeses).

Labatut aprovou a escolha de Pirajá e ali instalou, de início, o seu quartel-general, passando a dar uma feição mais disciplinada e militar a essa estranha aglomeração de homens em armas.

A batalha

Nessa altura dos acontecimentos o General Madeira percebeu que se achava cercado na cidade do Salvador. As forças independentes dominavam as cidades do Recôncavo, impedindo que mantimentos chegassem à capital. Em terra, ocupando Pirajá e Cabrito, os brasileiros dominavam a estrada das Boiadas, a mais antiga do Brasil e que dava acesso ao interior baiano, privando também os portugueses de ali buscar abastecimentos. Restava

o Atlântico, mas este só serviria para receber socorros de Portugal.

For isso, projetou Madeira atacar o exército brasileiro na sua base de operações, em Pirajá, de modo a cortá-lo em dois e a obrigar a parte desbaratada, a divisão da direita, sob comando de Barros Falcão, "a fugir para o centro do continente, na direção do norte".

O historiador baiano Braz Amaral conta que as tropas lusitanas embarcaram "na cidade durante a noite de 7 (de novembro) e vogaram para as enseadas de Itapagipe e Praia Grande (na península onde fica a Igreja do Bonfim), onde, ao romper do dia 8 a infantaria portuguesa saltou em Itacaranha e Plataforma, próximo dos mesmos lugares, ou nas mesmas praias, em que, pouco menos de dois séculos antes, as lanchas da esquadra holandesa haviam deposto os soldados de Nassau.

O Coronel João de Gouveia Osório, comandante da Legião Constitucional Lusitana, foi quem dirigiu o combate. As colunas se formaram com segurança e começaram a escalar as alturas, os morros onde se achavam os brasileiros e aos quais Castro Alves chamou de "cerros de Pirajá", na "Ode ao Dois de Julho".

"Pouco mais ou menos ao mesmo tempo outras tropas desembarcavam no Cabrito, e ameaçavam a retaguarda dos independentes" (Braz Amaral)

Durante cinco horas, a luta foi cerrada, até que os portugueses "impeliram a linha brasileira e quase a quebraram. O Exército ia ser partido em dois e as tropas que combatiam no Cabrito corriam o maior perigo", é Braz Amaral ainda que informa.

Para evitar o desastre, o comandante Barros Falcão mandou tocar retirada, a fim de impedir ser colhido pelo movimento envolvente do inimigo. O corneta Luiz Lopes, porém, tocou — "cavalaria, avançar". Os portugueses, veteranos de guerras europeias, conhecendo os sinalos militares, surpreenderam-se com o inesperado toque e vacilaram. Com o segundo toque do corneta brasileiro — "cavalaria degolar" — os lusos entraram em pânico, perderam o impulso do ataque e trataram de se safar, descendo as colinas em desordem. Perseguidos pelos brasileiros, encostas abaixo, até as praias, embarcaram de qualquer jeito nas suas lanchas, procurando abrigo na esquadra. No Cabrito, a fuga dos atacantes de Pirajá acabou também por provocar a retirada das tropas portuguesas, já agora ameaçadas de cerco se tentassem defender suas posições.

Os números das baixas lusas nessa batalha variam. Vão de 200 mortos, segundo Labatut, a 70 e tantos, incluindo os mortos, feridos e extraviados, do relatório do General Madeira ao governo português.

Militarmente, a vitória de Pirajá condenou os portugueses a desistir de reconquistar o resto da província e a permanecer na capital.

A Madeira, agora, só restava Portugal, para lhe fornecer mantimentos, através do imenso Atlântico. Aos brasileiros, por sua vez, estava também indicado o caminho para vencer a resistência lusitana: sitiá-la a cidade, escarmentar as tropas inimigas nos seus arredores e na boca do Recôncavo e nas águas do rio Paraguaçu, de modo a roubar-lhe a paz, enquanto a fome iria corroendo as suas energias, com o auxílio dos patriotas da capital, que procuravam, por todos os modos, perturbar o domínio luso e solapar a moral dos seus partidários, mostrando-lhes, através de panfletos anônimos, que a causa estava perdida. No correr dos meses seguintes, Madeira chegou a insuflar o êxodo dos habitantes, para se livrar das bocas inúteis que desfalcavam as poucas reservas de comida.

A esquadra brasileira

A 1.º de maio de 1823, nas águas da Bahia, assomou outra esquadra. Na sua capitânia, a "Pedro I", tremulava a primeira bandeira brasileira que o povo baiano e os combatentes da independência viam. No seu comando estava Lord Cochrane, contratado pelo governo brasileiro com o posto de "Primeiro Almirante". Essa era, também, a primeira esquadra brasileira a aparecer no mundo formada para acabar com o domínio português no litoral brasileiro.

O seu batismo de fogo ocorreu três dias depois, 4, quando Cochrane resolveu cortar ao meio a frota portuguesa, composta de

uma nau, a "D. João VI", duas fragatas, quatro corvetas, quatro charruas, dois brigues e uma maca.

Cochrane bloqueou o porto de Salvador. Com esse bloqueio impediu que a esquadra portuguesa saísse para buscar reforços em Montevideu, capital da Província Cisplatina do império português na América do Sul, pois então a cidade ficaria a mercê da frota brasileira. Ao mesmo tempo passou a apesar os navios que traziam gêneros e até trepas para os portugueses. Numa noite escura de junho, Cochrane chegou a entrar no porto, para fazer uma exploração.

A evacuação

Em proclamações aos baianos, em ofício ao governo português, em Lisboa, e à Junta portuguesa de Salvador, o General Madeira não oculta mais que a situação é insustentável se não receber imediatos socorros, em homens e mantimentos. Ao final de junho, é evidente, pelos seus documentos, que está disposto a evacuar a cidade, embarcando com as tropas para Portugal, na frota lusa ancorada no porto, como único meio de evitar a sua capitulação, pela impossibilidade de continuar alimentando as suas tropas, estas já com os soldos atrasados vários meses.

A situação dos sitiantes também não era das melhores. As tropas independentes, sobretudo os milicianos e voluntários, estavam, descalças, com as roupas em farapos, as famílias passando privações, porque a vida econô-

mica da província estava paralisada. Os homens estavam na guerra ou impedidos de continuar suas atividades. Mas o lema "independência ou morte", que passara a ser divisa brasílica exaltava o patriotismo dos soldados, oficiais e cidadãos empenhados nessa histórica campanha, fazendo-os descobrir energias e recursos para a manutenção do seu cerco de ferro ao inimigo.

No primeiro dia de julho todo mundo sabia que o embarque de Madeira era inevitável, mas ninguém tinha certeza de sua data, porque o chefe português a manteve em segredo até mesmo para a Junta de Governo portuguesa.

A Libertação

No dia 2, as trincheiras lusas a nanheceram desertas. As tropas haviam embarcado de madrugada, a um tiro de sinal disparado pelo fortezinho de Santo Alberto. Foi uma admirável operação militar, porque Madeira conseguiu colocar nos navios cerca de 10 a 12 mil pessoas, inclusive quase mil paisanos lusos, que recearam represálias se ficassem na Bahia, tal a paixão e as violências que haviam praticado com os brasileiros.

Quando os brasileiros, das forças sitiantes, souberam que as trincheiras estavam vazias e que os portugueses já estavam embarcando, precipitaram-se em delírio para a cidade. Mas foi uma marcha organizada, pela estrada das Boiadas, tendo à frente o

corpo de exploradores, comandado pelo coronel Antério José Ferreira de Brito e obedecendo a esquema de ocupação previamente traçado pelo coronel Lima e Silva, então comandante do exército brasileiro. Labatut fora deposto, dois meses antes, por um complô de oficiais, e remetido preso para o Rio de Janeiro.

As tropas entraram em ordem, sem molestar ninguém, enquanto os sinos bimbalhavam, os patriotas ainda residentes na capital davam vivas e tratavam de ornamentar as sacadas das casas com panos verdes e amarelos, cores até ali consideradas subversivas por Madeira e seus partidários. Na fortaleza do Barbalho, o alferes José Adrião içou a bandeira brasileira, a primeira que tremulou na velha cidade. A Bahia estava, enfim, libertada. Terminara a "guerra do Madeira" em terra, como até muito tempo depois foi a guerra da independência conhecida pelo povo baiano. E terminaram, também, 274 anos de domínio luso.

No mar, a frota de Cochrane iniciava a perseguição à esquadra lusa, logrando capturar muitos navios mercantes cheios de famílias e grandes despojos, que os europeus tentavam levar para Portugal.

Fontes: "História da Independência na Bahia", de Braz Amaral; "História da Independência do Brasil", de Varnhagen; "O Império brasileiro", de Oliveira Lima.

(De "O Globo")

COOPERATIVA MILITAR EDITORA E DE CULTURA INTELECTUAL "A DEFESA NACIONAL"

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Eleito para o exercício de 1970/73)

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Presidente	— Gen Div Moacyr Barcellos Potyguara
Diretor-Secretário	— Cel Art Darcy Tavares de Carvalho Lima
Diretor-Administrativo	— Cel Art Osmany Maciel Pilar

CONSELHEIROS

Gen Bda Arnaldo José Luiz Calderari
Cel Cav Ivan Lauriodó de Santana

CONSELHO FISCAL

Cel Cav João Severiano da Fonseca Hermes Neto
Cap Int Carlos Moutinho de Carvalho
Ten Cel Cav Jerônimo Machado Fonseca

CORPO REDATORIAL

Redator-Chefe: Cel Art Darcy Tavares de Carvalho Lima
Redatores:
Cel Cav Demócrito Corrêa Cunha
Ten Cel Cav Nilson Ferreira de Mello
Ten Cel Inf Adel Alves Cardozo
Ten Cel Inf Euromy da Paixão Dias Telles Pires
Ten Cel Inf Geise Ferrari